UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

MARCOS TOYANSK SILVA GUIMARAIS

**Turquia: dicotomias e ambivalências de uma possível
potência regional**

São Paulo
2007

MARCOS TOYANSK SILVA GUIMARAIS

**Turquia: dicotomias e ambivalências de uma possível
potência regional**

Dissertação apresentada ao Departamento de
Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção
do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia Humana
Orientador: Prof. Dr. José William Vesentini

**São Paulo
2007**

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha imensa gratidão ao Prof. Dr. José William Vesentini, que me orientou com dedicação nesta pesquisa durante os últimos três anos.

Quero expressar meus agradecimentos aos amigos Renatho Costa e Fábio Metzger pelas nossas conversas enriquecedoras.

Aos professores Leonel Itaussu Almeida Mello e André Roberto Martin pelas sugestões e comentários esclarecedores durante o exame de qualificação, que me ajudaram muito na condução da pesquisa.

Finalmente, quero agradecer pelo apoio recebido de Simone Malina e dos meus irmãos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
PRIMEIRA PARTE: ABORDAGENS GEOPOLÍTICAS E A TURQUIA	
Capítulo 1: A Turquia no Mundo	13
A Eurásia, continente basilar	15
A Geografia da Turquia	17
Capítulo 2: O Ponto de Vista da Geopolítica Clássica e a Turquia	19
A Teoria do <i>Heartland</i>	19
O <i>Rimland</i>	23
A Síntese <i>Heartland-Rimland</i>	25
A Geopolítica Clássica Revisitada	28
Capítulo 3: As Regiões Geopolíticas e os <i>Gateway</i>	31
Ponte ou Barreira?	36
Capítulo 4: A Abordagem Culturalista	38
O Islã e a Dimensão Doméstica	38
A Turquia no “Choque de Civilizações”	40
A Secularização do Islã	45
A Dimensão Doméstica e a Expressão Política da Oposição Secularismo/Islamismo	47
Para onde vai a Turquia?	51
Capítulo 5: A Importância para os Estados Unidos	54
SEGUNDA PARTE: AS RELAÇÕES MULTILATERAIS DA TURQUIA E SUAS IMPLICAÇÕES GEOPOLÍTICAS	
Capítulo 6: A Avaliação das Forças no Oriente Médio	57

Poder Bruto	61
Poder Brando	69
Conclusão	72
Capítulo 7: As Relações da Turquia no Oriente Médio	76
Síria	79
Israel	81
Irã	84
Iraque	86
Conclusão	88
Capítulo 8: Turquia na União Européia?	89
O Processo de “Europeização” da Turquia	89
O Acordo com a Comunidade Económica Européia	98
Os Bálcãs	105
Assuntos Estratégicos e de Defesa: a Política Européia de Segurança e Defesa	106
A Questão Curda	109
As Divergências com a Grécia	114
O Chipre	117
Novas Alianças Regionais	122
Conclusão	123
Capítulo 9: As Relações com as ex-Repúblicas Soviéticas	126
A Ideologia Pan-Turquista	131
A Competição entre Rússia e Turquia por Esferas de Influência	140
O “Modelo Turco”	144
A Dimensão Energética: o Cáspio	147

A Questão Armênia	155
A Redefinição da Importância Estratégica da Turquia no Cáucaso e na Ásia Central	159
Conclusão	161
Capítulo 10: Considerações Finais	164
Bibliografia	168
Anexos	179
Anexo A – Cronologia: as relações da Turquia com a União Européia (1959 – 2002)	179
Anexo B – Cronologia da Questão Cipriota (1959– 2002)	184

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a geopolítica da Turquia após as transformações que alteraram o ambiente geopolítico em escala mundial.

Desde a fundação da República da Turquia, Ancara tem desenvolvido relações preferenciais com o Ocidente, implementando diversas adaptações políticas, sociais e econômicas a fim de superar definitivamente o legado otomano e se ajustar às exigências do mundo ocidental.

Durante a Guerra Fria, a Turquia passou a integrar a Aliança Transatlântica e serviu como elemento de contenção da União Soviética. Entretanto, o fim do mundo bipolar reduziu a importância da Turquia para a ampla estratégia de contenção americana, trazendo a necessidade de novos argumentos para manter o seu peso estratégico. Ao mesmo tempo, surgiram novas oportunidades para Ancara, especialmente quanto ao desenvolvimento de relações econômicas e culturais com os Estados independentes da ex-União Soviética.

Os atentados de 11 de setembro e a reação norte-americana colocaram a Turquia novamente no centro da política americana como exemplo de compatibilidade entre o Islã e a modernidade ocidental e no combate ao terrorismo.

Diversas interpretações do espaço geopolítico mundial destacam a importância da Turquia, desde sua importância estratégico-militar até seu papel como interlocutora entre o Ocidente e o mundo muçulmano, dentro de uma sugestão de choque entre as civilizações. Apesar disso, a Turquia ainda enfrenta sérios desafios externos em todas as direções, entrelaçados com seus problemas internos que, por muitas vezes, ultrapassam suas fronteiras e se tornam assuntos transnacionais.

Palavras-chave: Turquia, geopolítica da Turquia, potência regional, União Européia, Islã, Cáucaso, sudeste europeu, Oriente Médio, pan-turquismo, OTAN.

ABSTRACT

The aim of this research is to evaluate Turkey's Geopolitics after the tectonic forces that reshaped the balance of power and the geopolitics at a world level.

Since its foundation after the Ottoman Empire break up in the years immediately following World War I, Ankara started to adapt itself in Western structures, such as NATO. The collapse of the USSR and Eastern Europe, raised some doubts about Turkey's importance to the West.

However, the aftershocks at the beginning of the twenty-first century and the War on Terrorism launched by the US and its allies, pushed Turkey from the Western periphery to the very center of world politics, thrusting Turkey into an increasingly role in the Middle East, the Southeastern Europe, and Caucasus/ Central Asia.

In addition, its geopolitical position interpreted by some scholars reinforced its strategic and, at some extend, crucial position to the West and to the system evolution. At the same time, Turkey's aspiration to become a member of the European Union, its ethnic, linguistic and religious affinities to the Turkic republics combined with the energy resources issues eastwards and its security concerns in the Middle East, reveal the complexity and the challenges facing Turkey.

Key words: Turkey, Turkish Geopolitics, Regional Power, Middle East, Caucasus, Southern Europe, NATO, Balance of Power, Pan-Turkism, European Union Enlargement.

Introdução

Os Estados sempre protagonizaram um papel importante no sistema internacional e as suas relações sempre foram permeadas pelo poder comparativo e contextualizado, já que são essas relações de poder que influenciam de forma decisiva na estruturação do cenário internacional.

Num sistema internacional anárquico, em que não há uma unidade supranacional que regule efetivamente as relações entre os Estados, as grandes potências exercem uma influência decisiva na configuração mundial, subordinando os Estados mais débeis aos seus interesses. Cabe, portanto, a cada Estado a tarefa de preservar e garantir a segurança de seus territórios e de sua autonomia política, enquanto devem – quando possível – projetar o poder, surgindo, dessa forma, um movimento dialético de expansão e contenção.

Essa configuração confere uma certa previsibilidade e ordem nas relações interestatais. O modo como os Estados se relacionam e procuram projetar o poder é baseado na avaliação do poder nacional e das outras nações. Dessa maneira, os Estados utilizam o cálculo de forças para tomarem as decisões no campo das relações externas, observando a virtude suprema das relações internacionais: a prudência (ARON, 2002). Assinala Morgenthau (2003) que a tarefa de avaliação correta diz respeito tanto ao presente quanto ao futuro da política externa de uma nação.

Como um subproduto do antigo Império Otomano, que foi desmantelado após sucessivas derrotas no campo militar pelo Ocidente, a República da Turquia se constituiu como uma negação do antigo regime. Sob a liderança de Mustafá Kemal (Atatürk), as forças armadas protegeram o espaço nacional contra as ameaças externas após o colapso do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial, destruindo a estrutura política interna imperial e rejeitando o modelo multiétnico em favor de uma radical secularização do Estado, baseando-se num modelo centralizado apoiado em um projeto de homogeneização interna e de defesa dos interesses nacionais por via militar.

Para isso, seus criadores se inspiraram na Europa para substituir alguns padrões e valores do antigo Império que levavam consigo. Para o professor José Pedro T. Fernandes:

A República da Turquia construída por Mustafá Kemal (Atatürk) nas décadas de 20 e 30 do século XX baseou-se num projeto laico, inspirado na Revolução Francesa e no ideário nacionalista europeu do século XIX, bem como na racionalidade técnico-científica europeia-ocidental. Desta forma, foi formado por Mustafá Kemal um moderno e secular Estado-nação, que rompeu definitivamente com a tradição política, cultural e religiosa do Império Otomano. (FERNANDES, 2005:167-168).

O processo de ocidentalização acentua-se com a aproximação da Turquia com a Comunidade Económica Europeia na década de 60, por meio do Acordo de Ancara, transformando esta questão no ponto vital da identidade nacional turca.

Do ponto de vista estratégico-militar, a República da Turquia procurou desde o início da Guerra Fria se integrar à Aliança Transatlântica contra o comunismo, utilizando-se de sua geografia para fortalecer sua posição com Washington. As relações conflituosas com a URSS após a Segunda Guerra Mundial e a evolução dos conceitos estratégicos americanos influenciaram na importância geopolítica da Turquia e definiram a sua posição durante esse período.

Com o fim do sistema bipolar Estados Unidos/União Soviética, algumas interpretações indicavam que a Turquia teria perdido sua importância estratégica para o Ocidente, gerando dúvidas acerca do reposicionamento de Ancara diante desse revés.

Entretanto, a configuração atual, proveniente das forças que alteraram radicalmente o ambiente geopolítico em que a Turquia deve operar, coloca em relevo seu papel no século XXI.

Posicionada na encruzilhada de sistemas políticos e modelos culturais diversos e contraditórios e entre o Sudeste Europeu, o Cáucaso e o Oriente Médio, a Turquia deve formular uma estratégia de acordo com as implicações de sua localização geográfica. De fato,

a visão geoestratégica da Turquia depende dos paradigmas que ajudam a defini-la. Como sintetiza Olivier Roy, se tomarmos como referência o modelo **Otomano**, então a Turquia tem uma identidade caucasiana, balcânica e médio-oriental, mas que pode acomodar as minorias (curdos, gregos) em seu próprio território. Se considerarmos o modelo **Kemalista**, então a Turquia não se preocuparia com nada além de suas fronteiras e rejeitaria tudo que ameaça sua unidade nacional (a questão curda, por exemplo). Adotando a posição **Pan-turquista**, então a Ásia Central (nunca governada pelos otomanos) forma o horizonte para a Turquia que não precisaria mais da Europa. Sob a perspectiva dos **Islamistas**, a Turquia deveria mobilizar sua legitimidade concedida pelo califado e tomar de volta a liderança da comunidade muçulmana (*umma*). (ROY, 2005:12, grifo nosso). Acrescentaríamos também a visão de uma Turquia **Européia**.

Tradicionalmente a Turquia tem sido classificada como um país do Oriente Médio. Contudo, essa interpretação de uma Turquia médio-oriental se aproxima do modelo otomano, rejeitado pelos fundadores da República da Turquia, ou do modelo islamista, que no fim da década de 1990 experimentou sua (até agora) última tentativa de ressurgimento islâmico. Como comenta Feroz Ahmad sobre uma tentativa de aproximação da Turquia com o mundo árabe:

O dinheiro saudita e iraniano, bem como o desejo de boas relações com o mundo árabe, têm sido fatores na projeção do regime de face islâmica da Turquia. Porém, a esperança que a credencial religiosa levasse a créditos para a compra de petróleo e à abertura dos mercados para os produtos da Turquia nunca se materializou no nível esperado. Como resultado, Ancara começou a reavaliar sua política em relação ao mundo árabe. (AHMAD, 1993:221, tradução nossa).

Outras visões como a kemalista da elite tradicional, a pan-turquista – que entrou no debate com o colapso soviético e a independência das repúblicas da Ásia Central e do Cáucaso – ou a européia, também sugerem um papel distinto da Turquia no Oriente Médio.

Desse modo, a Turquia não pode ser considerada um país apenas médio-oriental, comprometendo a análise de sua posição de poder em escala mundial, centrada entre três regiões: a Europa, o Oriente Médio e a Ásia Central/Cáucaso. Atualmente, o país vive a incerteza sobre a sua aceitação pela União Européia, o fortalecimento dos laços com a Ásia

Central e o Cáucaso e a turbulência do Oriente Médio. A evolução da conjugação dos modelos e tendências atuais sugere como possibilidades um papel mais ativo no Oriente Médio com uma islamização do país, a afirmação de seu isolacionismo e manutenção de sua aliança com os EUA ou a concretização de uma participação periférica na Europa.

São essas novas realidades que nos levam a promover uma reflexão acerca da posição da Turquia no sistema internacional e o seu reposicionamento frente aos novos desafios regionais, que promove diferentes relacionamentos geopolíticos. De caráter exploratório e interdisciplinar, esta dissertação pretende analisar a posição de poder da Turquia à luz de uma avaliação do poder nacional contextualizado, de teorias geopolíticas e das relações multilaterais, obtendo uma conclusão provisória e aberta, pois o sistema internacional está sujeito a modificações constantes e nem sempre previsíveis.

Ao analisar a geopolítica da Turquia, compreendendo de maneira aproximada seu *status* no cenário internacional e os intervenientes que configuram sua posição, não se pretende realizar uma investigação com caráter conclusivo, mas um diálogo com autores que tratam das questões que circundam o tema sem a pretensão de querer esgotá-lo.

Assim, a primeira parte desta pesquisa trata da dimensão espacial da política considerando as transformações no poderio mundial e a posição da Turquia, buscando referenciais nas teorias geopolíticas de Halford Mackinder (poder terrestre), Nicholas Spykman (geoestratégia de contenção), Zbigniew Brzezinski (realismo geoestratégico), Saul Cohen (regiões geopolíticas e *Gateway*) e Samuel Huntington (culturalista) – incluindo uma breve discussão acerca da influência do Islã na política externa da Turquia. Como componente identitário e principal elemento cultural da Turquia, o Islã ressoa em todas as direções em que a Turquia deve operar.

No segundo item da pesquisa, a investigação enfatizará a análise geopolítica das relações da Turquia com as três regiões que intersecta:

a) Oriente Médio: aqui se faz uma breve análise das forças e poderes no Oriente Médio, procurando identificar o Estado mais forte dessa polarizada região com a qual a Turquia está geograficamente, historicamente e, de modo parcial, culturalmente ligada. É fato reconhecido que o Oriente Médio vive um período turbulento, sendo mera formalidade demonstrar a instabilidade regional. Como constata o professor de relações internacionais Bülent Aras (2002:96, tradução nossa): “em ambientes geopolíticos, nos quais a competição ao invés da cooperação é a regra [...] todos os atores percebem os eventos como eventos de soma-zero em que um ganho de uma parte significa a perda da outra”.

Inicia-se com uma avaliação da distribuição do poder no Oriente Médio a partir de uma análise dos fatores (forças) determinantes do poder. A conclusão da primeira parte – não é fora de contexto adiantar – é que apesar da aliança com o Ocidente ter proporcionado um aumento substancial da sua força bruta, a Turquia não pode ser considerada uma potência hegemônica no Oriente Médio porque não possui consentimento dos vizinhos.

Em seguida, vamos examinar os principais pontos das relações da Turquia com seus vizinhos e com seu principal aliado na região, Israel.

b) Europa: investigaremos o processo de modernização da Turquia e analisaremos algumas questões políticas e identitárias que emergem no que tange a uma eventual adesão da Turquia ao bloco europeu;

c) Ásia: expondo as complexas relações culturais, comerciais e políticas com o “mundo turco” localizado na antiga periferia soviética.

PRIMEIRA PARTE

ABORDAGENS GEOPOLÍTICAS E A TURQUIA

CAPÍTULO 1

A TURQUIA NO MUNDO

“Historicamente, e até nossos dias, a ordem internacional tem sido sempre territorial, consagrando um acordo entre soberanias, e compartimentalizando o espaço”
(ARON, 2002:253).

“A competição baseada em território ainda domina as questões mundiais, mesmo se suas formas atuais tendem a ser mais civis”
(BRZEZINSKI, 1997:38, tradução nossa)

O território continua sendo uma fonte auxiliar na produção de poder devido à sua finitude e à sua essencialidade na configuração de qualquer Estado, permitindo que controle todos os recursos existentes e permanecendo como parte inalienável e inviolável.

Para Friedrich Ratzel, as realidades geográficas constantes são as bases sobre as quais os Estados se desenvolvem, constituindo elementos que acabam por influenciar no êxito de cada Estado. Em sua análise da obra de Ratzel, o professor Wanderley Messias da Costa esclarece:

Não se trata de um determinismo estreito, meramente causal. O que está em jogo é a idéia de que o solo e seus condicionantes físicos são apenas um dado geral, uma base concreta, um potencial enfim, cuja eficácia para o desenvolvimento estatal de uma nação ou de um povo dependerá antes de tudo da sua capacidade em transformar essa potencialidade em algo efetivo (COSTA, 1992:33).

Dessa maneira, o meio concreto apenas sugere possibilidades, trazendo alternativas de ação que mudam de acordo com as transformações do ambiente político, em vez de determinar as políticas dos Estados.

Não obstante ocorrer, com a evolução tecnológica, uma redução da importância da geografia na determinação da capacidade de um Estado, a geografia, como fator mais estável do poder de uma nação, surge como um *potencial*, mas também *fixa* limites. Como argumenta Aron (apud ROCHMAN, 1997:41), “a significação militar de uma situação geográfica pode modificar-se com o desenvolvimento das técnicas de transporte e de combate; mas a influência da situação geográfica sobre as possibilidades de ação das unidades políticas é constante”. Ademais, a posição geográfica é o ponto de partida para a definição das prioridades externas dos Estados (BRZEZINSKI, 1997:38).

Ao analisar a interação entre as unidades políticas, a geografia surge como um elemento que pode ser mobilizado para produzir poder quando aliado ao poder militar ou ao econômico. Para o geógrafo norte-americano Nicholas John Spykman:

[...] em última instância, o poder é a capacidade de confrontar militarmente outras nações, e na geografia - o fator mais estável do poder de uma nação – situam-se os problemas da estratégia política e militar. O território de um Estado é a base a partir da qual ele opera em épocas de guerra e é a posição estratégica que ocupa em épocas de paz. A geografia é o fator mais importante na política externa dos Estados porque é o mais permanente (SPYKMAN 1942:41, tradução nossa).

A percepção do *valor* estratégico do território de um Estado afeta as suas relações externas. Como afirmou Saul Cohen, as relações políticas entre os Estados são influenciadas pelo valor estratégico de uma área, que pode ser estrategicamente importante para um Estado e irrelevante para outro. Essas relações, por sua vez, afetam este valor intrínseco (COHEN, 1963: xxi-xxii). Conclui Spykman:

O tamanho das possessões nacionais afeta a força relativa de um Estado na luta pelo poder. Os recursos naturais influenciam a densidade populacional e a estrutura econômica que definem a vulnerabilidade ao cerco. A localização em relação ao Equador e aos oceanos e a massas terrestres determina a proximidade aos centros de poder, áreas de conflito, e rotas de comunicação; e

a localização referente aos vizinhos próximos define a posição quanto aos inimigos potenciais e os problemas básicos de segurança territorial. A topografia afeta a força devido à sua influência na homogeneidade e coerência internas. O clima impõe limites à produção agrícola e às condições de transporte e comércio internacional. Todas as descrições da posição de poder de um Estado devem, portanto, começar pela análise de sua geografia (SPYKMAN, 1942:41-42, tradução nossa).

Assim, o ponto de partida para a análise da posição de poder da Turquia começa pela análise da sua geografia. Inicialmente, efetua-se uma observação do terreno em que opera a Turquia, o grande continente Eurasiático, analisando sucintamente os fundamentos geopolíticos da Turquia para, enfim, percorrermos algumas teorias geopolíticas.

Como afirmou Cohen (1963:24), a geopolítica considera em sua análise a relação do poder político internacional com a configuração geográfica. Desta forma, buscamos compreender algumas interpretações acerca do *potencial* e do *valor* da Turquia, especialmente para as potências ocidentais na busca pela supremacia mundial, demonstrando como a Turquia explorou este potencial para elevar seu peso estratégico para o Ocidente e obter concessões para fortalecer-se regionalmente.

Dessa maneira, pretendemos demonstrar que não seria apenas uma visão subjetiva de Ancara que poderia definir a geoestratégia turca. São considerações econômicas, militares e ideológicas/culturais interagindo com as realidades geográficas que influenciam na formulação da sua geoestratégia, oferecendo alternativas dentro de uma limitação física.

A Eurásia, Continente Basilar

Antes de focar a Turquia, devemos pensar na massa terrestre em que se encontra o Estado turco. Para delimitar esse bloco continental, vamos iniciar com a concepção de Mackinder acerca da Eurásia:

A concepção de Eurásia a que chegamos desta maneira é de uma terra contínua, rodeada por gelo no norte e por água nas outras partes, que mede 21 milhões de milhas quadradas (54,4 milhões de quilômetros quadrados), ou seja, mais de três vezes a extensão da América do Norte, e cujo centro e norte, que medem aproximadamente nove milhões de milhas quadradas (23,3 milhões de

quilômetros quadrados), ou seja, mais de duas vezes a extensão da Europa, não têm nenhum curso de água que chegue ao oceano, mas por outro lado, e excetuando a zona dos bosques subárticos, são geralmente favoráveis para a mobilidade dos homens que montam em cavalos ou em camelos. No leste, sul e oeste deste coração terrestre se encontram as regiões marginais, em forma de amplos semicírculos que são acessíveis aos navegantes. De acordo com a sua configuração física, estas regiões são quatro, e não é extraordinário que em geral coincidam com as esferas de ação das quatro grandes religiões: budismo, hinduísmo, islã e cristianismo. (MACKINDER, 1904:238, tradução nossa).

Com aproximadamente um terço das terras do planeta, a Eurásia é a maior massa terrestre e a mais populosa. Possui dois dos três centros de poder mundiais, tanto ideológicos como militares e econômicos, a União Européia e o Extremo Oriente, além dos maiores recursos energéticos e naturais. Palco das potências que dominaram as questões mundiais por meio milênio, a Eurásia é o continente basilar em termos geoestratégicos. A potência que domina a Eurásia controlaria duas das três mais avançadas e economicamente produtivas regiões. Aproximadamente setenta e cinco por cento da população mundial vive na Eurásia, e grande parte das riquezas materiais, tanto em empresas quanto no subsolo estão lá. A Eurásia conta com cerca de 60% do PNB mundial e quase três quartos das fontes energéticas conhecidas no mundo (BRZEZINSKI, 1997:30 seq.).

Na Eurásia também está localizada a maioria dos Estados agressivos e dinâmicos. Atrás dos Estados Unidos, as próximas seis maiores economias e os seis maiores orçamentos militares pertencem a Estados da Eurásia (BRZEZINSKI, 1997:30 seq.). Em acréscimo, as potências que possuem poder militar estratégico (o termonuclear) estão localizadas na Eurásia, com exceção dos Estados Unidos.

Também são da Eurásia os dois mais populosos aspirantes à hegemonia regional e influência global. Todos os potenciais adversários políticos e econômicos situam-se na Eurásia. Somadas, as forças da Eurásia superam em muito as forças dos Estados Unidos (BRZEZINSKI, 1997:30 seq.). Finalmente:

A Eurásia, contudo, guarda a sua importância geopolítica. Não apenas em sua periferia ocidental – Europa – ainda o lugar de grande parte do poder político e econômico do mundo, mas em sua região oriental – Ásia – que tem se transformado num centro vital de crescimento econômico e influência política.

Portanto, o modo como os Estados Unidos lidam com os complexos relacionamentos das potências da Eurásia – e especialmente se isso impede a emergência de um poder eurasiático dominante e antagônico – permanece central para a capacidade dos Estados Unidos exercerem a primazia global [...] A Eurásia é, portanto, o tabuleiro de xadrez em que continua a ser disputada a supremacia global, e esta disputa envolve a geoestratégia – o controle estratégico dos interesses geopolíticos (BRZEZINSKI, 1997:XIII e XIV, tradução nossa).

A Geografia da Turquia

Da macroestrutura eurasiática vamos evidenciar a posição geopolítica da Turquia partindo da observação de seus fundamentos. Nesta análise geográfica, serão arrolados os elementos físicos da Turquia, pois cada Estado tem um território distinto, delimitado por fronteiras (embora, isso nem sempre ocorra), com instituições e populações específicas que caracterizam as condições pré-existentes e influenciam nas prioridades geoestratégicas de cada país.

Partindo de um importante elemento formulador da política externa, o fator geofísico se destaca pelas duas características mais relevantes da topografia da Turquia: os estreitos que ligam os mares Negro e Egeu e o elevado da Anatólia, que constituem rotas entre as planícies russas e os mares quentes – Mediterrâneo e o Golfo Pérsico -, essenciais para o movimento centrífugo da federação continental russa, formando uma ponte entre a Europa e a Ásia, o Sul e o Norte.

O território perfaz uma área que parte da extremidade sudeste da Europa, a Trácia Oriental, passando pela região dos estreitos de Bósforo e Dardanelos, atingindo as montanhas do Curdistão a leste, os Montes Pônticos ao norte e os Montes Taurus ao sul. Esses limites naturais, juntamente com os três mares que os cercam – o Mar Negro, o Egeu e o Mediterrâneo Oriental – constituem uma fronteira natural que envolve o elevado da Anatólia. A região da Anatólia compreende a maior parte do território da República da Turquia. Essa região é fundamental para manter o controle dos estreitos, pois avança sobre os estreitos e as

áreas litorâneas da Turquia. A Anatólia funciona como uma retaguarda apta para a defesa e um avanço sobre as terras baixas que caracterizam a Turquia européia (VÁLI, 1971:43-48).

Além dessa fronteira natural, a Turquia possui uma extensa fronteira marítima que favorece a defesa de seu território. Entretanto, como observa Váli, nem toda fronteira marítima serve à defesa do território turco. Afirma:

Localizadas no Mar Egeu, as ilhas próximas à costa são, em sua maioria, controladas pelos gregos. Os arquipélagos gregos no mar Egeu, se controlados por uma potência rival, poderiam facilmente impedir o acesso aos estreitos e aos dois principais portos da Turquia, Istambul e Izmir. Neste caso, o tráfego marítimo para a Turquia deveria ser direcionado para os portos da extremidade oriental do Mediterrâneo. A navegação naquela região seria segura, contudo, apenas se a ilha de Chipre, que bloqueia o leste do Mediterrâneo, for controlada por um governo amigável. (VÁLI, 1971:46-47, tradução nossa).

A segunda característica marcante da topografia turca é a região dos estreitos, que protege a rota marítima entre o Mar Negro e o Mar Egeu. Todavia, como guardião dos estreitos, a Turquia não pode impedir a passagem por essas rotas marítimas, mas faria isso se fosse necessário para a sua segurança em tempos de guerra, ou para manter seu *status* de neutralidade (VÁLI, 1971:46). O controle dessa região é essencial na formulação estratégica ofensiva e defensiva da Turquia. De acordo com Ferenc Váli (1971), no passado, a região dos estreitos foi uma zona de colisão entre o poder naval britânico, que desejava garantir completa liberdade de navegação para todas as embarcações de e para o Mar Negro, e o poder terrestre russo, que desejava desobstruir a ligação pelo Mediterrâneo, controlar o Oriente Médio a partir deste ponto e utilizá-la como uma posição avançada de defesa contra qualquer agressor potencial que quisesse atacar a Rússia e obter uma saída ocidental para os mares quentes. Nesse embate, o objetivo turco estava restrito à manutenção da soberania nos estreitos e no seu território marítimo, garantindo assim a sua segurança.

CAPÍTULO 2

O PONTO DE VISTA DA GEOPOLÍTICA CLÁSSICA E A TURQUIA

A Teoria do Heartland

Apesar dos avanços tecnológicos que relativizaram a importância da posição geográfica em termos militares e do advento de novas formas de confronto entre as nações, o elemento militar associado à geografia continua sendo um valioso fator contributivo para a compreensão das disputas entre Estados e na análise da correlação de forças. Assumindo esta premissa como válida e atual (apesar de insuficiente), vamos percorrer sucintamente o pensamento do geógrafo britânico Halford Mackinder e a teoria elaborada por Nicholas Spykman, relacionando-os em seguida com a Turquia.

Com uma concepção histórico-geográfica, o pensamento do geógrafo britânico Halford Mackinder se desenvolveu a partir de suas observações e confrontações de diversos eventos que representavam o comportamento dos Estados no sistema internacional, da sua visão de mundo e da influência da geografia na história, resultando na tríade: a causalidade geográfica na história, o sistema político fechado e a rivalidade entre oceanismo e continentalismo.

Mackinder apontou uma idéia de sistema político fechado, em que o campo de ação de qualquer potência seria o mundo inteiro, pois qualquer evento repercutiria em outras regiões distantes, devido à interconexão da ordem internacional. Além disso, acreditava no condicionamento da história pela geografia, afirmando que:

Na década presente estamos pela primeira vez em condições de projetar de um modo bastante completo uma correlação entre as grandes generalizações geográficas e históricas. Pela primeira vez conseguimos perceber algo sobre o real peso que certos acontecimentos e rupturas têm na cena mundial, e podemos procurar uma fórmula que expresse determinados aspectos da causalidade geográfica na história universal. Se tivermos sucesso nessa procura, essa fórmula deverá ter um valor prático, na medida em que colocará em perspectiva

algumas das forças que estão confrontadas e em pugna na atual arena política internacional.(MACKINDER, 1948:180, tradução nossa).

Disso surge o terceiro elemento constitutivo da sua teoria. Para o professor Leonel Mello, “a aceitação do primado geográfico é o elemento-chave para a compreensão do terceiro aspecto da visão mackinderiana da história, ou seja, a secular rivalidade entre o poder marítimo e o poder terrestre pela conquista da preponderância mundial” (MELLO, 1999:36).

Assim, em 1904, Halford J. Mackinder apresentou a sua teoria do poder terrestre, na qual haveria uma rivalidade entre o poder marítimo e o poder continental. “A mobilidade sobre o oceano é o rival natural da mobilidade sobre o cavalo e o camelo no coração do continente” (MACKINDER, 1904:240, tradução nossa). Esclarece o analista de Mackinder, Leonel Itaussu Mello:

Essa teoria tinha como idéia-chave a existência de uma rivalidade secular entre dois grandes poderes antagônicos que se confrontavam pela conquista da supremacia mundial: o poder terrestre e o poder marítimo. O primeiro sediava-se no coração da Eurásia e, mediante uma expansão centrífuga, procurava apoderar-se das regiões periféricas do Velho Mundo e obter saídas para os mares abertos. O segundo, situado nas ilhas adjacentes ou nas regiões marginais eurásianas, controlava a linha circunferencial costeira do grande continente e, mediante uma pressão centrípeta, procurava manter o poder terrestre encurralado no interior da Eurásia. (MELLO, 1999:11)

Respalado nos três elementos citados acima – causalidade geográfica na história, sistema político fechado e rivalidade entre o poder terrestre e o poder marítimo –, Mackinder formulou o seu conceito estratégico do Heartland, ou coração continental:

O Heartland é a parte norte e interior da Eurásia. Prolonga-se desde as costas árticas até os desertos centrais, e em direção ao oeste, em direção ao amplo istmo dos mares Báltico e Negro. O conceito não admite uma definição precisa sobre o mapa pela simples razão de estar baseado em três aspectos separados da geografia física que, embora se reforcem mutuamente, não coincidem uns com os outros. (MACKINDER, 1948:181, tradução nossa).

As três características físicas a que Mackinder se referiu são: a amplitude continental, a topografia plana e o isolamento mediterrâneo do Heartland (MELLO, 1999:46).

Mackinder reordenou os espaços mundiais ao substituir a estruturação do mundo em seis continentes e quatro oceanos por apenas um único oceano, uma ilha central constituída pela Europa, Ásia e África, e as ilhas periféricas – Américas e Austrália – que gravitavam em volta da ilha basilar. A partir desta nova configuração do mundo,

[...] Mackinder hierarquizou esses espaços como se eles tivessem um valor intrínseco e permanente para o poderio mundial. Ele chamou de ‘ilha mundial’ (World Island) esse grande bloco de terras (o Velho Mundo) [...] e dentro dessa ‘ilha mundial’ haveria uma área central básica, a *pivot area*, que seria uma imensa região central localizada em parte na Europa e em parte na Ásia. No coração dessa pivot area existiria a região geoestratégica do planeta, a Heartland (“terra-coração”) – que corresponde aproximadamente ao que chamamos hoje de Europa Oriental –, cuja posse seria a condição básica para a hegemonia mundial. (VESENTINI, 2003:18-19).

A partir desse conceito estratégico, Mackinder sintetizou a chave para a hegemonia mundial numa frase:

Quem domina a Europa Oriental controla o Heartland:

Quem domina o Heartland controla a World-Island:

Quem domina a World -Island controla o mundo. (MACKINDER, 1942:150).

O Mundo segundo Mackinder (1943)

Fonte: Adaptado de Chaliand, G.; Rageau, J.P.(1984) apud Leonel I. Mello. *Quem tem medo da Geopolítica?*, p.67.

A partir da concepção do Heartland, surgem os conceitos de Crescente Interno e Crescente Externo:

O Crescente Interno era composto por um conjunto de zonas amortizadoras que constituíam pontos de fricção ou áreas de disputa onde se chocavam o poder terrestre e o poder marítimo. Por um lado, o Crescente Interno (*Inner Crescent*) era o espaço natural de expansão do poder terrestre que, de posse do núcleo basilar eurasiático, procurava conquistar as regiões periféricas e obter saídas para o oceano, tendo em vista a construção de um poder marítimo. Por outro lado, o Crescente Interno era também a barreira física de contenção ou a primeira linha de defesa do poder marítimo, que procurava conter a expansão do poder terrestre e mantê-lo encurralado no coração da Eurásia (MELLO, 1999:47).

É neste arco interior que ocorreriam as pressões centrífugas da Rússia. “A Rússia substitui o Império Mongol. Sua pressão sobre a Finlândia, Escandinávia, Polónia, Turquia, Pérsia, a Índia e a China substitui os ataques centrífugos dos homens da estepe” (MACKINDER, 1904:243, tradução nossa).

Haveria também uma região exterior que circundava o *Inner Crescent* denominada *Outer Crescent* ou Crescente Insular ou Externo. “Protegidas pelos fossos do Grande Oceano, as potências marítimas do Crescente Insular estavam a salvo do assédio do poder terrestre dominante no núcleo basilar eurasiático” (MELLO, 1999:49). “Constituem agora um anel de bases exteriores e insulares para o poder marítimo e o comércio que são inacessíveis para o poder terrestre da Eurásia” (MACKINDER, 1904:241, tradução nossa).

No que tange à Turquia, pode-se deduzir que estaria situada numa posição intermediária entre a vocação marítima e a terrestre, destinada a atuar em duas perspectivas de modo que conjugue um modelo híbrido, o poder anfíbio. Historicamente, entretanto, a expansão a partir da Anatólia se realizou principalmente por terra, tendo como palco de atuação marítima apenas os mares “fechados”, que restringiam as possibilidades estratégicas do poder turco, embora este conte atualmente com a mais poderosa marinha do mediterrâneo oriental, mas sem projeção para os mares abertos. Considerando-se, então, a abordagem histórico-geográfica de Mackinder, a Turquia poderia ser classificada como um poder terrestre que serve ao poder marítimo na contenção do poder terrestre que controla o *Heartland*: a Rússia.

O Rimland

Uma outra teoria que destaca a zona intermediária designada por Mackinder, na qual a Turquia está localizada, é a do geógrafo estadunidense, Nicholas Spykman. Adepto do intervencionismo norte-americano e pensando as relações de poder em escala mundial, Spykman elaborou no período do entre-guerras uma estratégia para que os Estados Unidos pudessem resguardar o seu território e alcançar um excedente de poder que pudesse ser projetado em outras partes do planeta. Essa situação somente poderia ser atingida mediante o avanço das forças militares dos Estados Unidos nas duas extremidades da Eurásia a fim de cercar as potências do “grande continente basilar”. Ou os Estados Unidos encurralavam a Eurásia, ou seriam cercados por ela. Comenta Leonel Mello: “Na visão de Spykman, era o cerco potencial da América pela Eurásia ou da Eurásia pela América que definiria neste século as grandes linhas da política mundial” (MELLO, 1999:103).

Com relação à divisão do mundo, Spykman segue a estrutura mackinderiana, exceto na configuração da “Ilha Mundial” que seria separada em duas partes: a Eurásia e a África.

Utilizando a projeção azimutal eqüidistante com centro no Pólo Norte, o geógrafo americano obteve uma nova disposição das massas continentais do planeta. A partir dessa projeção, Spykman concluiu que “as relações entre as três ilhas continentais do hemisfério austral carecem de maior importância, mas as relações entre os Estados Unidos e as duas extremidades da Eurásia – a Europa e a Ásia – são determinantes para os rumos da política mundial” (MELLO, 1999:102).

Na visão de Spykman, os objetivos da política norte-americana deveriam ser a manutenção da hegemonia estadunidense nas Américas e a neutralização de qualquer poder eurasiático mediante a compensação por outro poder da Eurásia. “As forças reciprocamente compensadas tanto na Europa como na Ásia não disporiam de fôlego para acumular uma massa de poder adicional que, na ausência de um contrapeso, pudesse projetar-se livremente na política mundial” (MELLO, 1999:115).

A grande inovação para a Turquia de acordo com a concepção de Spykman aparece quando o geógrafo substitui o termo “crescente interno” de Mackinder por Rimland, definindo com maior precisão a zona costeira que cerca o Heartland, destacando o caráter anfíbio dessas regiões, que funcionariam como zonas amortizadoras para os dois poderes antagônicos. É uma zona tampão entre o poder terrestre e o poder marítimo. Em suas palavras:

O Rimland da massa terrestre eurasiática deve ser visto como uma região intermediária situada entre o Heartland e os mares marginais. Ele funciona como uma vasta zona amortizadora no conflito entre o poder marítimo e o poder terrestre. Com vistas para ambas as direções, ele tem uma função anfíbia e deve defender-se em terra e mar. No passado, ele teve de lutar contra o poder terrestre do Heartland e contra o poder marítimo das ilhas costeiras da Grã-Bretanha e do Japão. É na sua natureza anfíbia que está a base de seus problemas de segurança. (SPYKMAN apud MELLO, 1999:122).

O mundo de Spykman

Fonte: Adaptado de Saul Bernard Cohen. *Geography and Politics in a World Divided*, p.47.

Diferentemente de Mackinder, Spykman confere à zona do Rimland a posição central que determina a supremacia mundial. Ao observar o desenvolvimento do Heartland em termos econômicos e demográficos e as alianças geopolíticas, Spykman fez um recuo histórico e concluiu:

Nunca houve na realidade uma esquemática oposição poder terrestre versus poder marítimo. O alinhamento histórico sempre foi de alguns membros do Rimland com a Grã-Bretanha contra outros membros do Rimland com a Rússia, ou então Grã-Bretanha e Rússia juntas contra um poder dominante do Rimland. O ditado de Mackinder 'Quem controla a Europa Oriental domina o Heartland; quem controla o Heartland domina a World Island; quem controla a World Island domina o mundo é falso. Se é para ter um slogan para a política de poder no Velho Mundo, este deve ser 'Quem controla o Rimland domina a Eurásia; quem domina a Eurásia controla os destinos do mundo'(SPYKMAN apud MELLO, 1999:126).

Essa afirmação reforça a idéia anteriormente constatada em Mackinder da importância da Turquia para as grandes potências, mas com uma ênfase na região costeira como determinante para a supremacia mundial.

A Síntese Heartland-Rimland

A localização no Crescente Interno e a sua relevância para conter a expansão soviética (poder terrestre) acabaram definindo o papel da Turquia como baluarte dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, já que o poder marítimo (EUA) deve, em última instância, ser anfíbio (MACKINDER, 1943). Inicialmente, a Turquia se orientou em direção aos Estados Unidos para preservar sua integridade territorial e seus interesses nos estreitos e nos Bálcãs, embora não houvesse nenhuma demanda oficial de Moscou em relação a essas regiões (AHMAD 2004). Porém, a importância geopolítica da Turquia foi diretamente relacionada com a evolução dos conceitos estratégicos americanos (AHMAD, 2004:26) constituindo, assim, uma parceria estratégica. O acaso geográfico determinou o papel da Turquia e suas relações durante a Guerra Fria. O Ocidente precisava da Turquia para conter a União Soviética e a Turquia precisava do Ocidente para assegurar a sua integridade territorial e para fortalecer o vínculo desejado pelos reformadores desde o fim do século XIX. Para um especialista:

No passado, a Turquia se complicou pelos interesses conflituosos das grandes potências. O Império Otomano, na época de seu declínio, foi um grande Estado amortizador ou uma zona de colisão. No período entre-guerras, a nova Turquia manteve uma posição equilibrada, que se tornou mais difícil de manter na medida que a estrutura do poder à sua volta mudou. O movimento de equilíbrio

cessou quando as pressões soviéticas empurraram a Turquia para dentro do sistema da aliança ocidental. Isso se desenvolveu e a Turquia se tornou o baluarte do sudeste da Organização do Tratado do Atlântico Norte. (VÁLI, 1971:47, tradução nossa).

Observamos que a formulação de conceitos por Mackinder e, posteriormente, por Spykman, influenciaram as políticas de contenção da União Soviética e desenharam novas alianças militares dos Estados Unidos, como a OTAN, da qual a Turquia faz parte desde 1952. A síntese das normas prescritivas elaboradas pelas teorias do Heartland e do Rimland a partir dos condicionamentos geográficos influenciou decisivamente na percepção geopolítica e na formulação geoestratégica da política norte-americana e na condução de alianças e pactos militares com outros Estados. Como afirma Leonel Itaussu Mello:

São indubitavelmente muito fortes os indícios de que a matriz teórica sintetizada na oposição Heartland-Rimland inspirou a visão geopolítica e estratégica presente nos pactos militares multilaterais que foram parte integrante do sistema de defesa nacional americano no auge da Guerra Fria (MELLO, 1999:132).

Essa parceria estratégica Turquia-Estados Unidos foi abalada somente em 1964 quando da invasão turca no norte do Chipre. Nesta ocasião, o presidente Johnson não consentiu com a utilização de armas providas pelos Estados Unidos pela Turquia e alertou que a OTAN não auxiliaria a Turquia caso a União Soviética decidisse apoiar o presidente Makarios. A partir de então, a Turquia iniciou um processo de diversificação das relações externas, compondo uma estratégia com os Estados Unidos e a Europa simultaneamente. Entretanto, a parceria com os Estados Unidos permaneceu forte durante a Guerra Fria devido à compatibilidade de interesses materiais.

Todavia, há inúmeras publicações produzidas que destacam a insuficiência da teoria de Mackinder com a obsolescência de alguns pressupostos básicos do período anterior aos anos 1990. Os autores que têm apontado essa transformação no âmbito internacional possuem sua razão. Isso por vários fatores, dentre eles: a dimensão militar não é mais o único indicador importante da potência de uma nação (embora continue sendo o mais relevante), dada a qualidade das armas durante a Guerra Fria e a impossibilidade de utilização dessas armas poderosas sem destruir o produto da vitória; o avanço da tecnologia sobre a geografia, desde o

advento da aeronáutica até a produção de alimentos em áreas impróprias que acabaram atenuando a importância do espaço e substituindo os recursos naturais por produtos sintéticos. Neste caso, o comentarista de Mackinder, Amery, anteviu que o poder militar e político só pode ser perseguido quando uma potência puder contar com uma sólida base técnico-científica e industrial, o que certamente diminui a importância relativa da sua posição geográfica (apud COSTA, 1992:84); e a vitória do capitalismo sobre o socialismo soviético impôs uma nova geografia econômica. Com essas transformações surgiram novos indicadores de poder, como influência cultural, comércio, tecnologia, escolaridade, etc. Assim, os números absolutos não são parâmetros de poder válidos em qualquer circunstância. Por exemplo, um Estado com soldados bem treinados e com armas modernas possui grande vantagem diante de um rival com um imenso contingente com pouco preparo e com armas obsoletas. É certo, portanto, que uma análise baseada apenas em indicadores tradicionais traria resultados distorcidos da estrutura do poder internacional.

Hans Morgenthau (2003) apontou que um erro de avaliação do poder de uma nação está em “atribuir uma importância suprema e decisiva a um fator único, em detrimento dos demais”. Dentre esses erros de avaliação ele destacou a geopolítica clássica, embora reconhecesse que a teoria de Mackinder explicava a realidade sob um ângulo específico. Saul Cohen (1963), por sua vez, ressalta que uma política de contenção de acordo com os modelos Heartland-Rimland nos leva a um grave erro estratégico porque nem todas as partes litorâneas da Eurásia têm igual peso estratégico para os Estados Unidos.

Mas se o pensamento geopolítico e estratégico de Mackinder explicou a realidade durante o confronto entre a União Soviética e os Estados Unidos sob determinada perspectiva, ele permanece atual e bastante útil em determinados aspectos, como podemos constatar ao observarmos a configuração mundial do poder e as manobras das grandes potências. Para um Estado com uma história multifacetada e determinada pela geografia como a Turquia, os fatores tradicionais continuam pesando muito na avaliação do poder nacional. O ex-ministro de relações exteriores da Turquia, Mümtaz Soysal (2004:37, tradução nossa), assinala que “até na moderna concepção das relações internacionais, que minimiza o papel da distância e

da herança do passado, a geografia e a história ainda são os fatores mais importantes que determinam o papel da Turquia na política mundial”.

Os conceitos criados por Halford Mackinder continuam sendo utilizados por diversos teóricos, que desenvolvem suas análises considerando a Turquia um Estado pivô, pois controla o estreito de Bósforo, mantendo a estabilidade do Mar Negro e contrapondo à influência russa. A geografia continua conferindo uma posição privilegiada à Turquia, embora não assegure uma posição de liderança. Portanto, para atualizar a análise das relações internacionais convém abordar o objeto com uma visão que admita outras dimensões de poder, considerando a importância da geografia e dos Estados nacionais como fundamentais para essa análise.

Além da aceitação de novos fatores na avaliação de poder nacional, um aspecto particular que influencia na determinação do *status* da Turquia é a transformação do ambiente geopolítico com o surgimento de novos atores internos e externos e competidores, que alteraram as prioridades imediatas do Estado turco.

A Geopolítica Clássica Revisitada

Sintetizando as idéias de Mackinder e Spykman, mas destacando outras dimensões de poder não relacionadas ao poderio militar, o cientista político Zbigniew Brzezinski renomeou os conceitos e elaborou uma estratégia para a manutenção do poder americano na Eurásia como pressuposto para a continuidade da supremacia americana no mundo, pois a Eurásia contém regiões política e economicamente importantes que devem ser asseguradas tanto do ponto de vista da continuidade das relações em favor dos Estados Unidos quanto da prevenção do surgimento de um poder rival que possa ameaçar os Estados Unidos.

Para Brzezinski (1997), a Geografia Política permanece importante nas relações internacionais, assumindo que os Estados continuam sendo as unidades básicas do sistema internacional e que as disputas territoriais ainda são importantes para alguns Estados na

condução de suas políticas externas. Assim, a posição geográfica tende a determinar as prioridades imediatas de um país, e quanto maior seu poder militar, econômico e político, maior o raio, além de seus vizinhos diretos, de envolvimento, influência e interesses geopolíticos vitais de um Estado. Entretanto, Brzezinski considera novas dimensões de poder que Mackinder não considerava, e identifica com base nesta “nova realidade” os atores (Estados) que podem modificar a situação geopolítica, dentre eles a Turquia. Alguns teóricos classificam a Turquia como um dos nove Estados pivô do mundo, definindo Estado pivô como um “país-chave cujo futuro deve não apenas determinar o sucesso ou o fracasso de sua região, mas também afetar significativamente a estabilidade regional” (CHASE; HILL; KENNEDY apud ÇANDAR, 2004:52). Para Brzezinski (1997:41, tradução nossa), “pivôs geopolíticos são Estados cuja importância é derivada não de seu poder e motivação, mas de sua localização sensível e das conseqüências de sua condição potencialmente vulnerável para o comportamento dos atores geoestratégicos”.

Definindo atores geoestrategicamente ativos como “Estados que têm a capacidade e a vontade nacional para exercer o poder e a influência para além de suas fronteiras a fim de alterar [...] a situação geopolítica” (BRZEZINSKI, 1997:40, tradução nossa), Brzezinski (1997:41) acrescenta que a Turquia é tanto um Estado pivô quanto um ator geoestrategicamente ativo, apesar da sua capacidade limitada, colocando-a em destaque juntamente com o Irã.

O pensamento geoestratégico de Brzezinski se desenvolve a partir de uma divisão da Eurásia em quatro regiões geopolíticas distintas, dentre elas os “Balcãs eurásianos”, em que estaria situado o leste da Turquia e que seria de interesse geopolítico devido às grandes reservas de gás natural e petróleo, além de minerais. Os “Balcãs eurásianos” estão situados num retângulo menor dentro de uma zona de instabilidade que abrange todo o Oriente Médio, o Cáucaso, parte da Ásia Central e da Rússia até o extremo oeste da Índia e da China. A região foi definida como “Balcãs eurásianos” devido à grande concentração de conflitos étnicos e territoriais, instabilidade interna em todos os países e vazios de poder. É nesta região

que está quase inteiramente o mundo turco¹ e há interesses geopolíticos conflitantes entre os protagonistas da região, dentre eles a Turquia.

Brzezinski formulou uma geoestratégia para os Estados Unidos na Eurásia, considerando as forças disponíveis e os movimentos da região. Em curto prazo o autor afirma que os Estados Unidos deverão consolidar o pluralismo na região, para em longo prazo construir uma responsabilidade política compartilhada, mediante a parceria estratégica com Estados compatíveis e em ascensão.

Acrescenta que os Estados Unidos não podem isolar a Turquia, evitando assim que ela se torne mais islâmica e menos comprometida em cooperar com o Ocidente na tentativa de estabilizar e integrar a Ásia Central na comunidade internacional. Para isso, os Estados Unidos deverão utilizar a sua influência na Europa para encorajar a admissão turca na União Européia, tratando a Turquia como um Estado europeu. Além disso, sugere que os Estados Unidos incentivem as aspirações turcas em relação ao transporte de energia e construam uma parceria estratégica frente ao Mar Cáspio e à Ásia Central. “Zbigniew Brzezinski atribuiu à Turquia um papel exclusivo em suas previsões da evolução política e estratégica no século XXI” (ÇANDAR, 2004:51, tradução nossa).

A seguir vamos apresentar outras análises e linhas de pensamento igualmente interessantes que merecem destaque. A primeira é a análise da situação internacional do geógrafo norte-americano Saul Cohen pouco antes do fim da União Soviética e sua inovadora contribuição com os denominados Estados/regiões *Gateway* (“portal”). Em seguida, vamos realizar uma análise a partir da teoria culturalista de Samuel Huntington, tentando compreender as influências do principal fator cultural da Turquia, o Islã, e da dimensão doméstica na formulação da política externa turca.

¹Veja mais sobre o mundo turco no capítulo 9.

CAPÍTULO 3

AS REGIÕES GEOPOLÍTICAS E OS “GATEWAY”

Saul Cohen, geógrafo norte-americano, escreveu um artigo em 1991, intitulado *Global Geopolitical Change in the Post-Cold War Era*, logo após o fim da Guerra Fria e o desmantelamento do comunismo do Leste europeu e do sistema centralizado soviético, sobre a transformação geopolítica global após esses dois eventos cataclísmicos e a restauração da estabilidade global a partir de uma abordagem espacial para o desenvolvimento do sistema geopolítico mundial.

Considerando a visão de Brzezinski como estática e determinista, Cohen critica a adoção rígida da contenção do *Heartland*. A crítica à rígida adoção da idéia de contenção do Heartland por Brzezinski é interessante para evitar a reprodução *ad infinitum* de ações repetitivas para conter o poder continental. Essas ações seriam justificadas por uma visão rígida do sistema internacional, apoiada na fixidez da geografia.

Porém, o autor não subestima a importância do *Heartland*. Isso fica claro quando elabora um plano de ação para os Estados Unidos, discorrendo sobre as possibilidades e as alternativas de acomodação entre a Rússia e a China. Sua preocupação central está em atualizar a visão americana do poder continental e evitar tensões com a China e a Rússia.

Na visão de Cohen, o sistema mundial estaria em constante processo de desenvolvimento, evoluindo de acordo com os princípios orgânicos evolutivos. Caracterizado por placas geopolíticas em constante movimento, assim como os processos da Terra, onde há pequenos e grandes tremores, o sistema demonstra sinais de mudança permanentemente que, portanto, não começaram com o fim da Guerra Fria.

Levando em conta que a estabilidade global é uma função dos processos de equilíbrio, o autor refuta a idéia de uma “nova ordem”, que seria estática, enquanto o equilíbrio é dinâmico e permite que o sistema se desenvolva. Por equilíbrio, Cohen se refere à qualidade de igual distribuição de forças e influências opostas em um sistema aberto.

Afirmando que sem turbulência não há mudança e sem mudança não há progresso, Cohen identifica que o grande desafio está em administrar as mudanças a fim de promover o equilíbrio dentro do dinâmico sistema global. Em suas palavras:

A conversa atual sobre a “Nova Ordem Mundial” indica a possibilidade de uma situação internacional que permanece estável. Isto não é uma possibilidade. A mudança não é apenas inevitável, mas um concomitante necessário para o progresso. O desafio é administrar a mudança, canalizando-a em direções que promovam o equilíbrio dentro do dinâmico sistema global que reflete a interação entre as forças políticas e os ambientes físico e humano. (COHEN, 1991:552, tradução nossa)

Continua:

A principal manifestação de tal mudança é a reorientação e o realinhamento das unidades políticas territoriais. O reagrupamento ocorre em todos os níveis da escala geopolítica – da esfera imperial, para a região, para o Estado, para as subdivisões nacionais (COHEN, 1991:557, tradução nossa).

Cohen divide o espaço mundial em dez regiões geopolíticas, utilizando um sistema hierárquico para compreender os sistemas geopolíticos. No nível mais elevado do sistema global estariam as duas áreas geoestratégicas: a marítima e a continental eurásiana. Essas áreas seriam arenas de lugares e movimentos estratégicos, com orientações distintas quanto ao comércio. Essas estruturas retêm suas características básicas apesar da turbulência ocorrida no sistema internacional. Em seguida estariam as regiões geopolíticas, geralmente contidas dentro das áreas geoestratégicas. Os Estados nacionais pertenceriam ao terceiro nível da hierarquia.

Preocupado com o equilíbrio do sistema, Cohen encontra o elemento chave para compreender as relações entre essas unidades geopolíticas. Este elemento seria o nível de entropia de um Estado ou região, que indicaria a coesão ou entropia que cada unidade política teria e seu equilíbrio externo. Os geógrafos espanhóis Font e Rufí (2006:75 e 146) sintetizam a idéia: “Ele [Cohen] trata de diversos cenários relacionados, mas hierarquizados [...] desenha um mundo de ‘regiões geopolíticas’ – concretamente dez, sendo uma delas o clássico *Heartland* – coesas ou entrópicas internamente, e em equilíbrio ou desequilíbrio nas suas relações exteriores”.

Equilíbrio militar e níveis de entropia

Fonte: Adaptado e traduzido de Saul B.Cohen, *Global Geopolitical Change in the Post-Cold War Era*, p.563.

Esse nível de entropia seria um componente, juntamente com a força militar-estratégica, para determinar a influência de um Estado ou região. O Oriente Médio estaria com um nível médio de entropia.

Analisando as regiões – não inseridas nas áreas geoestratégicas – desenhadas por ele, Cohen classifica o Oriente Médio como um *Shatterbelt* (cinturão de quebra), isto é, uma região orientada estrategicamente em que estão áreas de competição entre os poderes marítimo e continental com altos graus de fragmentação e conflitos (COHEN, 1991:567),

numa posição muito semelhante ao *Rimland* de Spykman.

Todavia, Cohen não descarta a possibilidade de transformação do Oriente Médio com a conseqüente redução de seu nível entrópico, por exemplo, por meio de trocas com a Europa. Neste caso, Cohen acredita que o Oriente Médio poderá se tornar uma região *Gateway*, ou seja, uma estrutura de acomodação entre diferentes regiões geopolíticas que facilitaria a transferência de energia para as regiões com elevados níveis entrópicos. Em suas palavras:

A promessa da região Gateway é que facilitará a transferência de inovação econômica do Oeste para o Leste, e, finalmente, o oposto [...] Uma região Gateway tem 'dobradiças' – Estados-chave que lideram como mediadores econômicos e sociais ao desobstruir as regiões em ambas as direções [...] a distinta contribuição dos Gateways é que podem estabilizar o sistema por causa da sua *raison d'être* como *links* em um mundo cada vez mais interdependente. (COHEN, 1991:572-576, tradução nossa).

Por enquanto, a previsão de Cohen não se tornou realidade. O Oriente Médio continua em ebulição e os conflitos persistem com muita intensidade. As recentes guerras travadas no Líbano, Iraque e a crise do Irã já desacreditam o prognóstico do geógrafo norte-americano.

Porém, observando apenas os Estados e a possibilidade de obterem o *status* de *Gateway*, nota-se que a Turquia possui algumas características de *Gateway* de acordo com alguns critérios determinados por Cohen. Em primeiro lugar, o Estado *Gateway* facilitaria a transferência de novas energias entre diferentes regiões geopolíticas. Neste caso, a proximidade com o Ocidente, tanto em termos geográficos quanto em termos econômicos, culturais e políticos, faz da Turquia um Estado capaz de transferir inovação para a antiga periferia soviética, principalmente para o Cáucaso e para a Ásia Central, com quem compartilha laços étnicos e lingüísticos e cultiva uma aproximação desde o começo da década de 1990. Algumas regiões do Oriente Médio também poderão se beneficiar das relações preferenciais da Turquia com o Ocidente. Destarte, além de inovação, a Turquia poderia promover o equilíbrio ao assumir o papel de mediador entre o Ocidente e o Oriente.

Em segundo lugar, as numerosas populações turcas na diáspora, principalmente na Europa, fornecem fluxo de capital e know-how tecnológico. Complementarmente, a Turquia

interage com outras comunidades túrcicas em regiões menos desenvolvidas da ex-periferia soviética mediante uma progressiva difusão cultural, como concessão de bolsas de estudo e transmissão de programas de TV em língua turca.

Em termos econômicos, as rotas energéticas (de Leste para Oeste; do Norte para o Sul) e os acordos comerciais com a Europa geram uma interdependência entre as diferentes regiões geopolíticas. Assim, ao evoluir a Estado *Gateway*, a Turquia ajudaria a unir as partes do sistema.

Vale ressaltar, porém, que a Turquia é um *potencial* Estado *Gateway* com algumas sérias deficiências. Ao mesmo tempo em que o Estado turco está em condições de auxiliar na acomodação entre regiões conflitantes, esse *status* de reconciliador pressupõe, antes de qualquer coisa, que a própria Turquia tenha resolvido suas diferenças com outras regiões, Estados ou grupos minoritários para, a partir desse momento, agir como uma estrutura de interação social, política e econômica. As rivalidades e hostilidades com gregos e armênios, a exasperação nacionalista no Chipre e a questão curda são os principais exemplos de pontos de fricção ainda não resolvidos que desqualificam a Turquia como Estado estabilizador.

O mundo segundo Cohen

Fonte: Saul B.Cohen. *Global Geopolitical Change in the Post-Cold War Era*, p.553.

Numa espécie de remate conclusivo, o autor sugere no seu artigo algumas linhas de ação para os Estados Unidos, – assumindo que sua visão é parcial devido à sua inclinação nacional –, prescrevendo, dentre outras recomendações, que os americanos devem dar especial atenção às regiões ou Estados *Gateway*, incluindo o Oriente Médio que, como já dissemos, Cohen também acredita que adquirirá o status de *Gateway*, voltando-se para o mundo marítimo. Por enquanto, a região continua instável e indefinida.

Quanto à Turquia, Cohen se refere a ela como uma das principais parceiras estratégicas dos Estados Unidos, ao lado de países como Grã-Bretanha e Israel. Por isso, afirma que os Estados Unidos devem manter suas bases aéreas e marítimas em território turco.

Ponte ou Barreira?

Outras noções empregadas à Turquia – como *ponte* ou *barreira* – foram apresentadas por Ian Lesser (1993:99-140). Para Lesser, a noção da Turquia como *ponte* entre o Ocidente e o Oriente é um assunto predominante entre a elite política e econômica na Turquia. Isto porque geograficamente a Turquia une a Europa à Ásia, culturalmente a Turquia moderna é um produto das influências ocidentais e orientais e em termos políticos, econômicos e estratégicos, a Turquia continuará sendo um ator na Europa, no Oriente Médio e na Ásia Central.

Observa, entretanto, que esse papel e *status* especiais conferidos à Turquia não sobrevivem a uma análise mais crítica. Em primeiro lugar, o Islã estaria no centro dessa divergência. Se, por um lado, a ligação da Turquia com o mundo árabe é fundamentada no compartilhamento islâmico, a orientação secular da Turquia coloca esse vínculo em xeque, por outro lado, o crescimento do papel do Islã na Turquia poderia enfraquecer os laços com o Ocidente. Em segundo lugar, estariam as relações entre a Turquia e os outros Estados do Oriente Médio, marcados pelo antigo domínio turco e pela cooperação da Turquia com os

objetivos ocidentais na região. Em terceiro lugar, os interesses econômicos e energéticos tanto levam ao desenvolvimento de boas relações quanto causam atritos com os vizinhos.

Na percepção européia, o legado negativo deixado pelos turcos nos Bálcãs induz, tradicionalmente, os europeus a construírem barreiras ao poder e influência da Turquia na Europa em vez de engajarem a Turquia como uma *ponte* estratégica com o Oriente. A experiência da Turquia como parte integrante dos sistemas de segurança europeus, como a OTAN, não significa que o país deva ser incorporado na nova identidade de defesa da Europa. Os europeus querem evitar o envolvimento com as complexas preocupações de segurança da Turquia. Os problemas de segurança no Oriente Médio levam a Europa a enxergar a Turquia como uma *barreira* para as ameaças militares e não como um agente para o diálogo.

Por fim, o autor afirma que um papel de *ponte* sugere um país equilibrado entre o Ocidente e o Oriente. Além disso, a concepção de *ponte* não é convincente porque os turcos não estão em posição de compreender as duas partes como resultado de sua ambigüidade histórica em ambas as regiões.

Obviamente, quase quinze anos se passaram desde a publicação da análise de Lesser. Mais adiante, na segunda parte, vamos passar em revista as questões colocadas pelo analista a partir de abordagens mais recentes.

CAPÍTULO 4

A ABORDAGEM CULTURALISTA

O Islã e a Dimensão Doméstica

Como vimos nas leituras expostas, os fatores históricos e geográficos – que possibilitam o acesso a regiões estrategicamente importantes e por vezes contraditórias – são os mais relevantes na avaliação da importância da Turquia. Se do ponto de vista geoestratégico a Turquia se encontra numa zona de fricção entre poderes conflitantes, não menos relevante é a sua posição em termos culturais e identitários, já que se localiza numa suposta “encruzilhada civilizacional”, sendo uma ponte entre as civilizações ocidental e islâmica. Assim, muitas questões relacionadas à política externa da Turquia são determinadas pela dimensão cultural e pelo aspecto “civilizacional”, em especial o fator islâmico que, além de constituir questão central diante do Oriente Médio, ressoa também no sudeste europeu, no Cáucaso e na Ásia Central. Como refere M. Hakan Yavuz (2005:6), estudar a identidade islâmica é importante porque fornece a base para os interesses individuais e coletivos e um mapa de ação para lidar com situações políticas e sociais, servindo como uma fonte de transformação social. A partir disso, a questão cultural e identitária permeará a nossa análise quando tratarmos das relações com as áreas de interesse da Turquia. Portanto, uma abordagem culturalista que revele a questão identitária é um tema crucial para a nossa proposta.

O historiador Arnold Toynbee (1967:209) conceituou o termo “civilização” como “a menor unidade de estudo histórico a que chegamos quando tentamos compreender a história de um país”, mais antiga que o próprio Estado. Assim, no caso da Turquia, deveríamos retroceder a um período anterior ao surgimento da república turca que, por se tratar de um Estado é, de acordo com Toynbee, suscetível de vida breve e morte súbita (TOYNBEE, 1967:210).

Nestes termos, a República da Turquia se desenvolveu no seio de uma civilização caracterizada pela religião e seus tentáculos em outras esferas da vida societária: a civilização

islâmica. O contato do Islã com o Ocidente teria como principal característica uma relação conflituosa histórica, em que “várias vezes, no passado, o islã e nossa sociedade ocidental atuaram um sobre o outro e ambos reagiram a essa atuação, em situações diversas e alternando os papéis que desempenharam” (TOYNBEE, 1967:176). Com a inegável superioridade técnica ocidental, Toynbee assinala que o Islã respondeu a este desafio de duas maneiras diferentes. Chamou de *zelote* o “que foge do desconhecido e se refugia no familiar”; e de *herodiano* o “que atua baseado no princípio de que a melhor maneira para proteger-se do perigo do desconhecido é conhecer bem seus segredos” (TOYNBEE, 1967:179 seq.), considerando o *herodianismo* mais eficaz para uma sociedade na defensiva.

Como um exemplo pioneiro de campo de experimentação do *herodianismo* no mundo muçulmano, a Turquia é destacada pelo autor por ter empreendido uma revolução que abalou seus alicerces sociais e por ter repudiado a tradição da solidariedade islâmica, buscando reorganizar a sociedade de acordo com um modelo ocidental, por conseguinte, convergindo para o nacionalismo de inspiração européia. Segundo Toynbee (1967:199) “para a maioria dos muçulmanos, a consequência inevitável do nacionalismo – ainda que não desejada – será a imersão no proletariado cosmopolita do mundo ocidental”. Acrescenta ainda que o povo turco prestou um serviço a todo o mundo muçulmano quando adotou o modo de vida ocidental, mas que esse caminho não precisa ser trilhado por outros muçulmanos.

Contudo, a idéia lançada por Toynbee nesse estudo que influenciou outros autores, como Samuel Huntington, é a do choque de civilizações, que é em sua concepção o choque da civilização ocidental com outras civilizações remanescentes, com um grande movimento de expansão e penetração intercivilizacional.

Segundo esse raciocínio, a Turquia estaria numa zona fronteira civilizacional, e ela própria representaria um campo em que estes movimentos de expansão e penetração se encontrariam, com maior intensidade devido ao fator geográfico.

A Turquia no “Choque de Civilizações”

Em contraposição a Brzezinski, uma teoria coerente com o realismo político que aborda a posição da Turquia merece ser citada. O culturalista Samuel Huntington elaborou uma tese que considera os fatores culturais como determinantes dos conflitos no mundo pós-Guerra Fria. Para ele, a fonte fundamental de conflito nesse novo mundo não será ideológica nem econômica, mas cultural e, portanto, entre atores de civilizações diferentes. “O choque de civilizações dominará a política global. As linhas de cisão entre as civilizações serão as linhas de batalha no futuro” (apud VESENTINI, 2003:54).

Comenta o professor Vesentini (2003:54): “uma noção fundamental nessa interpretação é a de ‘linhas de cisão entre as civilizações’, que seriam as áreas do globo onde os choques ocorreriam com maior intensidade”. Não é difícil perceber no mapa esboçado por Huntington (veja a seguir) que as fronteiras do Estado turco coincidem com a linha de cisão entre a civilização ortodoxa e a islâmica, a qual pertence.

Admitindo um sistema internacional regido pelos Estados, Huntington desenvolveu o conceito de Estado-núcleo, que seria o Estado líder de uma civilização, destinado a atuar como mediador nos conflitos externos, o que proporcionaria, segundo Huntington, a paz entre as nações. Para o mundo muçulmano, o Estado-núcleo seria importante para gerar coesão e contribuir para a redução dos conflitos internos e intercivilizacionais.

Huntington sustenta a tese que a Turquia deveria ser o Estado-núcleo do Islã porque é a nação mais preparada para exercer essa liderança. Para ele, a Turquia possui todos os requisitos necessários – recursos econômicos, poderio militar, capacidade organizacional, identidade islâmica – para assumir esta posição, com exceção de um fator indispensável: engajamento islâmico. Sugere, portanto, que a Turquia abandone o seu compromisso com o secularismo e se redefina como principal interlocutor do mundo muçulmano com o Ocidente.

A Turquia no mundo das civilizações segundo Huntington

Fonte: Adaptado de Samuel Huntington, *O choque de civilizações*, pp.26-27.

Essa opinião foi reforçada com sua leitura da sociedade turca que, para ele, se configura como um Estado dividido caracterizado pela oposição secularismo/islamismo:

Mustafá Kemal Atatürk criou uma Turquia das ruínas do Império Otomano e desencadeou um esforço maciço tanto para ocidentalizá-la como para modernizá-la. Ao embarcar nessa rota e rejeitar o passado islâmico, Atatürk fez da Turquia um “país dividido”, uma sociedade que era muçulmana na sua religião, na sua herança nos seus costumes e nas suas instituições, porém com uma elite dirigente decidida a torná-la moderna, ocidental e em sintonia com o Ocidente. (HUNTINGTON, 1997:88)

Esta oposição secularismo/islamismo (modernizador/reacionário) foi descrita por Erik Zürcher como uma visão dicotômica propagada pelo clássico de Bernard Lewis, que não é a melhor referência para a compreensão da complexa sociedade turca atual (apud FERNANDES, 2005:69-70).

Concluiu Samuel Huntington:

Durante muitos anos a Turquia preencheu dois dos três requisitos mínimos para um país dividido mudar sua identidade civilizacional. As elites turcas apoiaram de forma majoritária essa linha de ação e seu povo assentiu. Entretanto, as elites da recipiente – a civilização ocidental – não foram receptivas. Enquanto a questão estava pendente, o ressurgimento do Islã dentro da Turquia começou a solapar a orientação secularista e pró-ocidental das elites turcas. Os obstáculos a que a Turquia se torne plenamente européia, as limitações da sua capacidade de desempenhar um papel dominante com relação às ex-repúblicas soviéticas túrquicas e a ascensão das tendências fundamentalistas islâmicas erodindo o legado de Atatürk, tudo isso parecia assegurar que a Turquia permanecerá sendo um país dividido. (HUNTINGTON, 1997:185).

O excerto acima foi comentado pelo professor português José Pedro Teixeira Fernandes (2005), para quem Huntington, ao sugerir que em algum momento houve um consenso em relação à opção secular e modernizadora, ignora que as mudanças foram impostas de cima para baixo por Atatürk e seus continuadores. Opõe-se também à idéia utilizada por Huntington de que o Islã ressurgiu na Turquia, sugerindo que o Islã nunca desapareceu na Turquia e permaneceu profundamente enraizado na sociedade turca. Larrabee e Lesser salientam que essa idéia de re-islamização da Turquia é um equívoco. Nas palavras dos autores:

O Islã nunca foi verdadeiramente eliminado na Turquia. Este foi simplesmente removido das instituições estatais. Apesar de tudo, continuou a exercer uma forte influência no interior do país. O resultado foi uma profunda divisão entre a cultura kemalista secular, da elite militar-burocrática, centrada em Ancara e nas grandes cidades da Turquia ocidental, e a cultura tradicional, que prevaleceu nas aldeias e cidades da Anatólia Oriental. (LARRABEE; LESSER, 2003:60, tradução nossa).

Por último, Huntington fala de mudança de “identidade civilizacional”, o que para Fernandes pressupõe uma transformação muito mais profunda. Afirma:

De fato, como vimos, a Turquia, sob o efeito da decadência desastrosa do Império Otomano, procurou obsessivamente modernizar-se, assumindo que, para isso, teria de adotar (algumas) práticas organizativas e culturais ocidentais. Mas, isso não é exatamente a mesma coisa que pretender mudar de identidade civilizacional, o que seria um processo de mudança muito mais complexo e profundo, implicando uma ruptura total com a matriz sociológica de base, para aí colocar uma outra matriz, a da nova civilização com que se queira se identificar. Acontece que nunca houve tal intenção de Atatürk, nem da elite dirigente kemalista. (FERNANDES, 2005:77).

O problema da formulação de Huntington está em abordar a ocidentalização turca em termos civilizacionais. Seria mais adequado tratar o dilema turco a partir da perspectiva político-identitária. A Turquia é um país muçulmano defrontado com a opção de se aproximar da Europa (apesar dos riscos de não ser aceita) ou voltar a ser parte de um fictício mundo muçulmano politicamente homogêneo. Assim, a Turquia se encontraria numa encruzilhada política e identitária, e não civilizacional.

Todavia, Fernandes possui um diagnóstico próximo de Huntington no tocante à “divisão” da Turquia:

[...] há uma profunda oposição entre a elite burocrático-militar kemalista, associada aos meios acadêmicos, intelectuais e jornalísticos próximos ideologicamente da esquerda clássica européia, e a “contra-elite” que se formou nas últimas décadas, mais ou menos influenciada pelas idéias da síntese turco-islâmica e dos movimentos “pró-islamitas”, e que conta com apoios também significativos, nos meios intelectuais, acadêmicos e jornalísticos, bem como nos meios empresariais ideologicamente próximos da direita conservadora e nacionalista (FERNANDES, 2005:72).

As raízes dessa cisão estão na radical rejeição ao passado multicultural e multirreligioso, influenciado por uma idéia estratégica claramente pró-ocidental, e na matriz islâmica anterior ao processo de modernização que acaba impedindo a incorporação da Turquia na civilização ocidental. Além disso, Fernandes aponta para outros fatores que justificam a divisão da Turquia. Para ele, além da oposição entre a elite burocrático-militar kemalista e a “contra-elite” islâmica, há também a questão étnica-territorial, representada pelo conflito entre curdos e turcos, e a clivagem que opõe a população majoritariamente sunita a

uma minoria alevi² (xiita). Isto mostra que a Turquia não superou as barreiras rumo ao multiculturalismo e à diversidade étnica, questões que devem ser tratadas como centrais quando pensarmos em termos de coesão societal.

Outra contribuição interessante de Fernandes (2005:171) está em citar o equívoco quanto ao secularismo turco que, devido à sua raiz islâmica, gerou resultados distintos dos observados numa construção secularista de matriz cristã. Aqui, a ênfase está claramente nas diferenças entre as matrizes culturais-civilizacionais. “O que se verificou é que o secularismo na Turquia evoluiu, com naturalidade, diga-se de passagem para uma síntese turco-islâmica (na qual co-existem, certamente, alguns valores e práticas culturais ocidentais, injetados pela via de modernização)”(FERNANDES, 2005:171).

Baseado em autores turcos e ocidentais, Fernandes passa em revista a (re)islamização do secularismo (síntese turco-islâmica) e a sua expressão na política doméstica.

Nota que a (re)islamização do secularismo kemalista foi impulsionada por um movimento conhecido como *Aydinlar Ocagi* (que traduziu por “Refúgio dos Intelectuais”), que teve como principal ideólogo o professor e especialista em culturas pré-otomanas, Ibrahim Kafesoglu. “Este movimento avançou com uma proposta que ficou conhecida por *Türk Islam Sentezi* (‘síntese turco-islâmica’), a qual acabou por se converter naquilo que pode ser designado como a ‘ideologia não oficial’ da República da Turquia” (FERNANDES, 2005:65). Assinala que foi uma resposta à demanda de intelectuais que queriam adicionar o componente religioso à identidade étnica kemalista, fazendo do “encontro entre turcos e o Islã um acontecimento central da história turca” (ÉTIENNE COPEAUX apud FERNANDES, 2005:66).

Fernandes apresenta duas interpretações divergentes quanto à síntese turco-islâmica ao se referir ao antropólogo Bozkurt Güvenç, que a entende como um movimento reacionário

² “Os alevi são uma população originalmente constituída por tribos nômadas turcomanas, também conhecida pelo nome de kizilbas, que tradicionalmente habita áreas rurais da Anatólia Central e Oriental, com particular incidência no triângulo Kayseri-Sivas-Divrigi” (FERNANDES, 2005:79).

que busca restaurar o papel do Islã, e à socióloga Nilüfer Göle, que considera o fenômeno da (re)islamização como uma resposta aos problemas colocados pela sociedade moderna.

A Secularização do Islã

Com um estudo focado na identidade política islâmica da Turquia, o cientista político M. Hakan Yavuz revela uma abordagem positiva em relação ao Islã. Atento aos eventos de 28 de fevereiro de 1997, quando o quarto golpe militar derrubou o então primeiro-ministro pró-islâmico Necmettin Erbakan, o autor desenvolve o seu pensamento a partir de autores que começaram a contestar a visão hegemônica e influenciada pelo governo republicano de acadêmicos ocidentais e turcos (cita Tunaya e Berkes), que consideram a elite kemalista como o motor das reformas e da ocidentalização em vez de uma força autoritária que combate a sociedade islâmica tradicional “reacionária” e recalcitrante (YAVUZ, 2003:3-4). Neste caso, os movimentos islâmicos são entendidos como violentos e opositores dos regimes atuantes, o que contradiz a experiência de reforma silenciosa da Turquia. Contra essa percepção anti-islâmica, autores como Nilüfer Göle e Mete Tunçay argumentam que “os movimentos sociais islâmicos são agentes centrais na promoção de uma sociedade pluralista e democrática e que o exemplo turco assegura uma esperança de longo prazo para o mundo muçulmano” (YAVUZ, 2003:4, tradução nossa).

Yavuz segue a abordagem do Islã na Turquia que o separa da ameaça apregoada pelos reformadores secularistas. Argumenta que os movimentos islâmicos na Turquia não são impulsionados pela raiva e frustração em relação às elites seculares como no Egito, por exemplo, e são comprometidos a atuarem dentro da estrutura legal de parâmetros democráticos e pluralísticos, o que poderia servir de modelo para outros Estados muçulmanos (YAVUZ, 2003:4).

O fracasso da elite em transformar a sociedade tradicional e em atingir a população rural é observado pelo autor como causas da busca pela construção de uma nova versão de

modernidade, trazendo a vernacularização da modernidade e a secularização do Islã – mantendo algumas semelhanças com o discurso do já citado professor José Fernandes.

O autor define a “vernacularização da modernidade” como os esforços de movimentos e intelectuais islâmicos em redefinir os discursos de modernidade em seus próprios termos islâmicos (YAVUZ, 2003:5). Há assim, para ele, “uma emancipação da hegemonia das formas tradicionais de política e cultura de autoridade” (YAVUZ, 2003:5, tradução nossa), já que esses movimentos se opõem ao código de moralidade islâmica e à hegemonia do Estado-Nação.

Quanto à secularização do Islã, o autor afirma que se trata da racionalização das práticas religiosas e a acomodação da fé às exigências de razão e evidência, enquanto o pensamento secular foi incorporado pelo pensamento islâmico (YAVUZ, 2003:5).

Yavuz também critica os acadêmicos que ignoram a transformação islâmica silenciosa da Turquia:

Alguns acadêmicos, em vez de enfatizarem os profundos processos sociais, intelectuais e políticos envolvidos na construção da identidade política islâmica, têm focado as manifestações e retórica de Erbakan. Conseqüentemente, tendem a confundir as causas e as conseqüências da vitória eleitoral do *Refah Partisi* (Partido do Bem-Estar) com os processos mais amplos e profundos da vernacularização (islamização) da modernidade.(YAVUZ, 2003:6, tradução nossa, grifo do autor).

Para o autor o que ocorreu foi a incapacidade da ideologia kemalista de se modernizar, tornando-se autoritária e incapaz de internalizar a democracia e a sociedade civil autônoma. Na base deste processo estaria a supremacia do Estado sobre os cidadãos, que protege o Estado contra as novas idéias, compreendidas como ameaças, internas e externas. Assim, a história da Turquia moderna seria representada pelo embate entre o kemalismo e a democracia. Acrescenta:

As demandas identitárias surgem principalmente de atores islâmicos que se sentem excluídos com a excessiva preocupação kemalista com o secularismo definido como ‘modernidade’ e o Islã definido como ‘atraso’. Mas os

movimentos islâmicos turcos não são nem anti-modernos e nem atrasados. (YAVUZ, 2003:265-266, tradução nossa).

Essa visão dicotômica ruiu com os contínuos desenvolvimentos políticos e econômicos, que foram proveitosos para os movimentos islâmicos que os utilizaram para desestabilizar o kemalismo e esta rígida estrutura (YAVUZ, 2003:268).

A Dimensão Doméstica e a Expressão Política da Oposição Secularismo/Islamismo

Apesar da nossa análise enfatizar as prioridades externas da Turquia, a política doméstica serve como subsídio para a compreensão da política externa – são esferas autônomas, mas interdependentes. No caso da Turquia, um ponto central na política doméstica que influencia as relações externas é a estabilidade interna. Como referem F. Stephen Larrabee e Ian O. Lesser (2003:42, tradução nossa), “o *tour d’horizon* de desafios e oportunidades regionais e funcionais dos quais a Turquia está diante levantam questões fundamentais acerca da capacidade de resposta da Turquia”. Assinalam:

Numa era em que a capacidade para conter as divisões soviéticas na Trácia e no Cáucaso não é mais uma medida válida de importância internacional, ou uma base para alianças, a evolução interna turca é bastante significativa e influenciará o tipo e a extensão do envolvimento da Europa e dos Estados Unidos com Ancara. A Turquia já emergiu como um importante ator regional e “trans-regional”. Sua capacidade de manter e expandir este papel dependerá do desenvolvimento interno da Turquia assim como das mudanças do ambiente externo [...] que são duas esferas interdependentes. (LESSER; LARRABEE, 2003:44, tradução nossa).

Os autores acima citados relacionaram alguns aspectos importantes quanto a esta estabilidade interna, dentre eles a fragmentação do cenário político interno surge como um determinante importante devido ao movimento de extremos.

Fernandes (2005:72-73) chama a atenção para a volta da religião no centro da política turca como decorrência da (des)estruturante oposição secularismo/islamismo – caracterizada pelo antagonismo entre a elite burocrático-militar kemalista (próxima da esquerda clássica

européia) e a “contra-elite”, conservadora e nacionalista, influenciada pela síntese turco-islâmica –, com a ascensão de partidos de inspiração islamista.

A primeira manifestação desta tendência foi a eleição, em 1995, do partido do Bem-Estar, o *Refah Partisi*, que tentou se diferenciar dos partidos de orientação secular acusando-os de imitadores do mundo ocidental e fantoches do imperialismo. O *Refah* indicava os efeitos negativos – políticos e econômicos – do Ocidente nas sociedades muçulmanas, além de ser anti-democrático. Apesar de não ser radical e nem militante, o islamista *Refah* foi deposto em 1997 mediante um golpe de Estado “pós-moderno”, como qualificou a imprensa turca, já que os militares, apoiados por outros setores da sociedade identificados com o secularismo, como os alevi, impuseram a saída do governo sem utilizar os procedimentos tradicionais anteriormente observados.

Contudo, em 2002, após um governo secularista marcado pela grave crise econômica, outro partido conservador de inspiração islâmica obteve 34,26% dos sufrágios expressos e, como observou M.Yavuz (2003:256, tradução nossa), “representou uma ruptura histórica ao conceder a um partido islâmico uma oportunidade para reestruturar o cenário político e expandir a esfera pública”. O *Adalet ve Kalkınma Partisi* (Partido da Justiça e do Desenvolvimento, AKP) é considerado por muitos da elite kemalista como uma metamorfose do Partido do Bem-Estar, embora seja pró-ocidental e a favor da democracia. Essa caracterização do AKP como uma transformação do *Refah* é refutada pelo professor M. Yavuz. Ele argumenta que, em primeiro lugar, a eleição de 2002 não tratou de restabelecer um Estado islâmico ou instituir a lei islâmica, mas de remodelar o limite entre o Estado e a sociedade, consolidando a sociedade civil, e reconstituindo o cotidiano em termos de uma visão compartilhada da “vida boa” (YAVUZ, 2003:256). O autor considera essa transformação como de baixo para cima, em que a sociedade civil deseja expandir as fronteiras da esfera pública e tornar as instituições políticas representativas do povo, em vez de representativas do Estado oficial governante. Outro esclarecimento na visão de Yavuz diz respeito à natureza do partido, que apesar da orientação islâmica, possui uma identidade híbrida. Pode ser considerado um partido pluralista, já que ao mesmo tempo é turco, muçulmano e ocidental, e que define seu nacionalismo em termos étnicos e religiosos

centrado na sociedade, em vez da visão secularista etnolingüística (embora o partido entenda o secularismo como algo positivo). “A base normativa do AKP consiste na síntese turco-islâmica dentro dos novos discursos globais de direitos humanos e democracia”(YAVUZ, 2003:261, tradução nossa). O triunfo do AKP é considerado pelo autor como a busca dos turcos por um novo contrato social que substitua a estrutura política autoritária e corrupta.

Quanto à política externa do AK, o professor Sencer Ayata (2004:268-274) contribui para a compreensão da posição do partido. Segundo o autor, o Islã político na Turquia se opõe à dominação cultural, econômica e política realizada pelo Ocidente, oferecendo o Islã como uma alternativa ao sistema ocidental. Histórica, geográfica e culturalmente, os islamistas percebiam a Turquia como uma parte do mundo islâmico, com uma identidade nativa baseada na cultura tradicional muçulmana. Em seus discursos, os islamistas consideram os Estados Unidos como uma superpotência desestabilizadora dos Estados islâmicos, enquanto a Europa é vista como racista, colonial, etnocêntrica. Essa interpretação da Turquia levou à criação de um bloco alternativo constituído por Estados muçulmanos e à recusa em fazer parte da Europa pelo partido do Bem-Estar (*Refah Partisi*). “A integração da Turquia à União Européia foi novamente rejeitada pelos islamistas em razão de diferenças civilizacionais fundamentais baseadas na religião e nos perigos das possíveis limitações sobre a soberania nacional” (AYATA, 2004:268, tradução nossa).

Entretanto, diferentemente de seus antecessores islâmicos do partido do Bem-Estar (*Refah Partisi*), o AK não se posicionou contra o Ocidente. O AK mudou radicalmente de curso, do prévio anti-ocidentalismo para o euro-entusiasmo. Composto por moderados, o AK abandonou o projeto de uma comunidade islâmica que rivaliza com o Ocidente. Ayata verificou o manifesto do partido em que “ênfatisa os interesses nacionais comuns como princípio orientador na política externa, sem mencionar o papel da religião e do Islã nas relações internacionais” (“Adelet ve kalkınma partisi Programı 2001³” apud Ayata, 2004:269, tradução nossa).

³ Disponível em www.akparti.org.tr

Essa mudança de direção pode ser percebida no excerto abaixo redigido por Ayata a partir do manifesto do AK:

A importância das relações da Turquia com os países europeus é enfatizada e o partido está comprometido a cumprir os requisitos para fazer parte da UE. Quanto às questões de segurança, o manifesto enfatiza o comprometimento da Turquia com a OTAN, declarando também que a Turquia merece uma participação maior no novo sistema de segurança europeu. Também propõe que as relações com os Estados Unidos sejam ampliadas mediante o estímulo de investimentos diretos americanos na Turquia e crescente cooperação nas áreas de ciência e tecnologia, para transcender o relacionamento centrado na segurança. O aprofundamento das relações da Turquia com os Estados túrcicos no Cáucaso e na Ásia Central e especificamente com o mundo muçulmano é defendido como meios de diversificar as relações externas. (AYATA, 2004:269, tradução nossa).

Para Ayata, essa radical transformação na orientação da política externa poderia ser explicada por alguns fatores econômicos, como a dependência econômica dos europeus, e políticos, como o colapso do projeto de criação de uma alternativa islâmica. Argumenta que a retomada da orientação ocidental está relacionada a considerações econômicas, já que o apoio popular é sensível ao desempenho econômico e a burguesia islâmica compõe o grupo mais forte dentro do AK, e por razões políticas, como o apoio do Ocidente para fortalecer o partido. Além do apoio a essa mudança na política externa de dois grupos dominantes: a comunidade de negócios, que deseja intensificar suas ligações econômicas globais e a corporação militar, que pretende permanecer inserida nas estruturas dos sistemas de segurança do Ocidente.

Entretanto, o Governo do AK sofre pressões de grupos nacionalistas (em ascensão) para atacar os curdos no norte do Iraque e para voltar-se para o Oriente. Para o analista do *Washington Institute for Near East Policy*, Soner Cagaptay, foi o próprio AK o responsável pelo aumento do sentimento anti-americano na Turquia e pela transição da política externa de Ancara em direção ao Oriente Médio muçulmano:

O que tem mudado não é que o AKP fez da Turquia menos secular institucionalmente, mas ele tem alterado a direção da política externa da Turquia [...] até a sociedade mais secular e pró-Ocidente, predominantemente muçulmana, a experiência turca com o governo do AKP no poder desde 2002 mostra que os partidos islamistas podem iniciar mudanças em caminhos especialmente inesperados (CAGAPTAY, 2007, tradução nossa).

A desilusão com a UE também estaria relacionada com o crescimento do nacionalismo e a rejeição do Ocidente. Haveria, portanto, uma polarização do eleitorado entre islamistas e secularistas⁴.

Para onde vai a Turquia?

Em suma, podemos concluir que o Islã separa a Turquia do mundo ocidental em termos identitários, mas em termos estratégicos ajuda a manter a aliança ao se utilizar do modelo sintético turco-islâmico para influenciar outras regiões do mundo túrcico e evitar o crescimento do Islã radical. A experiência turca já demonstrou que a secularização “forçada” pode ser garantida apenas com autoritarismo. Além disso, a matriz islâmica requer uma adaptação que não pode ser negligenciada.

A partir da constatação de que há, de forma silenciosa, um movimento de (re)islamização do secularismo simultâneo a um movimento de secularização do Islã, a Turquia pode condensar harmoniosamente num modelo que incorpore elementos do Islã com características ocidentais, evoluindo de uma sociedade “dividida” para uma sociedade mais homogênea em termos culturais, com características únicas, determinada por um Islã liberal proveniente, talvez, do próprio auto-isolamento turco. Obviamente, essa situação que incorrerá na suavização da divisão observada atualmente poderá ser temporária, restando apenas a esperança de que uma verdadeira polarização resultante de movimentos mais radicalizados e antagônicos (islamismo *versus* secularismo) não leve à fragmentação da República turca.

Se por um lado os argumentos de Yavuz quanto ao avanço democrático parecem bastante coerentes, é muito questionável a afirmação que o AKP se trata de um partido genuinamente pluralista. O próprio autor ressalta que a orientação pró-ocidental é pragmática e tem por objetivo controlar os excessos do kemalismo, já que a Europa é mais liberal que um

⁴ Há também um crescimento do Partido da Ação Nacionalista, que nas últimas eleições recebeu 14,3% dos votos.

regime que enxerga como ameaça tudo que fira os preceitos da revolução. Isso não quer dizer que o AKP seja apenas um sobrevivente mutante do *Refah*, dada a sua nova liderança. Algumas indagações acerca do futuro político da Turquia foram expostas por Fernandes:

A grande questão em aberto é saber se a democracia turca que, quando avaliada por padrões europeus/ocidentais contem aspectos inegavelmente *sui generis*, [...] evoluiu, definitivamente, para um grau de maturidade em que partidos de inspiração islamita se integram no sistema político institucionalizado, aceitando as regras normais do jogo democrático, incluindo a da alternância no poder e da estrutura secular do Estado. (FERNANDES, 2005:74).

Por outro lado, a questão é também a de saber se os próprios partidos da esquerda secularista – que se consideram a si mesmos bastiões da construção secular e democrática –, vão abdicar do seu estilo “autoritário” de governação e de uma certa arrogância associada à idéia de serem os únicos detentores da modernidade, herdada diretamente da forma de governação kemalista (mas que, no que se refere à vertente autoritária, certamente se explica também como um legado otomano, algo que estes não gostam de admitir). Ou então, se teremos no futuro mais um “regresso ao passado”, com a continuidade da construção kemalista-secularista a só poder ser mantida manu militari, como aconteceu, respectivamente, em 1960, 1971, 1980 e de forma “pós-moderna” em 1997... (FERNANDES, 2005:74).

Tendo sido esse processo doméstico resolvido – ou adiado – as projeções para a política externa turca se abrem, a partir de suas bases internas, em duas direções: Ásia Central e Cáucaso, com a atração de outros Estados para a órbita turca. Neste caso, o componente cultural ultrapassa os limites da coesão interna e serve como *soft power* para a projeção no mundo túrcico; e a integração à Europa, como objetivo que satisfaz tanto aos interesses dos islamistas moderados (como vimos) como da elite secularista, que tem uma tradicional inclinação ocidental.

Quanto à sua política externa, o partido AK mudou a trajetória iniciada pelos islâmicos do *Refah* e voltou a se aproximar do Ocidente, demonstrando o compromisso histórico em integrar a Turquia à Europa, mas encontra dificuldades para obter apoio interno e não recebe respostas positivas de sua contraparte européia.

Como um Estado voltado para as normas e valores europeus, com vínculos com o Islã e o mundo muçulmano, a Turquia pode servir para o diálogo entre esses dois mundos tão

distintos. A questão decisiva para avaliar o desafio apresentado à Turquia é se o país será capaz de desenvolver de maneira consistente uma coesão ou uma acomodação interna (política e sociocultural), que possibilite agir sem surpresas e de forma pluralista no âmbito das relações externas.

CAPÍTULO 5

A IMPORTÂNCIA PARA OS ESTADOS UNIDOS

Observamos a partir de abordagens geopolíticas que a localização geoestratégica trans-regional da Turquia e seu modelo de desenvolvimento secular liberal ancorado em sua constante vontade de integrar o Ocidente e adotar os seus valores e instituições revelam a sua importância e a qualificam como aliado do Ocidente, especialmente para os EUA. Para explicitar ainda mais o mútuo interesse, é válido sintetizar as contribuições de Ian O. Lesser escritas em 2004, no artigo *Turkey and the United States: Anatomy of a Strategic Relationship*.

Segundo Lesser as relações entre os dois países continuam estratégicas em termos da primazia de assuntos de segurança, de cooperação ampla e duradoura e do papel da Turquia na equação geopolítica mais ampla. Referindo-se ao consenso dos estrategistas de ambos os países de que a importância da Turquia estaria em sua localização, Lesser concorda que a posição trans-regional da Turquia é importante tanto quanto à posição geográfica do país, adjacente a áreas de interesse dos Estados Unidos (Balcãs, Mediterrâneo Oriental, Golfo), quanto aos novos desafios trans-regionais do pós-Guerra Fria, como a proliferação de armas, o terrorismo e o crime transnacionais, a segurança energética, etc. (LESSER, 2004: 84).

Na perspectiva dos Estados Unidos, o analista menciona o interesse na evolução de uma Turquia estável, próspera e voltada para o Ocidente, indicando que essa necessidade americana reflete a idéia da Turquia como um Estado pivô que pode influenciar o ambiente regional. Seria também de interesse americano o modelo de desenvolvimento da Turquia⁵. Os Estados Unidos teriam ainda dois interesses estratégicos em relação à Turquia. O interesse em um papel positivo da Turquia no desenvolvimento e na segurança regionais e na contribuição de Ancara para a liberdade de ação dos Estados Unidos, diplomaticamente e militarmente (LESSER: 2004:85).

Do ponto de vista da Turquia, Lesser contribui identificando os interesses de Ancara,

⁵ Sobre o *modelo turco* de desenvolvimento, veja discussão mais detalhada no capítulo 9.

que seriam a dissuasão e a restauração das relações com a Rússia, considerada uma permanente ameaça pelos turcos, a necessidade do auxílio americano para enfrentar a instabilidade e os riscos em suas fronteiras no Oriente Médio e nos Bálcãs e a influência americana na condução dos objetivos políticos da Turquia não relacionados à segurança, como a intenção de integrar a União Européia e a construção de novas rotas de energia que passem pelo território turco.

Apesar da simbiose demonstrada por Lesser, notam-se também interesses contraditórios e posições divergentes entre os dois aliados. Um exemplo disso são os curdos no norte do Iraque, cuja ameaça de intervenção turca provocou atritos entre os dois países. Quanto a essa divergência, Cagaptay afirma que,

[...] é provável que a Turquia se envolva em operações limitadas e dirigidas em vez de um movimento massivo de tropas turcas no Iraque, e os EUA não condenarão e nem desaprovarão estas operações [...] a Turquia é mais importante do que geralmente reconhecemos porque, como o único país da OTAN orlando o Iraque, é um local vital para todos os tipos de operações dos EUA nesse país. Por exemplo, três quartos de toda a carga que vai para as tropas americanas no Iraque atravessam o sul da Turquia. (CAGAPTAY, 2007, tradução nossa).

Dessa maneira, essas questões não parecem colocar em risco a aliança, minando outros assuntos de peso estratégico maior para ambos.

De fato, não há nenhuma indicação de que as relações irão submergir ou entrar em uma nova fase com profundas reformulações. Ao contrário, os desenvolvimentos dentro da sociedade turca - embora haja resistência - para cumprir as exigências da União Européia, apenas alinham ainda mais a Turquia aos objetivos americanos em termos ideológicos, enquanto a Turquia não parece se direcionar rumo a uma flexibilização em suas políticas de segurança. A questão está em como a Turquia concilia, mediante estratégias convenientemente traçadas, a aliança com a superpotência e as relações com os demais Estados.

Reforça-se, portanto, que as relações estratégicas entre os dois aliados estão alicerçadas no compartilhamento de valores e nas questões de segurança, sugerindo a

proeminência político-ideológica sobre as relações de outra natureza, como a econômica. Haveria, então, uma complementaridade quanto à segurança em determinadas regiões e situações, na qual estariam imbricadas as políticas de hegemonia de Washington com a segurança do Estado turco.

Essa parceria estratégica permeará a próxima parte desta dissertação, considerando a Turquia como um aliado americano que deseja fortalecer sua posição com Washington e integrar definitivamente o Ocidente.

Na próxima parte veremos de forma mais pormenorizada as relações da Turquia com as regiões circunvizinhas, a partir de um confronto de interpretações da situação geopolítica da região apelidada por Brzezinski de “Balcãs eurásianos” e das complexas relações com a União Européia, realizando quando necessário um recuo histórico para entender as relações atuais. Mais do que condensar um escopo tão amplo, procura-se isolar e analisar alguns aspectos fundamentais, extraindo as oportunidades e riscos que surgem para a Turquia desde o fim da Guerra Fria.

SEGUNDA PARTE

AS RELAÇÕES MULTILATERAIS DA TURQUIA E SUAS IMPLICAÇÕES GEOPOLÍTICAS

CAPÍTULO 6

A AVALIAÇÃO DAS FORÇAS NO ORIENTE MÉDIO

Questão basilar das Relações Internacionais constitui o cálculo do equilíbrio de poder entre os diferentes Estados, assunto que sempre ocupou o centro das estratégias estatais. Contemporaneamente, tal questão vem se apresentando como pulverizada com o surgimento de novos atores não-estatais no cenário internacional, mas são os Estados que ainda guardam as informações estratégicas relevantes e controlam as sociedades em que atuam. Portanto, a questão será abordada a partir da aceitação do Estado nacional como núcleo de poder, cujo principal objetivo é a maximização do poder.

Antes de abordar diretamente o tema em questão, força (potencial) e poder serão utilizados de acordo com as delimitações dos termos por Raymond Aron (2002:99-125): o primeiro termo refere-se ao conjunto de recursos materiais, humanos e morais teoricamente disponíveis aos Estados; enquanto o segundo diz respeito à aplicação dessa força em circunstâncias e com objetivos determinados. Portanto, a nossa análise parte da comparação das forças para chegar a uma medida aproximativa da potência que é entendida como a “capacidade que tem uma coletividade de impor sua vontade a uma outra”(ARON, 2002:107).

Classificar os Estados do Oriente Médio não é uma tarefa fácil. Primeiro porque não é possível mensurar o poder com exatidão, mas apenas avaliá-lo a partir da adoção de indicadores de forças que permitam análises parciais, resultando numa medida essencialmente aproximada da capacidade de uma nação. Segundo porque as políticas dos países do Oriente Médio vêm passando, nos últimos anos, por transformações de diversas naturezas, que refletem as realidades próprias da dinâmica regional, como o baixo grau de estabilidade e

acomodação entre os diferentes atores da região, a não consolidação das estruturas territoriais dos Estados e os contenciosos fronteiriços, a expansão do islamismo e a proliferação de armas e acesso por grupos extremistas, expondo de forma inequívoca a afirmação de Morgenthau (2003), de que o poderio das nações não é absoluto e nem imune a súbitas mudanças.

A avaliação das forças no Oriente Médio como ponto de partida para uma análise do *status* da Turquia pode ser justificada pelo histórico envolvimento turco na região, por ser inserida tradicionalmente como um Estado do Oriente Médio e porque é nesta região que estão em grande parte seus problemas de segurança.

No contexto atual de dispersão do poder e diante da inesgotabilidade de fatos novos nesta região tão conturbada, veloz e instável, objetiva-se classificar a força relativa das nações do Oriente Médio.

Convém ressaltar que algumas das fontes utilizadas neste trabalho operam em um contexto que, por um lado, pode lhes proporcionar informações privilegiadas em termos da proximidade geográfica, mas que, por outro lado, por operarem em um ambiente belicista pode fazer com que apresentem informações parciais e tendenciosas, algumas vezes com o intuito até de influenciar por meio da propaganda o jogo em que vive a região.

Portanto, este capítulo será composto por uma análise comparativa dos Estados da região baseada em fatores considerados primordiais para regionalizar o campo de força, examinando qual(is) unidade(s) política(s) se destaca(m), edificando uma hipótese que não seja destituída de lógica e seja coerente com os fatos e movimentos da região. Sem nos aprofundar em uma análise baseada na política externa dos países e nem nos ater nas suas diversas interpretações e justificativas, evitando, assim, as observações fragmentárias a fim de concentrar o trabalho numa análise baseada apenas nas categorias forjadas para servir aos Estados que definem a imagem da potência (RAFFESTIN, 1993:26).

Fatores Constitutivos da Potência

Diversos autores apontaram os elementos que constituiriam o poder de uma nação. Como medidas padronizadas e parciais do poder nacional, elas nos fornecem apenas uma medida aproximada da força de uma nação, pois os fenômenos humanos não podem ser estruturados de forma precisa e dependem de diversas condicionantes.

Hobbes, cuja obra constitui o principal alicerce teórico do realismo, já havia identificado no interior de um Estado três fatores do poder, cuja articulação formaria a política de poder de um Estado: o militar, que deve assegurar a paz e a defesa do Estado; o econômico, que deve prover os interesses dos indivíduos; e o ideológico, que pretende *ensinar* ao povo “seus deveres para com o poder soberano”, *instruí-lo* no “que é justo ou injusto” e “tornar o povo mais capaz de viver em paz e harmonia e de resistir ao inimigo comum” (apud ROCHMAN, 1997:12).

Como afirmou Alexandre Ratner Rochman (1997:10) em sua dissertação de mestrado, o poder militar e o poder econômico são interdependentes e interpenetráveis na concepção hobbesiana, pois “o objetivo do poder militar não é somente a manutenção da existência, mas a proteção às propriedades e interesses do Estado (*dominium*)”, enquanto a maximização do poder econômico serve também à sustentação dos gastos militares.

Para a aplicação nas relações internacionais, surgiram desde Hobbes novas elaborações dos elementos do poder das unidades políticas. Essas classificações, porém, são heterogêneas e nem todos os elementos são fixos, mudando de acordo com o tempo e o espaço. Hans Morgenthau (2003:215 seq.), por exemplo, enumerou os seguintes fatores tangíveis e intangíveis: recursos naturais, geografia, capacidade industrial, população, grau de preparação militar, caráter nacional, moral nacional, qualidade da diplomacia. O geógrafo Nicholas Spykman (1942:19), por sua vez, apresenta dez elementos: natureza das fronteiras, superfície, população, matérias-primas, desenvolvimento tecnológico, força financeira, homogeneidade étnica, grau de integração social, estabilidade política, espírito nacional.

Como observa Aron (2002:105), os fatores descritos por Morgenthau e Spykman “incluem ao mesmo tempo dados geográficos (território) e materiais (matérias-primas), dados econômicos e técnicos e por fim dados humanos como a organização política, a unidade moral do povo e a qualidade do comando”.

Alguns recursos básicos de poder que compõem a Massa Crítica de um Estado, como o *tamanho* da população e da área territorial são importantes, mas não constituem critérios absolutos de poder. Podem ser extremamente úteis quando analisamos a sua qualidade. Quanto a isso, argumenta Alexandre Ratner Rochman:

Embora reconhecidos como extremamente importantes, a População e a Área de um Estado não são necessariamente reconhecidos como fontes de poder, a menos que se aliem com outros elementos (como a produção econômica e o serviço militar), isto é, que possam ser mobilizados para a produção de poder. (ROCHMAN, 1997:55).

Opondo-se às classificações de Morgenthau e Spykman, para quem “nenhuma dessas enumerações parece responder às exigências que a teoria tem direito de formular” (ARON, 2002:105), Raymond Aron (2002:107, *passim*) afirmou que os fatores determinantes da potência seriam meio, recursos e ação coletiva ou espaço, população, recursos.

O problema é que a avaliação de poder sugerida por Aron não possui contornos bem definidos, estando de acordo com a própria essência do poder. Neste caso, teríamos que desenvolver uma análise aprofundada com uma infinidade de nuances, o que ultrapassaria o objetivo deste breve capítulo. Poderíamos até desdobrar a elaboração aroniana em diversos elementos tanto mensuráveis como intangíveis na nossa análise, mas incorreríamos no erro, já identificado por Aron, da arbitrariedade, criando uma lista de fatores compatíveis com as idéias de Aron, mas incompleta.

Os conceitos de poder propostos por Joseph Nye Jr. são abrangentes e satisfazem a tarefa aqui assumida. Joseph Nye desenvolveu dois conceitos relacionados a duas dimensões distintas do exercício do poder. A primeira dimensão do poder, chamada de *Hard Power* (Poder Bruto), compreende as forças militares e econômicas, utilizadas como meios de

coerção e intimidação.

Já o *Soft Power* (Poder Brando) valoriza o consentimento em detrimento da força bruta, é o poder de atração e persuasão. O poder brando provém da atratividade da cultura, ideário político e políticas públicas, ao invés da punição e coerção. De acordo com Nye, o poder brando de um Estado se intensifica quando suas políticas são legítimas aos olhos dos outros.

Como afirma o autor, “é claro que os poderes bruto e brando estão relacionados e se reforçam mutuamente” (NYE, 2002:38). “No século XXI, o poder repousará na combinação de recursos brutos e brandos” (NYE, 2002:41).

Portanto, a fim de obter uma *visão geral* do Oriente Médio no tocante às forças (recursos do poder), vamos partir dos conceitos elaborados por Joseph Nye Jr. No primeiro momento, vamos abordar as dimensões do poder bruto – a militar e a econômica. Logo em seguida, vamos analisar a atração das ideologias, como recurso de poder brando.

Poder Bruto

Força Militar

A força militar compreende fatores qualitativos e quantitativos, sendo extremamente difícil aferi-la de modo completo. Podemos, no entanto, destacar os recursos materiais e humanos disponíveis para as forças armadas dos países do Oriente Médio e Egito e expor fragmentos importantes da análise de um instituto dedicado a esse tipo de avaliação. Começamos pelo fator material representado nas tabelas abaixo.

Tabela 1 – Dados das Forças Armadas do Oriente Médio – Terrestre

País	Pessoal			Força terrestre			
	Regular	Reserva	Total	Tanques	Veículos de batalha	Artilharia	Lançadores de mísseis balísticos
Egito	450.000	254.000	704.000	~3000	3.680	~3530	24
Israel	186.500	445.000	631.500	3.700	7.710	1.348	+
Síria	289.000	132.500	421.500	3.700	~5060	2.990	~45
Turquia	515.000	379.000	894.000	2.600	5.788	~4370	12
Irã	~520000	350.000	870.000	1.680	~1570	~2700	~40
Arábia Saudita	171.500	20.000	191.500	750	~4630	~410	12

+ Quantidade desconhecida

Fonte: Centro Jaffee para Estudos Estratégicos, 2004. Disponível em:
<http://www.tau.ac.il/jcss/balance/>. Capturado em 07/2005.

Tabela 2 – Dados das Forças Armadas do Oriente Médio – Aérea

País	Força aérea			Defesa aérea		
	Aeronave de combate	Aeronave de transporte	Helicópteros	Baterias pesadas	Baterias médias	Lançadores leves
Egito	505	44	~225	109	44	105
Israel	518	62	205	23		~70
Síria	451	23	225	108	68	55
Turquia	397	90	462	24		86
Irã	207	105	365	30		95
Arábia Saudita	286	42	214	25	21	

Fonte: Centro Jaffee para Estudos Estratégicos, 2004. Disponível em:
<http://www.tau.ac.il/jcss/balance/>. Capturado em 07/2005.

Tabela 3 – Dados das Forças Armadas do Oriente Médio – Marinha

País	Marinha		
	Submarinos	Navios de combate	Navios de patrulha
Egito	4	62	109
Israel	5	15	33
Síria		16	8
Turquia	12	84	102
Irã	3	28	~110
Arábia Saudita		27	68

Fonte: Centro Jaffee para Estudos Estratégicos, 2004. Disponível em:
<http://www.tau.ac.il/jcss/balance/>. Capturado em 07/2005.

As tabelas acima demonstram que quatro países detêm a liderança militar da região: Irã, Israel, Turquia e Egito. Três dos quatro países possuem acordos significativos com os Estados Unidos, dispondo de armas modernas e sofisticadas. Esses dados são significativos durante a guerra (em tempos de paz, os meios não violentos e legítimos admissíveis se destacam em importância), mas a capacidade de alocar recursos e atrair aliados tem se mostrado fundamental nesta região beligerante que já foi campo de batalha entre as potências mundiais. O próprio atraso tecnológico da região põe em evidência a dependência da região em termos militares – a exceção é Israel com suas armas nucleares e sua tecnologia avançada. Neste aspecto, a proporção da economia destinada ao desenvolvimento de armas de destruição em massa pelo Irã como um contencioso com as nações líderes do Ocidente, surge como uma condição desfavorável para a nação persa.

Além disso, a aparente equivalência militar entre os três países (Israel, Turquia e Egito) representada nas tabelas acima esconde a diferença tecnológica e a qualidade, disciplina e motivação dos seus efetivos, exigindo um detalhamento mais profundo.

De acordo com o Instituto Jaffee para Estudos Estratégicos de Tel Aviv (SHAPIR; FELDMAN, 2004), Israel e Irã têm se fortalecido na região, com avanços na área militar, no caso israelense, e com o desenvolvimento de um programa nuclear, no que tange ao Irã. O

Iraque se tornou uma fonte de terrorismo e instabilidade e o Egito adquiriu armas sofisticadas dos Estados Unidos. Recentemente, a Síria retirou as suas tropas do Líbano, mas continua tecnicamente em guerra contra Israel.

O relatório anual publicado pelo Instituto Jaffee para Estudos Estratégicos de Tel Aviv, indica também que Israel tem se fortalecido no equilíbrio tradicional de poder da região, pontuando que a principal ameaça para o país é o Irã com o seu desenvolvimento de armas nucleares. Apontando que, por um lado, esse fortalecimento israelense tem proporcionando o plano de retirada israelense, e que, por outro lado, Israel não aproveitou essa condição favorável para concretizar a paz com a Síria, que traria consequências estratégicas positivas, como a limitação do Hizbollah e do Irã e a complementação do processo de paz entre Israel e seus vizinhos árabes, proporcionando maior inserção israelense no Oriente Médio.

A publicação destaca o constante desenvolvimento militar do Egito em contraste com outros países árabes, devido à grande ajuda dos Estados Unidos iniciada em 1979, após o acordo de paz firmado com Israel. Como parte desse desenvolvimento, o Egito tem buscado armamentos sofisticados do Ocidente em reposição aos equipamentos soviéticos obsoletos que ainda estão em uso nas forças armadas egípcias, sendo a única nação árabe com poder militar comparável ao de Israel. Essa “ocidentalização” é mais proeminente na força aérea egípcia, enquanto a marinha ocupa a segunda posição na região, atrás apenas da turca, mas atuando em duas frentes distintas: o Mar Vermelho e o Mediterrâneo.

Contudo, em um contexto de equilíbrio militar entre Israel e Egito, o primeiro leva vantagem porque o “Egito ainda é deficiente na integração de tecnologias da informação e meios avançados de comando, controle e comunicação que permitam o uso otimizado da força no campo de batalha” (SHAPIR; FELDMAN, 2004, tradução nossa).

Por fim, a Turquia se caracteriza de forma semelhante ao Egito em relação à origem, qualidade e quantidade de equipamentos militares e parcialmente em sintonia com Israel em termos de interesses regionais (a questão palestina é a exceção). Difere do Egito em dois aspectos.

Em primeiro lugar, é mais eficiente no uso das armas, já que pertence à OTAN, realizando exercícios freqüentes, e recebe auxílio de Israel devido à convergência de interesses.

Em segundo lugar, a Turquia possui interesses nem sempre compatíveis com os países que compõem o mundo árabe, o que coloca a Turquia numa posição de aliado Ocidental e não de liderança no mundo árabe, predominante no Oriente Médio. O desenvolvimento dessas condições depende de outras questões em aberto indicadas pelo Instituto Jaffee: os desdobramentos internos e o comportamento dos vizinhos resultantes da invasão do Iraque.

Desenvolvimento Econômico e Tecnológico

Sejam quais forem as modalidades de competição entre as nações, as possibilidades de alocar recursos em épocas de guerra ou de dominar por via não militar estão imbricadas na capacidade de produção, na força financeira e na detenção e desenvolvimento de modernas tecnologias.

Em função dessa assertiva, os estágios de desenvolvimento dos países da região como prerrogativa de liderança podem ser avaliados de maneira objetiva com base em dados econômicos e tecnológicos. Assim, vamos tratar o assunto em dois âmbitos: as perspectivas e resultados econômicos e o estágio de desenvolvimento tecnológico. No primeiro âmbito, devemos destacar os resultados econômicos obtidos e realizar uma breve análise. Enquanto que, no segundo âmbito, devemos nos concentrar no estágio de progresso por meio do nível tecnológico.

Tabela 4 - Dados Macroeconômicos do Oriente Médio (por Estado) - PIB

País	Produto Interno Bruto (em milhões de dólares)	
	1990	2004
Egito	\$ 43,130	\$ 78,796
Israel	\$ 52,490	\$ 116,879
Jordânia	\$ 4,020	\$ 11,515
Líbano	\$ 2,838	\$ 21,768
Turquia	\$ 150,642	\$ 302,786
Irã	\$ 120,404	\$ 163,445
Iraque	\$ 48,422	\$ 12,602
Kuwait	\$ 18,428	\$ 55,718
Arábia Saudita	\$ 116,778	\$ 250,557
EAU	\$ 33,653	\$ 104,204

Fonte: Banco Mundial, World Development Indicators, 2006.

Disponível em: <http://devdata.worldbank.org/wdi2006/contents/Tables4.htm>

Economy, Table 4.2, Structure of output. Capturado em 16/03/2007.

Tabela 5 - Dados Macroeconômicos do Oriente Médio (por Estado) – Estrutura da Economia

País	Agricultura		Indústria		Manufatura		Serviços	
	% do PIB		% do PIB		% do PIB		% do PIB	
	1990	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004
Egito	19	15	29	37	18	18	52	48
Turquia	18	13	30	22	20	14	52	65
Irã	24	11	29	42	12	12	48	48
Arábia Saudita	6	4	49	59	9	10	46	37

Fonte: Banco Mundial, World Development Indicators, 2006.

Disponível em: <http://devdata.worldbank.org/wdi2006/contents/Tables4.htm>

Economy, Table 4.2, Structure of output. Capturado em 16/03/2007.

O primeiro referencial é o produto interno bruto (tabela 4). Assim, temos apenas cinco países com resultados acima de cem bilhões de dólares anuais, e apenas a Turquia ultrapassa os trezentos bilhões de dólares anuais.

Todos possuem taxas de crescimento expressivas, mas a estrutura produtiva (tabela 5)

fornece alguns direcionamentos mais importantes. Na tabela acima é possível constatar que o setor de serviços representa 65% do volume produzido na Turquia, enquanto a Arábia Saudita tem um setor agrícola quase inexpressivo. Os fatores materiais indicam a potencialidade de um Estado. Assim, o setor de serviços muito superior a outros ramos de atividade pode indicar uma deficiência.

Para alguns autores, como Hans Morgenthau (2003), a auto-suficiência, representada pela agricultura, e a capacidade industrial refletem a força econômica de uma nação. Uma agricultura capaz de alimentar os habitantes do Estado e uma indústria em condições de responder adequadamente em épocas de guerra. Desse modo, a situação desejada seria representada por uma grande participação desses setores na composição da produção total.

Neste caso, o Egito e o Irã apresentariam condições mais favoráveis, não fosse o PIB turco ser quase o dobro do iraniano e quase quatro vezes superior ao resultado egípcio. Ou seja, apesar de possuir um setor de serviços superior à soma dos setores agrícola e industrial, o volume expresso em dólares desses setores na Turquia superam os obtidos por Irã ou Egito. O que não significa que esta não seja uma debilidade da economia turca.

Outro ângulo importante é a análise dos processos internos em que vivem esses países.

O Egito tem concentrado seus esforços em reverter o fluxo insuficiente de investimentos, implementando desde 2004 diversas medidas para impulsionar o investimento externo, como reforma tributária e a privatização de companhias. O número de turistas também tem aumentado e o crescimento da demanda por gás natural poderá trazer um crescimento futuro para o Egito. Com um PIB inferior a cem bilhões de dólares anuais, ainda resta um longo caminho para o Egito se equiparar às nações mais ricas da região.

Com uma economia baseada no petróleo e com forte controle estatal sobre os setores-chave da economia, a Arábia Saudita detém 25% das reservas conhecidas de petróleo do mundo, atuando como um líder na OPEP. Contudo, a Arábia Saudita possui uma economia pouco diversificada e dependente do petróleo.

O futuro econômico do Irã é ainda mais problemático. Com uma economia marcada pela presença do setor energético, a economia iraniana depende das relações com os países ocidentais industrializados. Assim, as divergências com o Ocidente tendem a prejudicar ainda mais a economia do país. De acordo com o professor Samuel Feldberg (2005), “uma vigorosa retomada econômica do país não será possível sem uma volta em peso das grandes empresas petrolíferas, inclusive as norte-americanas, e uma retomada do investimento para a produção, refino e exportação dos recursos energéticos do país”.

Embora tenha aumentado suas divisas com a alta do petróleo, o Irã não conseguiu reduzir os problemas econômicos, como desemprego e inflação, o que pode gerar insatisfação da população.

Com uma estrutura produtiva diversificada e complexa, a Turquia tem apresentado um crescimento econômico constante em épocas de paz, embora com um alto déficit. O setor privado está em expansão e os serviços ocupam cada vez uma parcela maior da economia. A Turquia tem se beneficiado do transporte de energia do Cáucaso para a Europa e as perspectivas nesse campo são de ampliação face à intermediação na distribuição de energia da Ásia Central e da Rússia. Outra importante questão econômica é se a Turquia será ou não aceita como membro da União Européia. Mesmo sem recursos energéticos próprios, o resultado econômico da Turquia demonstra claramente que se trata da economia mais forte e preparada da região.

Israel tem um mercado reduzido, com ênfase na tecnologia. O produto interno bruto atingiu quase 117 bilhões de dólares em 2004. Apesar dos prejuízos causados pela Intifada, a economia israelense conta com um crescimento vigoroso.

O segundo âmbito da análise é o estágio de avanço tecnológico atingido por esses países. A tecnologia e a ciência surgem como dois fatores extremamente relevantes para a avaliação do poderio nacional. Para isso, vamos utilizar os relatórios preparados pelo Fórum Econômico Mundial sobre tecnologia e competitividade.

O estudo realizado pelo Fórum Econômico Mundial sobre tecnologia (2005) concentra-se na tecnologia da informação e inclui questões relativas ao ambiente e à utilização.

Na seção de relatórios de países, o estudo revela o atraso dos países muçulmanos do Oriente Médio nesta área. Israel está posicionado dentre as nações líderes. Não obstante os bons resultados obtidos por pequenos países árabes, como Bahrein, a Turquia encabeça a lista em 52º lugar seguida pelo Egito na 57ª posição. Porém, é importante notar que alguns atores relevantes não foram avaliados, como a Arábia Saudita e o Irã.

Outros dois relatórios feitos pelo Fórum Econômico Mundial (2005), desta vez sobre competitividade, incluem a Arábia Saudita, ordenando os países da seguinte forma: Arábia Saudita, Egito e Turquia. Entretanto, o relatório nos ajuda na medida em que expõe a fragilidade do mundo muçulmano do Oriente Médio, firma a superioridade israelense no campo econômico-tecnológico, mas é inconclusivo por não avaliar o Irã e por classificar os principais países da região com pequena margem de diferença.

Poder Brando

Ideologia

Em primeiro lugar é importante delimitar o segmento hegemônico que nos interessa na região, para assim chegar ao principal centro ideológico local. A primeira delimitação ocorre com o Irã. Único país com regime xiita da região, o Irã esteve dissociado do Império Otomano, que implantou a supremacia sunita no Oriente Médio (DEMANT, 2004:56) a partir do século XVI, o que expressa tanto um passado histórico diferente e ambições políticas conflitantes, já que o xiismo foi aceito como ideologia de oposição ao hegemônico mundo

sunita do Oriente Médio, de maioria árabe, colocando o Irã em posição importante em relação ao equilíbrio regional, mas em estado secundário na condução de políticas comuns⁶.

Sendo assim, a ideologia dominante na região foi durante séculos a imposta pelo Império Otomano, com seus métodos de governar, princípios de sucessão e legitimação e administração das províncias. Contudo, o enfraquecimento do império frente à Europa, aliado ao aparecimento de movimentos separatistas nacionalistas levou ao surgimento de novos Estados independentes e, portanto, de dissensões ideológicas. Disso resulta a ruptura entre a jovem república turca e o mundo árabe. A Turquia se pôs rumo a um processo de modernização, com forte orientação ocidental⁷, enquanto surgiram novos movimentos e lideranças no mundo árabe bastante distintos.

A problemática do pensamento árabe moderno e contemporâneo se organiza, segundo o professor marroquino Mohammed Abed al-Jabri (1999:37), em três eixos principais: fundamentalista, liberal e marxista. A primeira leitura, fundamentalista, talvez seja a mais conhecida atualmente pelo mundo ocidental pela sua proeminência, atuando como um elemento de afirmação da identidade árabe-muçulmana ao remeter às raízes do “Islã verdadeiro” como forma de enfrentar o desafio ocidental. É uma ideologia política que combate o secularismo, a modernidade (sem desprezar a tecnologia) e o Ocidente cristão e propõe o estabelecimento de um comportamento religioso a fim de criar um mundo que esteja de acordo com as leis de Deus. A primeira onda fundamentalista surgiu no Egito, inspirada na Irmandade Muçulmana egípcia, sendo conduzida pelo ideólogo Sayyid Qutb e como resposta ao fracasso do nacionalismo árabe secular de Nasser. Atualmente o movimento se caracteriza pela internacionalização. Para o professor al-Jabri (1999:40), o problema da leitura dos fundamentalistas é que ela vem de uma concepção religiosa da história, desfigurando o verdadeiro curso da história.

⁶ Importante notar que ultimamente o Irã tem influenciado e atraído outras áreas do Oriente Médio ou até em outros continentes com sua retórica anti-americana e anti-israelense que ganha força com a crescente rejeição desses atores relacionada com a Guerra do Iraque e com os conflitos envolvendo Israel.

⁷ Veja capítulo 8.

O segundo eixo é representado pela leitura liberal, que se constitui pela relação dialética entre o presente Ocidente e o passado mundo muçulmano. Essa visão implica na “adaptação” ao mundo-referência europeu, condicionando os muçulmanos à assimilação e anulando a identidade, a história e a cultura árabes. Inicialmente, esse modelo foi aplicado em duas frentes diferentes: na Turquia, com a revolução que trouxe uma nova orientação ocidental para o país, e no Egito, que após a independência, viveu a formação de um regime secular pluripartidário, tendo como expoente o partido reformista Wafd, liderado por uma elite ocidentalizada, que combateu as tradições religiosas e a monarquia egípcia. Diante dos ataques à religião e à ineficácia dos governos wafdistas, surgiu a resposta dos fundamentalistas, com destaque para a Irmandade Muçulmana, que além de ser um elemento de vanguarda, na medida que agregava modernas tecnologias, conseguiu grande sucesso com a sua extensa rede de serviços sociais.

A última leitura é a marxista. Para o professor al-Jabri essa leitura se revelou improdutiva porque quis demonstrar um sistema dialético (tradição (passado) – (futuro) revolução) preconcebido e não aplicá-lo a partir de um projeto que levasse a uma revolução. Embora já existissem comunistas no Oriente Médio, a maior expressão da esquerda *pragmática* local foi o partido pan-arabista Ba'ath (ALI, 2002:157-161). Criado por Michel Aflaq, o partido Ba'ath buscava a liberdade e a independência dos países árabes sem qualquer perspectiva internacionalista. Em 1958 o Ba'ath foi articulador da união Egito-Síria, mas se chocou com os objetivos de Nasser, que queria o monopólio das idéias modernizadoras, antiimperialistas e anticapitalistas na região. Esse rompimento demonstrou que as rivalidades regionais eram mais fortes do que um movimento nacionalista árabe que integrasse os países. Um outro entrave para o desenvolvimento da esquerda nos países muçulmanos é a aceitação da sociedade de classes pelo Islã, embora alguns islamistas desejem mesclar o islamismo com o socialismo.

Observa-se no exposto acima que o Egito tem sido o principal foco ideológico do mundo árabe. No Egito foram aplicados e criados movimentos impactantes que alteraram o curso da região e influenciaram outras partes do mundo muçulmano. Dessa maneira, pode-se concluir que há três fontes ideológicas correspondendo a leituras distintas: a Turquia

representa a democracia liberal e secular; no Irã identifica-se o radicalismo religioso xiita de cultura predominantemente persa; enquanto que o Egito lançou e condensou todas essas correntes (fundamentalista, marxista e liberal) no mundo árabe, refletindo em todo o mundo muçulmano.

Conclusão

Diversas transformações estruturais ocorreram no Oriente Médio no decorrer do século XX, gerando intensos conflitos entre as “jovens” nações e provocando uma sensação de caos e de vácuo de poder regional. Contudo, através de uma análise comparativa podemos constatar como válida e atual a afirmação de Lewis (1996:101): “Nos séculos que se seguiram às conquistas mongóis e à destruição do califado, três grandes centros de poder emergiram no Oriente Médio muçulmano: o Irã, a Turquia e o Egito”. Arábia Saudita e Israel foram excluídos por motivos diferentes.

Sob o ponto de vista do poder brando (cultural e religioso), a Arábia Saudita poderia ser considerada um potencial líder regional, pois é a guardiã das cidades sagradas de Meca e Medina. Além disso, é o maior produtor mundial de petróleo – o principal item de exportação e receitas do mundo árabe –, conferindo substancial autonomia econômica para o país.

Entretanto, a Arábia Saudita possui uma monarquia absolutista protegida militarmente pelos Estados Unidos em troca da exploração dos recursos petrolíferos, trazendo suspeitas do mundo árabe anti-estadunidense e anti-ocidental em ascensão após a invasão do Iraque. Em adição, a Arábia Saudita possui pouco mais de 26 milhões de habitantes – o que a torna pequena demais quando comparada ao Egito, Turquia ou Irã –, capacidade militar reduzida e economia pouco diversificada. Esses fatores acabam neutralizando as vantagens obtidas em termos religiosos.

Quanto ao Estado de Israel, a maior potência militar e tecnológica da região é vista quase sempre como um braço do Ocidente, sem consentimento algum dos países vizinhos.

Além disso, Israel é um país muito pequeno, pobre em recursos naturais e incorporado apenas marginalmente ao sistema econômico regional. Como Estado confessional dos judeus, Israel pode ser considerado uma potência internacional do ponto de vista ideológico, tecnológico e militar, liderando a diáspora judaica no mundo. O respaldo financeiro proporcionado pelas comunidades da diáspora e por governos e entidades estrangeiros consegue suprir a carência de fontes de recursos de Israel e reforçam a relação Israel/Ocidente, sendo, portanto, mutuamente influenciáveis sem causar impactos na maior parte da população da região. Ademais, o papel israelense no combate ao terrorismo islâmico é bastante claro. Dessa maneira, Israel não pode ser a nação-líder de uma região da qual é alvo de ressentimento e desconfiança. Além disso, Israel não compartilha os mesmos princípios que os seus vizinhos árabes, não sendo considerado um país genuinamente do Oriente Médio, mas sim, ocidental. De fato, Israel não pertence ao grupo majoritário de países da região, sendo inviável optar pela liderança regional devido às profundas diferenças históricas, religiosas, culturais e políticas. Nesta perspectiva, em que Israel não pode requerer o centro regional e nem servir como zona de influência do mundo árabe-muçulmano, pode vislumbrar com uma posição de líder global por meio do envolvimento ativo no universo judaico, como consequência do seu caráter único e *status* diferenciado, e pelo seu desenvolvimento científico e militar.

Alguns fatores que não qualificam o Irã como potência hegemônica regional são a origem da maior parte da população, persa, em uma região de maioria árabe, e as deficiências econômicas. Além disso, o Irã é hoje o único país com um regime xiita (DEMANT, 2004:220) e a vulnerabilidade a tensões étnicas é muito grande, pois apenas metade da população é de origem persa. A rivalidade com a Arábia Saudita, baseada nas diferenças religiosas (xiitas contra sunitas) e as disputas ideológicas com a Turquia limitam o campo de atuação iraniano. Trata-se, portanto, de uma potência regional com insuficiente correspondência cultural na região. O Irã possui uma população bastante heterogênea, além de estar em contraposição ao majoritário mundo árabe-sunita – fatores importantes para a liderança em escala regional.

No Egito, após o regime de Sadat que se guiou seguindo os passos norte-americanos, liberalizando a economia e fazendo a paz com Israel, provocando assim o isolamento do Egito

no mundo árabe, o governo de seu sucessor, Hosni Mubarak, conseguiu reintegrar o país no mundo árabe, freando o impulso fundamentalista (apesar das perdas econômicas decorrentes deste fenômeno) e orientando-se por uma política de proximidade com os Estados Unidos (DEMANT, 2004:213-216): recentemente o Egito adquiriu sofisticadas armas americanas, fortalecendo as forças armadas que são, segundo a publicação do Instituto Jaffee (SHAPIR; FELDMAN, 2004), as mais avançadas do mundo árabe. Outros fatores apontam para a elegibilidade do Egito como Estado líder do mundo árabe: a identificação com o mundo árabe-muçulmano, a religião sunita, a presença de recursos naturais, como a água do rio Nilo e a fertilidade do solo, a posição geoestratégica privilegiada – entre a África e a Península Arábica/Palestina e o controle do Canal de Suez –, a população de aproximadamente 77 milhões de pessoas, e o consentimento dos árabes, adquirindo legitimidade para representá-los e para intervir em questões internas. A partir do Egito é que surgiram movimentos de vanguarda políticos, sociais e ideológicos que geram um grande impacto em seus vizinhos árabes, e que fornecem, por muitas vezes, um aparato político ideológico que serve de modelo para outros países muçulmanos. Dentro desse contexto, é preciso compreender que o Islã político e o Estado secular egípcios desenvolvem uma relação peculiar, produto de uma elite político-intelectual que desde o início do Século XX já estava em um permanente embate em busca da identidade nacional religiosa do país.

A região herdeira de Muhammad Ali Paxá, que quase derrubou o Estado otomano no século XIX (QUATAERT, 2000:63), mantém-se atualmente dividida sob duas identidades distintas, a árabe-muçulmana, baseada na origem e na religião da maioria de seu habitantes, e a identidade egípcia, calcada na sua história milenar (DEMANT, 2004:213-216). O compartilhamento dessas duas vertentes, assim como o desenvolvimento da coexistência entre liberais e fundamentalistas, poderá ser crucial para a continuidade da hipótese aqui lançada. Porém, a combinação de políticas repressoras e clientelistas utilizadas hoje demonstram a fragilidade em que o regime atual sobrevive e abre indagações sobre a manutenção da liderança egípcia.

Desse modo, embora não tipifique o modelo completo de potência regional, o Egito surge como um ator importante na região, fortemente justificado pela sua importância na

formação ideológica do mundo árabe-islâmico, poder de atração, poder militar como elemento de contenção de Israel e interesses regionais. Contudo, os problemas políticos internos e econômicos demonstram a fragilidade do país.

A Turquia é o Estado mais qualificado para assumir a liderança regional em termos de poder bruto. Desde 1980, o equilíbrio regional de poder vis-à-vis tem sem dúvida ficado em favor da Turquia (KERIDIS, 2004:323), já que é o poder concreto que resolve as grandes questões internacionais (WIGHT, 1978: 5) .

Contudo, a Turquia exerce pouca influência ideológica e cultural na região, isto é, não possui grande capacidade de atração no Oriente Médio. Estado pós-imperial em processo de redefinição da própria identidade (BRZEZINSKI, 1997:134), a Turquia renunciou à sua herança otomana e se voltou para a Europa, separando-se do mundo árabe após a dissolução do Império Otomano (DEMANT, 2004:90).

Ao renunciar ao seu passado, a Turquia adotou um modelo distinto do imperial, concentrando seus esforços na homogeneidade e na substituição do poder local por um Estado centralizado, isolacionista, com inspiração ocidental e defendendo seus interesses nacionais por via militar, ao mesmo tempo em que advogava por uma política externa não-conflitual.

Após a Segunda Guerra Mundial, a pressão soviética levou a Turquia a buscar apoio dos Estados Unidos para defender seus interesses. Esta fase foi marcada pela adesão da Turquia à OTAN na década de 50, em oposição à URSS. Essa aliança com o Ocidente teve impactos decisivos no posicionamento da Turquia no cenário internacional. Contudo, essa escolha da Turquia não a transformou numa potência regional, pois faltou poder brando à Ancara.

Como argumenta Olivier Roy (2005:11-12), se a OTAN recebeu a Turquia em 1952 é porque o Ocidente a considerou um baluarte contra o inimigo soviético, mas também contra o Oriente Médio que o Ocidente desejava manter o mais afastado possível. Uma vez o centro do Oriente Médio, agora a Turquia se tornou o limite da Europa.

CAPÍTULO 7

AS RELAÇÕES DA TURQUIA NO ORIENTE MÉDIO

O anúncio da segunda Guerra do Iraque forçou a Turquia a reexaminar a sua política externa no Oriente Médio. A invasão da coalizão liderada pelos americanos tornou crítica a habilidade turca em provar que continua sendo um parceiro estratégico para a implementação da política externa norte-americana no Oriente Médio. Ao mesmo tempo, os rumores de que a guerra teria como um de seus desdobramentos a criação de um Estado curdo levaram a Turquia a um estado de alerta.

Atenta aos efeitos de suas políticas na região na condução das negociações com a União Européia, a Turquia decidiu não oferecer apoio irrestrito aos Estados Unidos. Apesar do peso que os Estados Unidos representam na aceitação da Turquia pela Europa, a imagem do país poderia ficar muito prejudicada na Europa, cuja maioria da população já tem sérias restrições em relação aos turcos. Mas será que isso não poderia revelar outra preocupação estratégica: a de não melindrar os árabes e voltar a ter uma política ativa no Oriente Médio a fim de liderá-lo, de acordo com o sugerido por Samuel Huntington?

Para um direcionamento, verificaremos alguns elementos que definem a compatibilidade entre a Turquia e o mundo árabe/iraniano.

Após a fundação da República da Turquia, Ancara se orientou ao Ocidente ao mesmo tempo em que permaneceu uma nação muçulmana. O cientista político Graham E. Fuller (1993:49-50) resumiu os elementos principais que diferem os turcos do mundo árabe e do Irã:

- A Turquia tem uma longa história de dominação na região, enquanto os árabes e os iranianos sentem-se vítimas enquanto dominados, pelos turcos ou pelas potências ocidentais;
- Contrariamente aos árabes, a Turquia não sofre ameaças do Ocidente desde a sua fundação – exceto durante a Segunda Guerra Mundial;

- A União Soviética foi uma ameaça à Turquia, forçando-a a buscar proteção dos Estados Unidos, enquanto o mundo árabe foi ameaçado pelo Ocidente e não pela União Soviética. Essa configuração geopolítica resultou em alinhamentos opostos;
- A criação de Israel em contraposição ao interesse estritamente árabe;
- As diferenças étnicas entre o mundo árabe e a Turquia;
- O conflito de interesses entre a Turquia pró-Ocidente e o mundo árabe.

Em acréscimo a essas diferenças, Fuller (1993:50-51) apontou outros motivos históricos que produziram um distanciamento dos turcos em relação aos árabes:

- As rebeliões árabes contra o Império Otomano durante a Primeira Guerra Mundial causaram um sentimento negativo entre os turcos;
- A vontade dos turcos de dissociar o mundo árabe da Turquia, rejeitando assim a herança islâmica;
- A disputa territorial entre a Turquia e a Síria e o apoio dos árabes à última;
- A rejeição turca ao radicalismo árabe anti-ocidental que gravitava em torno da União Soviética – a principal ameaça geoestratégica para a Turquia.

Contudo, a postura dos governantes turcos em relação ao Islã e a necessidade de expansão comercial suavizaram essa cisão. Além disso, a inclinação anti-árabe se mostra volátil tendo como parâmetro as respostas que a Turquia recebe do Ocidente. Assim, alguns fatores que frustraram suas expectativas em relação ao Ocidente, como quando os Estados Unidos não apoiaram a política turca no Chipre, ou as oscilações da União Européia, trazem a Turquia mais próxima do mundo árabe, embora apenas um pequeno grupo dentro da Turquia sustente a opção pelo Oriente Médio (FULLER,1993:53).

Em outro estudo mais recente da organização RAND⁸, Lesser e Larrabee (2003), discutem a partir de uma perspectiva histórica a ambivalência turca em relação aos árabes mediante três níveis. Em primeiro lugar, a tradição da política kemalista entende que a presença otomana no Oriente Médio era fonte de fraqueza e representava um obstáculo para um Estado coeso e

⁸ *Think Tank* dos Estados Unidos.

moderno. Segundo porque a modernização significava a renúncia das possessões no Oriente Médio que representavam o atraso e a adoção de um modelo ocidental que enxergava na Europa a civilização que os revolucionários buscavam e se inspiravam.

A falta de confiança em relação ao Oriente Médio, principalmente no mundo árabe, também afeta a relação da Turquia com o Ocidente. Embora ciente do papel e dos interesses do país na região, qualquer sugestão que a Turquia seja oriental em vez de ocidental ainda é recebida com dúvida. (LESSER; LARRABEE, 2003:132, tradução nossa).

O terceiro nível está relacionado à Guerra Fria, período em que a Turquia se orientou no contexto de competição entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia, com ações guiadas mais pela rivalidade entre os Estados Unidos e a União Soviética do que pelas realidades regionais.

Entretanto, a partir do fim da Guerra Fria, a Turquia se tornou um ator mais assertivo no Oriente Médio. Em parte, esse novo ativismo turco na região está relacionado à sua política doméstica (LESSER, LARRABEE, 2003:127-130).

O primeiro aspecto está relacionado com a luta contra os curdos. Assim, o comportamento de seus vizinhos continua sendo um fator significativo nesta luta. O segundo está relacionado aos movimentos islamistas no Irã, Arábia Saudita e em outras regiões do Oriente Médio. Em terceiro, o crescimento de um setor privado dinâmico e orientado internacionalmente leva a diversos padrões de envolvimento regional.

A segurança energética é outro fator que dirige a atenção turca ao Oriente Médio. O acesso ao fornecimento adequado de energia com preços razoáveis é considerado um fator-chave para a capacidade turca de sustentar altas taxas de crescimento nos próximos anos – e um alto crescimento é essencial para que a Turquia atinja os níveis europeus. O acesso ao petróleo é visto com menos preocupação pela Turquia que o acesso ao gás natural, que está se tornando um combustível mais popular na Turquia. Atualmente a Rússia é o principal fornecedor de gás para a Turquia, mas os fornecedores da Ásia Central e do Oriente Médio provavelmente se tornarão mais importantes nos próximos anos.

Síria

As relações entre os dois países são orientadas principalmente por três questões que afetam a política interna da Turquia. Como já foi citada anteriormente, a disputa pela província de Hatay (Alexandretta) constitui o primeiro desafio para a política externa turca frente à Síria. Esta região possui maioria árabe e foi controlada pelos franceses como parte de seu mandato no Oriente Médio. Em 1939, a França cedeu a província aos turcos a fim de protegê-la contra a Alemanha, mas a Síria reivindica a posse desta região em decorrência de sua independência. O apoio árabe à Síria foi um fator já descrito para o distanciamento entre a Turquia e o restante do Oriente Médio muçulmano.

A água representa o segundo desafio. Com reservas escassas, a água se tornou um elemento geoestratégico vital no Oriente Médio, representando uma preocupação para os Estados da região quanto à segurança. Sendo assim, os projetos de utilização da água dos rios trans-fronteiriços –Tigre e Eufrates – pela Turquia exercem alguma influência nas relações com os vizinhos Iraque e, principalmente, a Síria. Esses conflitos são agravados pelas tensões políticas e pelo consumo crescente (OLCAY, 2004:379). A água seria causa e consequência das tensões entre os Estados adjacentes aos cursos dos rios.

A extensão total do rio Eufrates é de cerca de 2800 quilômetros e do Tigre de aproximadamente 1890 quilômetros. Mais de 98 por cento do fluxo do Eufrates é originado na Turquia, embora a Turquia conte com apenas 28 por cento da área da bacia. A Turquia também contribui com 45 por cento do fluxo do rio Tigre. O total de recursos hídricos do rio Eufrates é de aproximadamente 32 bilhões de metros cúbicos e a qualidade da água deteriora na medida que o rio corre para o sul e ambos os rios possuem períodos sazonais de cheia, seguidos de períodos de extrema redução de fluxo (OLCAY, 2004:383-389).

Tanto a Turquia quanto a Síria dependem dos recursos do sistema do rio Eufrates, enquanto o Iraque aproveita a água abundante do rio Tigre (OLCAY, 2004: 383). De acordo com o acadêmico turco, Bülent Olcay (2004:385, tradução nossa), “sem a água proveniente do Eufrates, a Síria não poderá sobreviver”.

Os recursos hídricos dos rios Tigre e Eufrates compreendem 28,5% de todo o potencial de água corrente da Turquia (OLCAY, 2004:389). Esses rios são importantes para irrigar as terras no sudeste da Anatólia. O projeto turco GAP (*Güneydogu Anadolu Projesi* ou Projeto do Sudeste da Anatólia) prevê a utilização das águas dos rios Tigre e Eufrates por meio da construção de 22 represas, 19 hidroelétricas, e 17 projetos de irrigação, resultando no controle do fluxo das águas dos rios Eufrates e Tigre na Síria e no Iraque (MARTIN, 2004:177). O principal objetivo é fornecer eletricidade para a atrasada região sudeste da Turquia a fim de desenvolvê-la, embora muitos recursos tenham sido direcionados para o sudoeste, onde há uma grande concentração de indústrias turcas (MARTIN, 2004:177).

Entretanto, o sistema do rio Eufrates é incapaz de satisfazer as demandas por água de todos os Estados pelos quais percorre. As demandas quantitativas e qualitativas da Turquia, Síria e Iraque excedem a capacidade do rio Eufrates.

Em acréscimo, a água pode ser utilizada como “arma” em uma situação de conflito militar. Como pontua Bülent Olcay (2004, tradução nossa), “as ferramentas usuais de conflito são armas militares de destruição, embora o uso da água e os sistemas de recursos hídricos tanto como armas ofensivas e defensivas também tenha uma longa história”. Em 1993, por exemplo, Saddam Hussein envenenou a água dos muçulmanos xiitas ao sul do Iraque para reprimir a oposição ao seu governo (BBC Geographic Magazine apud OLCAY, 2004:387). Olcay (2004:387) cita também a utilização da água durante a Guerra do Golfo em 1991. Nesta ocasião, foi sugerido à Turquia que tentasse reduzir o fluxo da água do rio Tigre para o Iraque a fim de aumentar a pressão sobre o regime de Saddam Hussein. Essa situação comprova que a gestão da água dos rios Tigre e Eufrates não pode ser desvinculada dos fatores políticos.

A Síria e o Iraque reclamam que o projeto GAP tem reduzido substancialmente o fluxo dos rios Tigre e Eufrates. Como aponta Bülent Olcay (2004:388, tradução nossa), “a implicação hidro-política do GAP é declarada como uma ameaça à estabilidade regional [...] com a concretização do projeto GAP, as reivindicações parecem ser ouvidas mais do que nunca”.

O apoio da Síria aos curdos é o terceiro elemento complicador e o mais sério das relações entre os dois países. A Síria fortaleceu o PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão), permitindo campos de treinamento em seu território e que Öcalan, o líder do grupo, permanecesse em Damasco, com o objetivo de agradar a minoria curda em seu território e utilizar essa “arma” para resolver o impasse mediante a ameaça contra a Turquia. Essa política quase resultou em uma intervenção turca para dismantelar o PKK e num aumento da tensão entre os dois países quando do posicionamento das tropas turcas na fronteira com a Síria, numa clara sinalização de conflito. A ameaça de intervenção turca na Síria levou ao acordo de Adana, com a Síria expulsando Öcalan de Damasco e finalizando o seu apoio ao PKK (LESSER; LARRABEE, 2003:145). Esta questão ainda não foi resolvida, mas como escreveram Lesser e Larrabee (2003:144, tradução nossa), “o risco de um conflito entre a Turquia e a Síria para resolver essas questões é remoto, embora elas contribuam para um clima de desconfiança”.

Entretanto, a convergência de interesses econômicos auxiliou na tentativa de reconciliação entre as duas nações. “Esses avanços nas relações dão a esperança que a Turquia e a Síria possam desenvolver uma suficiente convergência de interesses econômicos para superar seus interesses divergentes a respeito da província de Hatay e a água” (MARTIN, 2004:180, tradução nossa).

Israel

A professora Lenore Martin (2004:181) descreveu brevemente a cronologia da ambivalência turca a respeito de Israel.

Em 1949, logo após a criação do Estado de Israel, a Turquia foi o primeiro Estado do Oriente Médio a reconhecer diplomaticamente o Estado judaico, o que explicitou o pragmatismo que se seguiria nas décadas seguintes. Em 1958, após o fracasso do Pacto de Bagdá, a Turquia fez um acordo secreto com Israel para contrapor a supremacia do nacionalismo árabe no Oriente Médio. Após a Guerra de 1967 entre Israel e os árabes, a

Turquia se posicionou ao lado dos árabes. Durante os anos 70, a Turquia se afastou de Israel para ganhar simpatia dos árabes pelas políticas turcas no Chipre e comprar petróleo a crédito. Em 1980, a Turquia esfriou as relações diplomáticas com Israel em solidariedade aos palestinos. Com o acordo de Oslo, o processo de paz ganha novo impulso, assim as relações são restauradas e uma série de acordos entre os dois países são realizados, como um acordo de livre comércio firmado em 1996 e o início de uma parceria militar. Nas palavras de Martin (2004:181, tradução nossa): “Nos anos 1990, os interesses da Turquia no Oriente Médio começaram a convergir fortemente com os interesses de Israel por razões políticas, econômicas e estratégico-militares”.

Lenore e outros autores, como Graham Fuller, Ian Lesser e Stephen Larrabee, assinalam os pontos de convergência que conduziram os dois países à aproximação.

Num estudo publicado pela RAND, Graham Fuller (1993:57-59) observou o interesse turco em obter apoio nos Estados Unidos mediante o lobby israelense em Washington para contrapor a influência da Armênia e da Grécia. A simpatia dos judeus pelos turcos, justificada pela relativa tolerância com que eram tratados no Império Otomano e o fator psicológico em relação a essa aliança com um país muçulmano, expondo o problema israelense como relacionado apenas aos árabes, são alguns aspectos indicados pelo autor como contributivos para a aceitação de boas relações por Israel.

Como um estudo preparado logo após o fim da Guerra Fria e no desenrolar dos Acordos de Oslo, poucos fatores convergentes puderam ser pontuados. A tecnologia de Israel foi citada como um atrativo para a vontade turca em desenvolver os laços com os israelenses.

Uma década depois dessa publicação, Ian Lesser e Stephen Larrabee (2003:140-144) analisaram, também para a RAND, os predicados dessa aliança.

Para os autores, os motivos da Turquia para essa aliança baseiam-se em três pilares. A questão curda e o apoio sírio forçaram a Turquia a ganhar força frente à Síria para impor ao

adversário o abandono dessa tática mediante a ameaça implícita de ser atacada em duas frentes: sul e norte.

Outro aspecto é o fornecimento de armas e tecnologia por Israel em substituição às armas e à transferência de tecnologia pelos Estados Unidos e pela Europa. “Apesar de ser membro da OTAN e da sua participação na coalizão na Guerra do Golfo, Ancara continua enfrentando dificuldades periódicas na transferência de armas e tecnologia militar dos Estados Unidos e da Europa” (LESSER, LARRABEE, 2003:141, tradução nossa). A Europa e os Estados Unidos, apesar de comprometidos em auxiliar o aliado, ficam inclinados a restringir o apoio devido ao desempenho turco em relação aos direitos humanos e a disputa com a Grécia.

O terceiro fator já havia sido citado por Fuller em 1993: a utilização da relação com Israel como meio para obter maior influência e reforçar a parceria estratégica com os Estados Unidos.

Não seriam apenas esses os motivos da aliança entre os dois países. Alguns objetivos compartilhados, como o combate ao terrorismo, a contenção de grupos islamistas, o monitoramento e combate à proliferação de armas de destruição em massa e o comércio bilateral também foram descritos pelos autores, que entendem essa parceria como um sinal do crescente envolvimento da Turquia na região.

Um estudo com muitos paralelismos e semelhanças foi realizado por Lenore Martin (2004:181-186), com apenas algumas ressalvas importantes. Pontua que evitar a percepção de que os dois atores estão atuando de forma coordenada é um cuidado tomado para impedir novos alinhamentos inter-árabes e as denúncias de outros países muçulmanos que possam interferir na imagem da Turquia. Os objetivos econômicos são colocados em relevo pela autora, como o acesso ao mercado norte-americano aos produtos turcos via Israel e, em troca, o acesso aos mercados da Ásia Central para os armamentos israelenses com a ajuda da Turquia.

Apesar dos desenvolvimentos positivos acima identificados, a ambivalência estratégica dos turcos na região revela riscos e incompatibilidades. Contra as tendências positivas, os riscos e perigos também foram identificados pelos autores.

A proximidade com Israel dificulta na resolução de outros dilemas enfrentados pela Turquia no Oriente Médio e provoca duras críticas dos competidores muçulmanos como o Egito que, sensível ao equilíbrio geopolítico, busca liderar a região em detrimento da Turquia. Outro argumento em favor da cooperação é o abastecimento de água para Israel do rio Manavgat, o que claramente coloca um obstáculo na condução da disputa pelos recursos hídricos com a Síria e o Iraque.

Lenore questiona também a possibilidade do governo do partido islâmico AKP renunciar a esta aliança face às repercussões políticas da Intifada e sua habilidade de lidar com os militares caso ouse romper com Israel. Por enquanto nada se comprovou nessa direção, com exceção de alguns ataques turcos à política de Israel, que não deve ser interpretado com alarde devido à ambivalência turca na região.

Talvez a melhor evidência da irreversibilidade das boas relações entre os dois Estados seja o fato do antigo governo neoconservador e islâmico de Erbakan, que adotou no início uma linha dura, ter declarado que não era contra a proximidade com Israel, assinando diversos acordos de cooperação, apesar da resistência árabe (ARAS, 2002:56).

Finaliza o professor da Universidade de Oxford, Doutor Philip Robins (2007) que o AK tem sido a consciência do país ao criticar a excessiva coerção de Israel, enquanto as instituições kemalistas continuam negociando com Tel Aviv.

Irã

O estabelecimento do xiismo no Irã no século XVI iniciou um confronto ideológico entre o Império Otomano e a nação persa. Essa rivalidade foi atenuada com o fim da Primeira

Guerra Mundial e a subida ao poder de dois líderes nacionalistas: Mustafá Kemal Atatürk na Turquia e Reza Xá no Irã. Ambos tinham como preocupação fundamental o desenvolvimento interno e a proteção contra o imperialismo europeu, resultando em diversos acordos que visavam, entre outras coisas, afastar a ameaça russa.

Todavia, a revolução islâmica no Irã anunciou o fim das relações cordiais entre as duas nações. A Turquia rejeitou o Islã radical iraniano e sua intenção de projeção no Oriente Médio, enquanto o Irã enxergava em Mustafá Kemal Atatürk um inimigo do Islã. Assim, “a rivalidade ideológica entre os dois Estados muçulmanos criou uma profunda divergência em seus interesses políticos. A Turquia é uma democracia secular, o Irã uma teocracia islamista; cada um representa um modelo alternativo para os Estados reformistas no Oriente Médio” (MARTIN, 2004:172, tradução nossa).

As relações foram minadas e constituíram uma fonte de preocupação para a Turquia, especialmente o temor de que o Irã possa exportar o seu radicalismo, já que os islamistas turcos preferem desenvolver os laços com os iranianos ao invés dos árabes.

Porém, essa situação sofreu uma abrupta transformação com o fim da Guerra Fria. O interesse compartilhado em reprimir os curdos possui um papel central na aproximação dos dois Estados. “A partir da segunda parte dos anos 1990, Ancara e Teerã desenvolveram um relacionamento mais cooperativo, em que a peça central foi um acordo para conter as atividades dos insurgentes curdos em atividade nos dois lados da fronteira”(LESSER, LARRABEE, 2003:148, tradução nossa).

Dentre outros pontos de aproximação entre os dois oponentes ideológicos, os autores destacam o fornecimento de energia pelos iranianos e os investimentos bilaterais em crescimento.

Contudo, atritos poderão ocorrer devido à competição geopolítica na Ásia Central e no Cáucaso, onde os interesses políticos e econômicos dos dois atores colidem. Ambos são

competidores pelo trânsito de gás e petróleo do Cáucaso e da Ásia Central, além de pretenderem influenciar os novos Estados da região.

As ambições nucleares iranianas também constituem um perigo para a Turquia. A necessidade de monitorar e conter essa ameaça é uma tarefa importante para a inteligência turco-israelense operando conjuntamente, e para a OTAN. As presenças americana e britânica no Iraque trazem desconfiança aos iranianos em relação à Turquia que, como aliada do Ocidente, poderia se encarregar de deter as ameaças de armas de destruição em massa que emanam do Irã. Para o Irã, o acordo de cooperação entre Turquia e Israel, um inimigo ideológico de Teerã, expõe mais um ponto de fricção de difícil resolução.

Se a ameaça nuclear se materializar na região, provavelmente causará um dano monumental para a Turquia, tanto em termos econômicos imediatos, já que o Irã poderá sofrer um embargo do Ocidente, pondo um fim nas iniciativas de incremento comercial entre os dois países, quanto em termos de segurança. Não pode ser descartada a possibilidade do Irã ameaçar destruir a Turquia para impor a sua ideologia radical e conquistar a supremacia regional.

Portanto, as questões políticas que norteiam as relações turco-iranianas estão relacionadas aos curdos, à proliferação de armas de destruição em massa, à Guerra do Iraque, às disputas ideológicas e por influência regional, e Israel. Desta forma, o dilema turco está na intersecção dos interesses econômicos (o que é mutuamente benéfico), com os interesses políticos, que divergem a ponto de colocar os dois países em profundo antagonismo.

Iraque

As relações entre os dois vizinhos seguem a tradição de ambivalência mútua na região, com as políticas turcas sendo influenciadas pela política interna do país. Antes da Guerra do Golfo de 1990-91 as relações da Turquia com o Iraque foram delineadas pelos interesses comerciais, principalmente pelo transporte e utilização dos imensos recursos energéticos

iraquianos, e facilitados pela filosofia kemalista de neutralidade da política externa turca. Após a Turquia ter se unido à oposição internacional contra o regime de Saddam, e principalmente, após a invasão da coalizão liderada pelos Estados Unidos, em março de 2003, as relações ficaram muito mais complexas e diversos dilemas passaram a permear as ações da Turquia em relação ao vizinho.

Lenore Martin publicou um artigo em 2004, no qual interpreta e relata os dilemas da política externa turca e seus desdobramentos após a expulsão de Saddam Hussein e do seu partido Ba'ath do poder. Para a autora, a grande preocupação da Turquia é que os curdos do norte do Iraque consigam a autonomia dentro de um Iraque federativo e que isto se torne um ímã irredentista para os curdos no sul da Anatólia (MARTIN, 2004: 170).

No passado, a Turquia manteve um acordo com os iraquianos para realizar incursões dentro do Iraque a fim de dismantelar os grupos que lutavam pela autonomia curda. Porém, uma intervenção turca após a invasão americana do Iraque seria de alto risco, pois poderia ser entendida como um pretexto para controlar os campos de petróleo no norte do Iraque, podendo estimular a oposição da Síria e do Irã (que temem a hegemonia regional turca), perdendo o apoio iraniano para impedir um Estado curdo autônomo e um Iraque militante, e estimulando o apoio externo às facções iraquianas para obterem pela força o poder no Iraque (MARTIN, 2004:170-171).

Outro grande obstáculo para a intervenção turca no norte do Iraque é o interesse em preservar as relações com os Estados Unidos. Para Martin (2004:170, tradução nossa): “Enquanto os EUA mantiverem uma presença militar, econômica e política no Iraque, será sem dúvida difícil para a Turquia agir diretamente para reprimir os curdos iraquianos sem reduzir as suas vitais relações cooperativas estratégicas com os EUA”.

Em um balanço das relações bilaterais com o Iraque respaldado pelas observações de Lenore Martin, observa-se que, por um lado, a Turquia necessita das fontes energéticas iraquianas para manter sua economia pulsando e aumentar suas exportações. Por outro lado, a Turquia quer utilizar a mesma prerrogativa de Israel (em sua batalha contra o Hezbollah) e

realizar incursões para dismantelar o PKK e impedir o surgimento de um Curdistão autônomo. A possibilidade de aproximação com os outros vizinhos para realizar tal operação poderá minar as relações com os Estados Unidos, que são de vital importância para a Turquia, embora as perspectivas sejam de operações limitadas (CAGAPTAY, 2007).

Conclusão

A Turquia tem realizado esforços para resolver os impasses em que está envolvida no Oriente Médio. Porém, a região continua a ponto de ebulição e enquanto não surgir uma situação mais estável, principalmente com relação aos principais focos de tensão, Iraque, Irã e Israel-Palestina, a região continuará instável em termos geopolíticos e em risco de uma ainda maior escalada da violência. Alguns eventos imprevisíveis, como uma eventual paz entre Israel e Síria poderá transformar toda lógica regional relacionada à Turquia.

Por ora, os autores sugerem que a Turquia concentre seus esforços em preservar seu território e garantir sua segurança, argumentando que sem estabilidade geopolítica não há ambiente favorável para cooperação. Neste caso, as principais preocupações de Ancara são a nuclearização do Irã e a guerrilha curda. Assim, os analistas acreditam que a Turquia deve traçar uma estratégia para conter essas ameaças preservando seu principal aliado, os Estados Unidos, e conseqüentemente mantendo sua preferência pelo Ocidente.

CAPÍTULO 8

A TURQUIA NA UNIÃO EUROPÉIA?

Os objetivos primordiais da Turquia são manter intensas relações com o Ocidente.

(MARTIN, 2004:5, tradução nossa)

Digamo-lo sem rodeios, as relações entre a Europa e a Turquia sempre foram complexas e delicadas. É preciso reconhecer que a Turquia coloca à União Européia, de uma maneira exacerbada, a questão da sua identidade e das suas perspectivas. O alargamento à Turquia começa por colocar à UE o problema da sua fronteira oriental, sendo o país na sua maioria geograficamente asiático, dispõe de uma rede de relações regionais à volta do Mar Negro, que se reforçou após a queda da URSS. Sobretudo numerosos acontecimentos do passado lembram aos europeus que a Turquia ostenta diferenças sócio-culturais, institucionais e de política interna. Por fim, a Turquia coloca um problema econômico: a integração na UE de um país com a mais importante disparidade de desenvolvimento.

(MAURICE CATIN, 2001 apud FERNANDES, 2005:125)

O Processo de “Europeização” da Turquia

Para as elites turcas, a modernização e a ocidentalização eram interpretadas como sinônimos (ÖNIS, 2004:1-3). Assim, o projeto kemalista de modernização significou a mudança para os tipos de sistemas sociais, econômicos e políticos que se desenvolveram na Europa Ocidental e na América do Norte (EISENSTADT, 1969:11).

No Estado otomano, o processo de modernização se iniciou quando a idéia de superioridade do mundo muçulmano foi abalada pela superação em termos militares e tecnológicos pela cristandade – lição aprendida inicialmente no campo de batalha que repercutiu em todas as esferas da sociedade otomana.

Mahmud II, assim como seu rival Muhammad Ali do Egito, imaginava que o poder e a riqueza da Europa estariam na indústria e na ciência, e foram esses os patamares que determinaram o empenho dos posteriores reformadores e inovadores (LEWIS, 2001:131).

O padrão otomano de modernização está inserido na segunda fase da modernização, pois se deu a partir do impacto de forças externas e em menor grau – e posteriormente – devido à iniciativa e transformação internas (EISENSTADT, 1969:121). Obviamente, o estágio pré-moderno da sociedade influenciou na forma de seu desenvolvimento e nos entraves enfrentados. Notadamente, a influência do Islã. Além disso, as transformações ocorreram por meio de diversos movimentos de reformadores durante um longo período.

Numa perspectiva desenvolvimentista, observamos que o processo de modernização ocorrido na Turquia não pode ser analisado de maneira dissociada do impacto ocidental sobre o Império Otomano. As derrotas otomanas fizeram com que o império se voltasse para o Ocidente como modelo para a modernização (ocidentalização) – inicialmente militar, mas atingindo proporções até ideológicas, encontrando na Revolução Kemalista a expressão mais importante dos passos que a república turca seguiria.

Apesar dos esforços para uma equiparação com a Europa, já durante o período imperial, o processo de modernização da Turquia foi delineado pela Revolução Kemalista da década de 20. As mesmas derrotas militares do Império Otomano que incapacitaram o regime autocrático anterior de prosseguir a modernização, possibilitaram a transformação do Estado por meio de uma revolução direitista – realizada por uma elite coesa com direcionamento ocidental liderada por Mustafá Kemal (Atatürk) –, afirmando as forças armadas no cenário político, estabelecendo um executivo monolítico e incorporando o Islã na criação dos novos símbolos nacionais.

Adotando aparentemente uma concepção dicotômica entre a sociedade tradicional e a moderna, os kemalistas buscaram substituir a tradição a fim de permitir a ascensão das forças portadoras do desenvolvimento.

Analisando alguns estudos contemporâneos de modernização e desenvolvimento, o sociólogo israelense Shmuel Noah Eisenstadt (1991:152) fornece um modelo que se aplica *parcialmente* ao caso da Turquia: “O modelo concreto essencial que emergiu partia do pressuposto de que as condições para o desenvolvimento de uma sociedade moderna viável e com um crescimento sustentado equivaliam à extensão contínua dos índices sócio-demográficos e/ou estruturais e à destruição total de todos os elementos tradicionais”. A análise é parcialmente aplicável porque a revolução nacionalista turca não objetivou destruir totalmente os elementos tradicionais, mas adaptá-los e substituí-los para assegurar o surgimento e o crescimento das forças modernizadoras.

Para Eisenstadt (1969:12-13), a modernização pode ser percebida por meio dos índices derivados de aspectos sócio-demográficos e estruturais da organização social. Quanto a esses índices sócio-demográficos de modernização, Karl Deutsch indica a partir de sua síntese denominada “mobilização social”⁹ que os principais são a exposição a aspectos da vida moderna, a mudança de residência, a urbanização, o abandono de ocupações agrícolas, a alfabetização, o crescimento do rendimento *per capita*, entre outros (apud EISENSTADT, 1991:159).

Quanto às características estruturais da modernização, Eisenstadt (1991:160) cita, dentre outros, o desenvolvimento de um elevado grau de diferenciação, de recursos livres, de tipos especializados e diversificados na organização social, mecanismos mais vastos de distribuição de funções e de regulação.

Seria inviável examinar ou mencionar aqui todos os índices sócio-demográficos e características estruturais relativas ao processo de modernização da Turquia. Apenas para demonstrar a significativa mudança ocorrida na formação do país, vamos verificar alguns aspectos desta transformação, a partir da revolução nacionalista, e seus desenvolvimentos posteriores.

⁹ Karl Deutsch definiu o termo *mobilização social* como o processo em que os principais conjuntos de velhas vinculações sociais, econômicas e psicológicas são desgastados e quebrados, e os indivíduos se tornam disponíveis para novos padrões de socialização e de comportamento (apud EISENSTADT, 1991:159)

Educação

Um aspecto relevante quanto à modernização, especificamente relacionado ao emprego da mão-de-obra e à qualidade como exigência do processo de inserção é a educação (EISENSTADT, 1969:25).

Para os kemalistas, era indispensável para o sucesso da revolução que a grande maioria da população fosse educada, a fim de atingir uma orientação básica consensual de massa por meio de símbolos e valores culturais facilmente identificáveis por todos. A oferta de instituições educacionais modeladas segundo padrões ocidentais cresceu enormemente e o analfabetismo sofreu abrupta redução. A demanda por educação formal também aumentou e acompanhou o processo de urbanização, pois a exigência de qualificação e a concentração de recursos destinados à educação nos grandes centros e cidades tornaram os seus desenvolvimentos simultâneos. Para Feroz Ahmad (1993:82), a reforma da educação, claramente mais que as outras, dissociou a Turquia do mundo muçulmano e forçou o país a encarar o Ocidente. A porcentagem de alfabetizados cresceu continuamente até o ano 2000, como se representa a seguir:

Fonte: Instituto Estatístico Turco. Disponível em http://www.turkstat.gov.tr/kit_ing_1.pdf. Capturado em 25/03/2007.

Urbanização

A urbanização também se desenvolveu rapidamente com a mudança na estrutura hierárquica e, por conseguinte, com o aumento da mobilidade social, possível com as novas necessidades ocupacionais de uma sociedade em processo de modernização. A criação da nova capital, Ancara, e o desenvolvimento das comunicações, principalmente o sistema de transportes para integrar a Anatólia à economia de mercado, possibilitaram o crescimento acelerado das cidades. Em 1927, a população de Ancara era de 74.000 habitantes, enquanto em 1935 atingiu 123.000 (AHMAD, 1993:91). O crescimento das cidades continuou durante o século XX, como mostra o gráfico abaixo:

Fonte: Instituto Estatístico Turco. Disponível em http://www.turkstat.gov.tr/kit_ing_1.pdf. Capturado em 25/03/2007.

Economia

Outro ponto para análise da transformação rumo à modernização é a economia. A Turquia era um país agrícola e com uma população pequena e concentrada essencialmente no campo. Após a guerra, a população turca continuou a crescer, enquanto a industrialização era

insuficiente para atrair um número considerável de migrantes e as comunicações eram precariamente desenvolvidas para estimular os deslocamentos. A economia não se desenvolvia de maneira coordenada e os produtos estrangeiros eram mais competitivos que os produzidos localmente. Conseqüentemente os investidores domésticos e externos estavam receosos em empreender novos negócios.

Para solucionar esse desequilíbrio populacional entre campo e cidade e tornar o país uma economia de mercado integrada ao sistema capitalista ocidental, foi criada em 1927 uma lei para estimular a indústria e a iniciativa privada local com apoio governamental. Os resultados preliminares foram satisfatórios para a classe capitalista, mas um desastre no caso da Turquia, em termos de desenvolvimento de uma economia nacional, pois o sustentáculo dos empreendimentos era o Estado.

A crise de 1929 afetou os preços dos produtos agrícolas no mercado internacional e desestabilizou a economia da Turquia. A alta no débito externo e a vulnerabilidade da recém assimilada economia turca no sistema capitalista ocidental conduziram o governo turco a adotar algumas medidas protecionistas e de contenção de gastos públicos para combater a crise.

Além disso, a associação do imperialismo ocidental ao capitalismo trouxe um sentimento anti-ocidental na Turquia. A solução para cumprir a tarefa de estimular a expansão econômica desvinculada de investimentos estrangeiros (que não estavam disponíveis), foi o estatismo de inspiração soviética, suprimindo ao mesmo tempo a carência de capital e empreendedorismo locais. O modelo estatista turco foi implantado com ajuda soviética, beneficiando-se, assim, das boas relações entre os dois países naquele momento. Integrava também os seis princípios fundamentais da doutrina kemalista: nacionalismo, estatismo, republicanismo, populismo, secularismo e reformismo. Para Feroz Ahmad (1993:63-64), diferentemente dos outros princípios, o estatismo gerou controvérsia desde o início, porque nem o partido e nem o governo conseguiam definir os limites de intervenção do Estado que fossem satisfatórios para o setor privado da economia. Assim, a realização de um modelo

econômico estatista desencorajou a iniciativa privada. Houve um progresso substancial da economia, mas o setor privado não acumulou experiências de livre mercado.

A participação do Estado na produção foi reduzida substancialmente com a reestruturação econômica empreendida na década de 80. Durante este período, o Estado concentrou seus esforços na infra-estrutura, abrindo a economia para os mercados externos. O apoio externo veio de Washington e Bonn, devido às ameaças aos interesses da Aliança Atlântica que cercavam a Turquia: a revolução iraniana de 1978/79 e a vitória do partido socialista de Papandreou na Grécia em 1981 (AHMAD,1993).

Transporte e comunicações

A ampliação do sistema de transportes e comunicações também constitui um índice das mudanças em direção à modernização. Isso pode ser verificado também no caso da Turquia, conforme o gráfico abaixo:

Fonte: Instituto Estatístico Turco. Disponível em http://www.turkstat.gov.tr/kit_ing_1.pdf. Capturado em 25/03/2007.

O gráfico apresenta um crescimento consistente no número de assinaturas telefônicas, com grande impulso a partir da década de 80. Nota-se, contudo, uma redução no início do

século XXI. Isso pode ser explicado pela propagação de novas tecnologias, principalmente telefones celulares, como observamos na tabela abaixo:

Tabela 6 – Telefones celulares

Ano	Telefones – Linhas móveis (celulares)	Mudança percentual
2003	17.100.000	
2004	27.887.500	63,08%
2006	43.609.000	56,37%

Fonte: [http://www.indexmundi.com/pt/turquia/telefones_linhas_moveis_\(celular\).html](http://www.indexmundi.com/pt/turquia/telefones_linhas_moveis_(celular).html).

Capturado em: 11/06/2007.

Política e Cultural

Na esfera política, os nacionalistas adotaram e formularam alguns princípios políticos que colidiam com o modelo do sultanato, extinguindo-o, portanto, com a deposição do sultão Mehmed VI Vahideddin. A transformação para um sistema de governo representativo e a elaboração de um partido político possibilitaram a proclamação da república, enquanto a renúncia da liderança turca no mundo muçulmano levou à abolição do califado em 1924, já que este representava o passado islâmico e imperial. Como resultado, toda a organização hierárquica foi reformulada.

Para Kemal, a civilização significava a civilização européia e todos os esforços visavam inserir a Turquia no mundo das nações civilizadas. “Eles [os kemalistas] eram devotos da idéia de mudança e impacientes com a tradição, que eles viam como uma barreira ao progresso” (AHMAD, 1993:77, tradução nossa).

A abolição do califado foi o ponto de partida para o amplo programa de secularização do Estado que culminou na retirada da cláusula que afirmava o Islã como religião oficial e a denúncia do uso político da religião pelos antigos governantes. Afinal, um Estado moderno pressupõe uma organização e uma dinâmica impraticáveis com um Estado islâmico. Contudo, a base da política em relação à religião dos kemalistas era o laicismo e não a irreligiosidade (LEWIS, 2001:412). O objetivo era reduzir o Islã ao papel de uma religião de um Estado

moderno com uma forma nacional, acabando por torná-lo um departamento subordinado ao Estado.

Seguiram-se outras alterações que objetivavam um rompimento com o passado por meio de símbolos que demonstrassem o novo caráter do jovem Estado turco e criassem um ambiente favorável à modernização do país, dentre elas, a substituição do alfabeto árabe pelo latino e a troca do código legal muçulmano, a xaria, por um sistema legal moderno que fosse emprestado e adaptado da Europa. Assim, o código civil suíço serviu de inspiração para o código civil turco, enquanto o código penal italiano e os códigos comerciais da Alemanha e da Itália foram também emprestados e adaptados (AHMAD, 1993:80).

Com uma modernização assimétrica, fortemente concentrada nas cidades, a revolução resultou em duas culturas distintas, uma ocidental e secular e uma cultura autóctone, associada ao Islã e encontrada na maioria da população.

Desta maneira, uma grande parcela da população não se identificava com o novo Estado, mas com a religião. Séculos de controle otomano produziram uma vasta rede religiosa, infiltrada em todas as camadas da sociedade.

As experiências ocidentalizantes continuaram durante as décadas seguintes, com um novo impulso após a entrada da Turquia na OTAN em 1952 e após a conclusão do Acordo de Ancara com a Comunidade Européia em 1963 (LARRABEE; LESSER, 2003:46). Porém, a incapacidade de integrar as novas forças provenientes do processo de modernização mediante adoção de um sistema pluripartidário instituído após a Segunda Guerra Mundial, levou a três golpes militares que agiram de forma decisiva na configuração da política doméstica da Turquia moderna no século XX. Para Zylia Önis (2004:3, tradução nossa), o modelo turco chegou a um impasse nos anos 90, pois “houve uma demanda por reforma política, criando um espaço para abertura política para os grupos que eram a favor de uma extensão das liberdades religiosas ou da prática de seus direitos como minorias dentro dos amplos parâmetros de um Estado-nação laico e unitário”. Como vimos no capítulo 4, houve também uma intervenção não-convencional para retirar o partido islamista *Refah* do poder.

Atualmente ocorre uma crise política em virtude da eleição de Abdullah Gul do partido AK, também com raízes islâmicas. Os militares publicaram uma declaração em seu website em que atacam a nomeação de Abdullah Gul, ameaçando intervir contra o candidato islamista moderado. Essa ameaça foi rotulada pela mídia de “e-coup”, em referência ao meio eletrônico utilizado. (THE ECONOMIST, 2007).

O Acordo com a Comunidade Econômica Européia

Estabelecida em 1957 por seis países europeus, a Comunidade Econômica Européia¹⁰ firmou com a Turquia em 1963 o Acordo de Ancara, que previa a possibilidade de uma eventual admissão turca, desde que as condições para a associação fossem cumpridas por Ancara. Com um histórico marcado por diversos períodos de crise (Anexo A) em que prevaleceram conflitos e insatisfações em vez de cooperação e atitudes positivas (ÇAYHAN, 2002:45), as agitadas relações entre a Turquia e a União Européia, pautadas pela solicitação de adesão dos turcos, constituem uma das questões mais importantes para a política externa da Turquia, com grande peso também para a política doméstica.

Como vimos, esta questão não pode ser tratada apenas em termos técnicos (econômicos, por exemplo) impostos pela União Européia aos candidatos. Ela adquiriu proporções míticas para os turcos, representando a consolidação da transformação da Turquia em um Estado ocidental iniciada pela revolução modernizadora de Atatürk e perseguida mediante um gradual processo de “europeização” ocorrido durante o século XX. Barry Rubin destaca o caráter especial do dilema da entrada da Turquia na União Européia:

Muitos países no último século se uniram a muitas organizações internacionais sem que esta questão se tornasse o ponto central de sua identidade ou uma controvérsia política chave. De fato, é possível afirmar que a questão da associação turca na UE é proporcionalmente a mais importante questão deste tipo para qualquer Estado na história. (RUBIN, 2003:1, tradução nossa).

¹⁰ A Comunidade Européia mudou seu nome para União Européia em 1993.

Como candidato mais antigo à entrada na UE, a Turquia solicitou a adesão como membro pleno da Comunidade Européia em abril de 1987. Na reunião de cúpula de Luxemburgo, a Turquia recebeu um *status* especial com perspectiva longa para a integração, mas sem uma estratégia de pré-adesão como outros países receberam. Essa decisão européia causou uma tendência anti-européia na Turquia e o sentimento de ter sido tratada injustamente e de maneira desigual quando comparada a outros candidatos. Na reunião de cúpula de Helsinque, a Europa recuou para uma abordagem mais cooperativa com a Turquia, pressionando ao mesmo tempo por maiores transformações e adequações políticas e econômicas na Turquia. Estabeleceu o cumprimento dos critérios de Copenhague como indispensáveis para o início das negociações de adesão, mas não forneceu um cronograma para a aceitação.

Embora a Turquia tenha realizado desde então diversas reformas exigidas pela União Européia e demonstrado um grande entusiasmo em participar do bloco, há muita oposição européia e dúvida acerca do espaço da Turquia na “nova Europa”. Para Rubin:

Claramente, há uma ampla variedade de fatores desacelerando ou bloqueando a admissão da Turquia na União Européia. Dentre essas restrições e reclamações, podem ser mencionadas o tamanho da população turca (e, portanto, o peso político e a quantidade de imigrantes na UE), a relativa pobreza (o tamanho da ajuda que a UE terá que fornecer), a população muçulmana, os estereótipos anti-turcos, as restrições na democracia, direitos humanos, a questão dos armênios, a questão curda, a questão do Chipre, conflitos diretos com a Grécia e a estrutura da economia. (RUBIN, 2003:2, tradução nossa).

Apesar de ter empreendido esforços notáveis para se tornar ocidental, a Turquia logra uma posição muito inferior à média da União Européia quanto aos indicadores econômicos e de desenvolvimento humano.

Mine Eder, professora do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Bogazici, em Istambul, publicou um ensaio em 2002 analisando a situação da Turquia em relação aos critérios econômicos estabelecidos pelo Acordo de Copenhague como condição para integrar a União Européia.

Nesse artigo, a autora fornece alguns indicadores econômicos e de desenvolvimento humano da Turquia, comparando-os com a média europeia e em alguns momentos, com os indicadores de outros candidatos (em 2002), como a Bulgária e a Romênia, que foram aceitos pelo bloco em 2007.

Para Eder (2002:220), alguns aspectos que dificultariam a aceitação da Turquia seriam o tamanho da população (que em caso de integração à UE, constituiria a segunda maior do bloco, atrás apenas da Alemanha), o ritmo acelerado de crescimento dessa população, o PIB per capita que representa somente 28% da média europeia e a inflação situada acima da média europeia.

Os indicadores de desenvolvimento humano também evidenciam a disparidade com a média europeia. Por exemplo, enquanto em 2002, 42 de cada 1000 crianças morriam por ano na Turquia antes dos cinco anos de idade, a média europeia era de seis mortes por 1000. (EDER, 2002:220).

Porém, quando comparamos a Turquia com os países que passaram a integrar a União Europeia recentemente, observamos resultados muito próximos, e em alguns casos, os indicadores revelam diferenças positivas para a Turquia. Por exemplo, comparando o salário mínimo médio, a Turquia situa-se muito atrás das nações europeias mais ricas, mas fica à frente dos últimos integrantes da União Europeia, superando, por exemplo, em mais de duas vezes o resultado romeno.

Tabela 7 - Salário Mínimo Anual

País	Salário Mínimo anual em dólares	
	1980-84	1995-99 ^a
Bélgica	7,661	15,882
Bulgária	...	573
República Tcheca	...	942
Romênia	...	531
Turquia	594	1,254
Polônia	320	1,584

Fonte: Banco Mundial. Disponível em: <http://devdata.worldbank.org/wdi2006/contents/Section2.htm>.
Tabela 2.6 | Salários e Produtividade. Capturado em 17/04/2007.

Outro dado interessante é a porcentagem da população que está abaixo da linha da pobreza. Considerando apenas países recém-admitidos na União Européia e a Turquia, nota-se que a parcela da população turca considerada pobre é inferior à parcela da população búlgara, além de estar próxima da polonesa e da romena.

Tabela 8 – Pobreza

País	Porcentagem da População abaixo da Linha da Pobreza
Bulgária (1997)	36.0
Romênia (1994)	21.5
Turquia (1994)	28.3
Polônia (1993)	23.8

Fonte: Banco Mundial. Disponível em:
<http://devdata.worldbank.org/wdi2006/contents/Section2.htm>. Tabela 2.7 | Pobreza.
Capturado em 17/04/2007.

Por fim, podemos utilizar dados econômicos que demonstram uma vantagem para a Turquia. Neste caso, a Turquia supera alguns Estados europeus do Leste quanto ao crescimento do PIB e o tamanho das reservas:

Tabela 9 - Dados Econômicos

País	Produto Interno Bruto Média anual de Crescimento %		Reservas em milhões de dólares
	2004	2005	2005
Bulgária	5.6	5.6	8,701
Polônia	5.4	3.2	42,571
Romênia	8.3	4.5	21,395
Turquia	8.9	6.0	52,433

Fonte: Banco Mundial. Disponível em: <http://devdata.worldbank.org/wdi2006/contents/Section4.htm>.
Tabela 4.a | Performance Econômica Recente. Capturado em 17/04/2007.

Como se pode observar, o atraso da Turquia fica evidente apenas quando consideramos a média europeia ou os países centrais da Europa. Comparando com os Estados menos desenvolvidos, a Turquia apresenta condições muito semelhantes. Obviamente, não entramos em todas as exigências técnicas da Europa, como controle de inflação, por exemplo. o que poderia dar uma visão mais fidedigna dos desafios enfrentados por Ancara. Devemos, então, ter o cuidado de não tirar conclusões unicamente a partir desses dados macroeconômicos apresentados.

Por outro lado, essa breve visão geral justifica a suspeita de muitos turcos de que a base das hesitações europeias vai além dos problemas puramente técnicos. Barry Rubin (2003:2, tradução nossa) nos relata: “Quando perguntado sobre os motivos para o ritmo lento da Turquia em direção à integração, um diplomata turco respondeu, ‘Eles pensam em novos motivos a cada ano’. De fato, a lista completa de motivos é sempre apresentada, mas a ênfase muda em diferentes épocas”.

A compatibilidade entre os valores europeus e a cultura islâmica bastante enraizada na Turquia é questionada por muitos europeus e representa um entrave para a aceitação da Turquia pela opinião pública européia. Eis como Larrabee e Lesser expressam essa questão:

O pedido de adesão da Turquia à UE também levanta importantes questões culturais e “civilizacionais”. Embora a UE insista que o pedido de adesão da Turquia vai ser julgado apenas pelos critérios de Copenhague, apesar da aparência, muitos europeus questionam o grau em que as tradições culturais e religiosas islâmicas da Turquia são compatíveis com os valores “europeus”. Tal como o antigo ministro holandês, Hans van Mierlo, afirmou no início de 1997: “Há um problema com um grande Estado muçulmano. Queremo-lo na Europa? É uma questão não abordada”. (LESSER; LARRABEE, 2003:60, tradução nossa).

Como consequência os turcos se sentem discriminados pela Europa e desconfiam de sua insistência em afirmar que a candidatura turca será julgada apenas pelos critérios de Copenhague.

O já citado professor José Pedro Teixeira Fernandes, ele próprio um europeu, questiona a equação secularismo (em sociedades de matriz islâmica) = secularismo (em sociedades de matriz cristã). A isso, o atual governo turco rebate argumentando que as diferenças culturais-religiosas são irrelevantes em sociedades democráticas e “secularistas” e que a integração da Turquia na União Européia facilitaria o diálogo entre civilizações (FERNANDES, 2005:137).

Como vimos na primeira parte desta dissertação, alguns autores argumentam que o Islã na Turquia é “secularizado” e que os islamistas turcos, que constituem uma parcela significativa da base do governo do AK, tornaram-se pró-Europa.

Sem dúvida o componente cultural identitário influencia na decisão dos europeus. Mas, como afirmam Larrabee e Lesser (2003:54, tradução e grifo nosso), “são *políticos* os obstáculos mais importantes para a entrada da Turquia na União Européia”.

Na opinião de R. Craig Nation (1996:X-XI), professor de Relações Internacionais da Universidade John Hopkins, embora nenhum fator isolado seja decisivo, a imagem da

modernização na Turquia como um movimento linear em direção à anexação a uma Europa ampliada, tem sido desacreditada. Um dos motivos seria a situação estratégica particularmente complicada da Turquia, com diversos conflitos armados nas áreas adjacentes.

Professor da Universidade de Ancara, Atila Eralp, cita três desenvolvimentos importantes do período pós-Guerra Fria que influenciaram as relações turco-européias.

Em primeiro lugar, o fim da divisão da Europa entre duas zonas de influência (americana e soviética) levou a UE e a OTAN a iniciarem um processo de ampliação mediante a incorporação dos Estados do Centro-Leste Europeu dentro de suas estruturas. Com a atenção voltada para a adequação das instituições centro-orientais européias ao modelo ocidental e com a urgência de incorporar esses Estados a fim de evitar uma situação de instabilidade política e econômica que pudesse afetar a Europa Ocidental, a candidatura da Turquia perdeu fôlego com a redução da sua importância geopolítica para a UE em comparação com os Estados da Europa Central e Oriental.

Em segundo lugar, o desaparecimento de uma linha divisória entre a Europa e a Ásia trouxe considerações geopolíticas mais amplas para a UE. “Enquanto o papel da Turquia no processo de ampliação da União Européia era marginal, a Turquia tinha uma posição ‘pivô’ na Eurásia” (ERALP, 2004:65, tradução nossa). Além de ser rota energética e de comunicação, a Turquia é um dos poucos países na região em que as instituições ocidentais são mais desenvolvidas. “Como resultado, a UE e a Turquia devem superar o relacionamento problemático” (ERALP, 2004:65, tradução nossa).

Em terceiro lugar, o autor destaca o impacto das relações entre a União Européia e os Estados Unidos nas percepções da Turquia. Durante a Guerra Fria, a estreita cooperação entre os Estados Unidos e a Europa Ocidental resultou na criação de uma aliança ocidental liderada pelos norte-americanos. Com o fim da Guerra Fria, surgiram discussões acerca da necessidade de estabelecer uma nova cooperação entre os Estados Unidos e a Europa baseada na liderança compartilhada, em oposição ao domínio dos Estados Unidos. Como consequência, houve uma transformação no relacionamento da Turquia com o Ocidente.

Durante os anos da Guerra Fria, para as elites governantes da Turquia, o Ocidente significava a Europa Ocidental e os Estados Unidos, indiferenciado como a Aliança Ocidental. Com o fim da Guerra Fria, as elites turcas compreenderam tardiamente que o Ocidente não era mais uma entidade indiferenciada: a cooperação com os Estados Unidos não garantia mais uma relação fácil com a Europa Ocidental. O relacionamento da Turquia com os Estados Unidos fluiu com harmonia, enquanto as relações com a Europa Ocidental, e principalmente com a União Europeia, foram se tornando crescentemente conflituosas (ERALP, 2004:66, tradução nossa).

O *imbroglio* da Turquia com a Europa permanece sem solução. Vamos proceder agora à análise de algumas questões políticas cruciais para a compreensão dessas barreiras à adesão: os Balcãs, os assuntos estratégicos e de defesa, a questão curda (democratização e direitos humanos) e as divergências com a Grécia e o Chipre.

Os Balcãs

Historicamente, as relações conflituosas da cristandade europeia com o Império Otomano tiveram os Balcãs como principal palco e objetivo das batalhas. Com a fundação da República da Turquia, os kemalistas descartaram qualquer ambição nos Balcãs, embora a Turquia esteja ligada à região por laços culturais, históricos e religiosos, além de comunidades étnicas congêneres.

Com o fim da Guerra Fria, a Turquia “despertou” para os Balcãs. Em parte, isso foi resultado da necessidade de prevenir a instabilidade na região a fim de evitar que pudesse irradiar para o sul. Em parte, pela ampliação dos horizontes da política externa da Turquia (LESSER; LARRABEE, 2003:94).

O interesse turco seria justificado pelo legado histórico e pela localização geoestratégica dos Balcãs que, segundo Mustafá Türkes, ocupa uma posição pivô entre a Europa Ocidental e a Eurásia (TÜRKES, 2004:208).

Contudo, a Turquia não demonstrou qualquer inclinação a uma ação militar unilateral na região, nem utilizou o Islã para influenciar os Bálcãs. Em vez disso, a Turquia tem insistido numa política alinhada com seus aliados na OTAN (LESSER; LARRABEE, 2003:96), contribuindo para a incorporação dos Estados balcânicos nas estruturas Euro-Atlânticas.

Assim, Ancara busca claramente evitar uma conflagração com a Europa que pudesse minar as aspirações turcas de fazer parte da União Européia. As implicações de um ativismo turco unilateral poderiam ressurgir as eventuais suspeitas européias de uma política expansionista turca.

Se nos Bálcãs a Turquia e a Europa possuem objetivos convergentes e atuam de modo cooperativo, alguns pontos críticos ainda influenciam negativamente no processo de negociação para uma (talvez) integração da Turquia à Europa.

Assuntos Estratégicos e de Defesa: a Política Européia de Segurança e Defesa

Durante aproximadamente 40 anos os assuntos de política externa e segurança foram tratados de maneira intergovernamental na União Européia. A partir do Tratado de Maastricht, a União Européia iniciou um processo de formação de uma política externa e de segurança comuns, com o objetivo de reafirmar sua identidade no cenário internacional, indo além da sólida integração econômica conquistada.

Dentro desta nova concepção está o desenvolvimento de uma política de defesa comum dentro da estrutura da OTAN. Esta política teria como objetivo “desenvolver uma capacidade autônoma para tomar decisões e, quando a OTAN não estiver envolvida, enviar e conduzir operações militares lideradas pela União Européia em resposta a crises internacionais” (Helsinki European Council, nota 7, apud ÇAYHAN, 2002: 38).

Para Larrabee e Lesser (2003:65, tradução nossa) a atitude da Turquia é considerada ambivalente: “visto que a Turquia não é membro da União Européia – e é improvável que seja em breve – Ancara não quer ver nenhum enfraquecimento significativo do papel da OTAN na segurança européia, já que isto reduziria a própria voz da Turquia em questões de segurança européia”.

Considerando o papel desempenhado pela Turquia em defesa da Europa durante a Guerra Fria, a experiência em manter a paz no exterior, o tamanho das forças armadas turcas (a maior dos membros europeus da OTAN) e seu envolvimento em conflitos, poderia ser vantajoso integrar a Turquia nos mecanismos da política européia de segurança e defesa.

A União Européia desenvolveu mecanismos de cooperação e consulta com membros da OTAN que não pertencem à UE, mas a autonomia de decisão permanecerá restrita aos membros da unidade européia.

Quando o conselho decide lançar uma operação que requer os recursos e capacidades da OTAN, os membros da OTAN não pertencentes à União Européia poderão participar, se assim desejarem. Quando os recursos da OTAN não forem utilizados, a participação de países de fora da UE dependerá do convite do conselho. O conselho poderá convidar os candidatos à União para participarem [apenas da condução] de operações lideradas pela União Européia. (CAYHAN, 2002:40, tradução nossa).

É principalmente nessa questão da participação periférica dos membros da OTAN que não fazem parte da UE que Lesser e Larrabee detectam o sentimento de exclusão da Turquia e os impasses que se seguiram:

A Turquia não se opõe diretamente à expansão do papel da UE em questões de segurança e defesa, mas Ancara busca assegurar que estará envolvida no planejamento e *na tomada de decisão* nas operações para administrar as crises, principalmente naquelas que tocam diretamente em seus próprios interesses de segurança, e se recusa a concordar que a UE possa atrair “automaticamente” os recursos da OTAN para administrar uma crise em que a OTAN decide não se envolver. Ao contrário, insiste que o acesso da UE a esses recursos seja analisado caso a caso (LESSER; LARRABEE, 2003:65, grifo do autor, tradução nossa).

Quanto aos motivos da oposição turca, os autores esclarecem que são de ordem estratégica e defensiva:

As objeções de Ancara estão relacionadas a duas preocupações principais. Primeiro, a Turquia teme que a Grécia utilize a sua posição na UE para empurrar a UE a intervir em áreas – principalmente o Chipre – que afetam diretamente a segurança da Turquia. Segundo, a maioria das crises que a UE ou a OTAN podem enfrentar no futuro provavelmente estará na periferia turca ou próxima dela. Portanto, a Turquia quis assegurar que estaria envolvida nas decisões que afetam diretamente a sua segurança (LESSER; LARRABEE, 2003:66, tradução nossa).

Como reiteradamente a UE declara, a ligação com a Aliança Transatlântica permanece inalterada e não haverá competição com a OTAN. A disparidade de recursos e tecnologia entre europeus e americanos compromete o projeto europeu e expõe a dependência com relação à OTAN e, conseqüentemente, a necessidade de aprovação dos membros da Aliança para que a UE possa utilizar os recursos da OTAN. Dentre os membros da OTAN que não pertencem a União Européia, está a Turquia.

Para satisfazer o aliado turco, a UE elaborou uma proposta assegurando que não utilizaria sua política de segurança e defesa contra membros da OTAN e, adicionalmente, consultaria a Turquia quando uma intervenção européia fosse dirigida a uma região geograficamente próxima da Turquia ou de seu interesse em termos de segurança. Essa proposta, patrocinada pelos britânicos e americanos, foi rejeitada pela Grécia com o argumento que a Turquia poderia vetar os interesses gregos.

Assim, as relações da Turquia com a UE em relação ao projeto de defesa e segurança têm sido tensas. Na medida que o poder de fogo dos europeus é significativamente inferior ao americano e ao da OTAN, essas questões podem ser resolvidas no âmbito dos acordos relacionados à cooperação entre os europeus e a Aliança Transatlântica. Como assinalou Peter Rodman (apud ÇAYHAN, 2002:50, tradução nossa), “a probabilidade é que a idéia européia fique vazia sem o constante apoio da OTAN”.

O que traz outra perspectiva para a Turquia é a probabilidade de aumento do seu peso estratégico dentro da OTAN. Boa parte dos desafios enfrentados atualmente pela organização

está situada próxima à Turquia. A estabilização do Oriente Médio, dos Bálcãs e do Cáucaso surge como um grande desafio para a Aliança e coloca em destaque o envolvimento dos turcos, do combate ao terrorismo à contenção de armas nessas regiões.

A Questão Curda

Representando aproximadamente vinte por cento da população total da Turquia, os curdos são uma população de origem iraniana, constituída por diversos grupos religiosos e lingüísticos¹¹. Distribuídos entre as grandes cidades turcas e as províncias meridionais da Anatólia, além de vastas comunidades na diáspora, os movimentos separatistas curdos representam a maior ameaça à coesão do Estado turco.

A gênese dos problemas envolvendo turcos e curdos está na política assimilacionista inclusiva de Atatürk, que redefiniu a identidade nacional enfatizando a territorialidade ao invés da religião (KIRISCI, 2004:281). A criação do Estado-nação turco foi baseada em uma identidade nacional turca que suprimia a identidade étnica individual e considerava como cidadão turco qualquer pessoa que vivesse dentro das fronteiras do Estado e aceitasse seus princípios básicos (LARRABEE; LESSER, 2003:58). Adotando a tradição otomana de organização em comunidades religiosas, o dispositivo do Tratado de Lausanne (1923) previu apenas o reconhecimento dos direitos das minorias religiosas: grega, judaica e armênia. E a população curda, apesar de bastante heterogênea, é majoritariamente muçulmana sunita, o que impediu o seu reconhecimento como minoria.

O não reconhecimento dos curdos como uma minoria por Ancara fez emergir movimentos separatistas e de autonomia curdos em oposição ao Estado turco. Com o estabelecimento de um Estado secular e moderno eclodiram diversas revoltas curdas ressentidas pelo poder centralizado do novo Estado e movidas por um sentimento de

¹¹ Como explicam Dietrich Jung e Wolfgang Piccoli (2001:115 *apud* FERNANDES, 2005:88): “Em termos religiosos, embora com uma significativa predominância de muçulmanos sunitas, inclui, também, judeus, cristãos, yazidis e alevi. Em termos lingüísticos, a língua curda contém dois grandes dialetos (para além de diversos sub-dialetos): o ‘curmanji’, que é falado no Norte do Iraque e na Turquia, e o ‘sorani’ (ou curdi), o qual, por sua vez, é falado no Iraque e no Irã”.

consciência política curda (KIRISCI, 2004:281). A incapacidade de Ancara em acomodar a cultura e a etnia curdas causou milhares de mortes e deportações em massa, bem como graves violações dos direitos humanos (KIRISCI, 2004: 277).

Logo nos primeiros anos da república, o governo turco iniciou um processo para homogeneizar a identidade turca mediante a disseminação da língua, da cultura e da história turcas. Este período foi marcado pela negação da identidade curda.

Reprimidas todas as revoltas, as reivindicações curdas passaram por um período latente, até que em 1960 alguns grupos esquerdistas ressurgiram a questão curda. Em meados dos anos 80, a organização separatista de inspiração socialista-marxista *Partiya Karkeran Kurdistan* (Partido dos Trabalhadores do Curdistão, PKK), fundada por Abdullah Öcalan, começou a atingir alvos militares e civis, desencadeando uma série de contra-ofensivas das forças de segurança do Estado turco para reprimir as atividades do PKK. A escala e a frequência da violência e das violações dos direitos humanos aumentaram consideravelmente. A internacionalização desta clivagem na sociedade turca fez com que a questão curda adquirisse uma significativa importância para a política externa da Turquia, especialmente com relação à União Européia.

Conforme pontua o cientista político Kemal Kirisci,

[...] as relações entre a Turquia e a União Européia começaram a se deteriorar em 1993, na medida que o problema curdo na Turquia se tornou mais grave e o PKK na Europa se tornou cada vez mais bem sucedido em mobilizar a diáspora curda e liderar campanhas contra a Turquia. Isso foi refletido em uma crescente onda de críticas direcionada contra a Turquia por violar os direitos humanos dos curdos¹². Como resultado de tal censura pública, alguns governos

¹² O principal problema da argumentação que enfatiza a necessidade da Turquia se adequar ao discurso europeu com relação aos direitos humanos é que nem os próprios integrantes da União Européia respeitam os direitos das minorias. Esse discurso não impediu que alguns países que violam os direitos das minorias fossem aceitos. Um bom exemplo dessa diferença de tratamento é a recente adesão da Romênia e da Bulgária, países em que são recorrentes as atitudes discriminatórias com relação à população romani (ciganos). Talvez a principal diferença não esteja na atitude discriminatória, mas nos efeitos da divisão, já que os ciganos não ameaçam a Romênia ou a Eslováquia de fragmentação via luta armada. O sítio do *European Roma Rights Centre* relata inúmeras violações dos direitos dos ciganos na Europa: <http://www.errc.org/>

impuseram embargos de armas à Turquia, e o Parlamento Europeu suspendeu a assistência financeira para o país. (KIRISCI, 2004:296-297, tradução nossa).

Evidentemente, a questão curda está entre os principais obstáculos para a aceitação da Turquia pela Europa. Na percepção de Feroz Ahmad (1993:219, tradução nossa): “Há também o temor de que o conflito curdo possa irradiar para as cidades ocidentais, como Istambul, onde mais de um milhão de curdos vivem atualmente. Isso poderia polarizar ainda mais a sociedade turca e ameaçar o processo de democratização”.

Öcalan foi capturado e preso no final da década de 90, trazendo novas perspectivas para o embate. Nas palavras de Kemal Kirisci:

Öcalan foi julgado e sentenciado à morte em junho de 1999. Entretanto, durante e após o seu julgamento, ele moderou substancialmente suas idéias. Ele defendeu maior democratização e pluralismo na Turquia como uma solução para o problema curdo, em vez de secessionismo ou solução federativa. Em agosto, ele até pediu pelo fim do uso da violência pelo PKK e conclamou a seus militantes que se entregassem às autoridades turcas como um gesto de boa vontade. Isto foi seguido por moderação geral por parte dos curdos na Turquia. (KIRISCI, 2004:278, tradução nossa).

Os apelos de Öcalan e a moderação dos curdos foram acompanhados pelo comprometimento do governo turco em realizar reformas na Turquia. Em 2001, o parlamento turco adotou uma série de emendas na constituição, como por exemplo, a abertura ao uso público de outras línguas. Entre 2002 e 2003, o governo adotou uma legislação para fazer cumprir as emendas. Como resultado, a educação e a radiodifusão em língua curda se tornaram legais. Seguiu-se a abolição da pena de morte, que possibilitou Öcalan a requerer a prisão perpétua.

Uma das razões-chave para esse empenho de Ancara foi, decerto, a pressão da União Européia e o comprometimento da Turquia em fazer parte do bloco europeu. O projeto europeu transcende o nacionalismo e ultrapassa a idéia de Estado-nação homogêneo opondo-se ao conceito de Estado nacionalista e homogêneo da Turquia que data da formação da República, em 1923. Para Dirk Rohtus (2004:178-179), professor da Universidade de Antuérpia, a Turquia deveria aprender com a sua história pré-república a fim de se adaptar às

exigências da Europa com relação à autonomia e diversidade, passando por um processo de “Turkestroika”.¹³

Porém, a despeito dos esforços de Ancara para cumprir as exigências da Europa e da melhoria na suas relações com o Ocidente, a Turquia ainda enfrenta dilemas quanto à sua abordagem em relação aos curdos.

A hostilidade dos turcos em reconhecer as populações curdas como uma minoria autônoma/independente reflete também o receio de secessão (FERNANDES, 2005:85). O trauma gerado pelo Tratado de Sèvres¹⁴ (1920), como a culminação da “Questão do Oriente”¹⁵, permanece vivo e ganhou intensidade com a possibilidade de se tornar uma realidade após 1991 com o colapso da Iugoslávia que expôs desafios étnicos e culturais, e com a criação, após a primeira Guerra do Iraque também em 1991, de um protetorado nos territórios do norte do Iraque, de população essencialmente curda. Como assinala Feroz Ahmad:

Os criadores da política externa da Turquia continuam carregando o fardo do passado otomano. Até hoje eles permanecem apreensivos a respeito da criação de um Estado curdo na região, temendo que algo lembrando o malsucedido Tratado de Sèvres de Agosto de 1920 possa ser imposto à república se eles mostrarem algum sinal de fraqueza [...] O Tratado de Sèvres, imposto ao governo do Sultão, dividiu a Anatólia e deixou a população turco-muçulmana com um Estado remanescente no centro. Além de conceder direitos abrangentes aos gregos na Anatólia ocidental e colocar os estreitos de Bósforo e Dardanelos sob a administração da Liga das Nações, o tratado criou dois territórios para a Armênia e o Curdistão para serem estabelecidos sob o mandato da grande potência. Embora o Tratado nunca tenha sido implementado, os turcos continuam a viver com a fobia de que isso nunca morreu totalmente e possa reviver a qualquer momento; por isso sua atitude hostil com relação às questões armênia e curda hoje. (AHMAD, 2004:9, tradução nossa).

A intervenção militar realizada pela coalizão liderada pelos Estados Unidos contra o regime de Saddam Hussein despertou o temor dos turcos quanto ao estabelecimento de um

¹³ Neologismo utilizado pelo autor em referência à Perestroika.

¹⁴ O Tratado de Sèvres foi elaborado pelas potências ocidentais vencedoras da Primeira Guerra Mundial que decidiram dismantlar o Império Otomano em pequenos Estados e zonas de ocupação, acordando em estabelecer um Curdistão independente. “Embora o Tratado nunca tenha sido implementado, a memória do Tratado teve um forte efeito sobre a consciência e a psique nacional da Turquia” (Larrabee, Lesser, 2003: 59 tradução nossa).

¹⁵ Termo usado para descrever a rivalidade entre as grandes potências quanto à divisão do Império Otomano.

Estado curdo a partir do norte do Iraque. Os turcos divergem dos americanos quanto a uma incursão militar empreendida por Ancara no norte do Iraque para destruir alvos curdos e afastar a ameaça das suas fronteiras. Para o professor Ahmet O. Evin da Universidade Sabanci:

[o Iraque] representa uma preocupação especial quanto à segurança para a Turquia devido às atividades trans-fronteiriças do PKK. Isto permanece uma questão crucial entre Ancara e Washington, por um lado, e uma fonte de atrito entre a Turquia e a UE, por outro lado. Nem os oficiais turcos nem a opinião pública acreditam que os Estados Unidos estão fazendo o que podem para colocar um fim na atividade do PKK no norte do Iraque. Enquanto Ancara e Washington concordam acerca da necessidade de estabilizar o Iraque, as prioridades de segurança da Turquia de extinguir o terrorismo do PKK apontam para uma direção diferente do compromisso militar dos Estados Unidos. (EVIN, 2007, tradução nossa).

Além disso, os Estados Unidos possuem uma posição ambígua em relação à questão curda. Por um lado, criticam a Turquia pelas violações dos direitos humanos, enquanto por outro lado, criticam o PKK e apóiam a luta da Turquia contra o movimento que é considerado pelos americanos como grupo terrorista (KIRISCI, 2004:304-305).

Como já foi dito, a questão curda é um assunto internacionalizado e transnacional. Afeta as relações da Turquia com diversos Estados e regiões, como a Síria e o Irã, que na década de 90 foram acusados por Ancara de abrigar e fornecer apoio aos guerrilheiros curdos, gerando graves tensões e ameaça de guerra entre a Turquia e a Síria em outubro de 1998. A captura de Öcalan proporcionou uma melhoria nas relações da Turquia com os vizinhos Síria e Irã, embora os conflitos acerca da água continuem com a Síria e a mútua desconfiança permeie as relações com o Irã.

Um problema que perpassa essa questão é o papel dos militares na vida política da Turquia. Durante o século XX os militares empreenderam três golpes militares para preservar o rumo secularista determinado pela revolução kemalista. Um quarto golpe “silencioso” ocorreu em 1997 para depor o islamista *Refah* do poder e ameaças foram feitas em 2007 quando da possibilidade de eleição indireta de Abdullah Gül do partido AK, também com raízes islâmicas. Como afirmam Larrabee e Lesser (2003:63, tradução nossa), “os militares entendem que a sua missão não é apenas defender a integridade territorial do Estado turco

contra as ameaças externas, mas também protegê-la contra os desafios internos”. Dentre esses desafios internos estariam as reivindicações curdas.

Uma das exigências da União Européia é a redução da influência dos militares na vida política da Turquia, subordinando os militares ao controle civil. Isso seria importante para um Estado comprometido com um processo de aprofundamento de seus alicerces democráticos.

Assim, a ameaça curda coloca um dilema aos turcos quanto ao cumprimento das demandas européias em oposição ao endurecimento das restrições impostas aos curdos pelos militares, que justificam que a flexibilização traria um risco de fragmentação territorial.

As Divergências com a Grécia

Após a reunião de cúpula de Helsinque, algumas das condições apresentadas pela União Européia para iniciar as negociações de adesão com a Turquia são a resolução das controvérsias entre turcos e gregos e o fim da ocupação turca no norte do Chipre, solucionando a mais persistente ameaça do Mediterrâneo Oriental que, como agravante, envolve dois membros da OTAN.

As rivalidades e hostilidades entre turcos e gregos remontam ao processo de formação do Estado da Grécia mediante a luta contra o domínio otomano. Similarmente, a criação do Estado turco está associada à expulsão das tropas gregas da Anatólia por Atatürk durante a Guerra da Independência na década de 1920 e à troca de populações implementada entre 1923 e 1924. Assim, as tensões estão parcialmente associadas à identidade nacional dos dois Estados e a mútua imagem negativa dificulta a solução dos conflitos.

Os contenciosos fronteiriços e a segurança constituem os problemas mais evidentes e de difícil solução. A série de disputas entre os dois países no Mar Egeu são as divergências mais importantes entre os dois integrantes da OTAN. “Os limites do mar territorial, os direitos de soberania sobre a plataforma continental e o espaço aéreo, o controle militar e da zona de

tráfego aéreo civil e a militarização das ilhas gregas” (LARRABEE; LESSER, 2003:74, tradução nossa) são questões ainda não resolvidas (veja quadro a seguir).

A Geopolítica Greco-Turca segundo Lesser e Larrabee (2003:71-77)

Disputa	Posição da Turquia	Posição da Grécia	Observações
Questão do território marítimo	Para a Turquia, o avanço grego constitui <i>casus belli</i> porque dificultaria o acesso aos principais portos da Turquia, como Istambul e Izmir.	De acordo com a Lei de 1982 da Convenção dos Mares, a Grécia tem o direito de prolongar seu território marítimo para 12 milhas.	A ameaça turca de usar a força representa a maior fonte de insegurança para a Grécia. Além disso, a Turquia rejeita a proposta grega de um pacto bilateral para não utilização da força.
Militarização do Egeu Oriental e do Dodecaneso.	Argumenta que a militarização grega da região viola o Tratado de Paris de 1947.	Justifica a militarização como resposta defensiva ao estabelecimento de 100.000 militares turcos em Izmir após a invasão turca do norte do Chipre, que ameaçaria a soberania grega.	
Espaço aéreo	A Turquia deseja limitar a soberania grega a seis milhas.	A Grécia reivindica soberania por 10 milhas de sua costa.	Os turcos sobrevoam até seis milhas da costa grega. A Grécia responde interceptando os aviões turcos. Risco de confrontação como resultado de um incidente ou erro de cálculo.
Plataforma continental	A Turquia sugeriu um diálogo bilateral para solucionar o litígio.	Inicialmente tentou levar a questão para ser julgada na Corte Internacional de Justiça, mas aceitou em 2002 discutir diretamente com a Turquia <i>apenas</i> essa questão.

Fonte: http://images.nationmaster.com/images/motw/middle_east_and_asia/turkey_nw_2002.jpg.
Capturado em 10/04/2007.

Do ponto de vista de Atenas, os especialistas gregos Panayotis J. Tsakonas e Thanos P. Dokos afirmaram:

Os estrategistas políticos gregos têm percebido a política da Turquia vis-à-vis a Grécia como influenciada pelas ambições da Turquia por hegemonia regional e pelo ressentimento do antigo poder colonial/império sobre o comportamento 'difícil' e muitas vezes 'rebelde' de seu relativamente pequeno vizinho e antiga parte do Império Otomano. (TSAKONAS; DOKOS, 2004:102, tradução nossa)

Para eles, a Turquia é a principal preocupação da política de segurança da Grécia, e a superioridade turca em termos militares e populacionais e a proximidade geográfica entre os

dois países fizeram com que Atenas adotasse uma estratégia de contenção da Turquia por meio de manobras e iniciativas diplomáticas, utilizando a sua posição como membro da União Européia para forçar a Turquia a abandonar o comportamento agressivo e adotar políticas baseadas menos em instrumentos geopolíticos e mais na lei e nos acordos internacionais. (TSAKONAS; DOKOS, 2004:101).

Assim, a decisão grega de retirar o veto contra a candidatura turca em Helsinque, 1999, teria como objetivo o monitoramento constante da Turquia pelos europeus e o encorajamento para utilizar a lei e acordos internacionais em sua política externa (TSAKONAS; DOKOS, 2004:112). “Adicionalmente, o compromisso da Turquia no ‘projeto europeu’ supunha transformar o comportamento da Turquia vis-à-vis a Grécia de uma política baseada na ‘lógica da dissuasão coerciva’ para uma baseada nas normas e práticas européias” (TSAKONAS; DOKOS, 2004:113, tradução nossa). Assim, a ameaça da Turquia atacar a Grécia devido ao contencioso no Egeu dificultaria a relações com a Europa.

Como um dos pontos mais críticos da Europa, o Mar Egeu abriga as controvérsias mais perigosas entre os dois países. Contudo, essa série de questões relacionadas à delimitação de fronteiras não representa a totalidade das divergências entre turcos e gregos. Outro assunto importante é o Chipre.

O Chipre

O Chipre é uma pequena ilha localizada no Mediterrâneo Oriental, com 9.251 km² e dividida *de facto* pela “linha Átila” entre duas comunidades étnico-religiosas, os cipriotas gregos e os cipriotas turcos. O impasse gerado pela divisão da ilha é o caso mais excepcional da União Européia no momento e uma das questões mais importantes e de difícil solução nas relações Turquia - União Européia.

O Chipre é importante para a segurança territorial e econômica (transporte de energia) da Turquia. Os significados histórico e estratégico do Chipre para a Turquia foram assim analisados por Semin Suvarierol, doutoranda na Universidade de Leiden:

Como um antigo território otomano, o Chipre tem uma importância histórica para a Turquia. Há, portanto, um sentimento de solidariedade nacional em relação aos turcos cipriotas, semelhante ao percebido pelas outras populações turcas anteriormente sob o domínio otomano. A presença turca na ilha simboliza e garante a sustentação dos interesses turcos, que são predominantemente de valor estratégico. A apenas 40 milhas náuticas da costa da Anatólia, a extensão da península do Karpaz oferece ao Chipre a possibilidade de bloquear a saída do Golfo de Iskenderun e, dessa maneira, ameaça a capacidade de manobra naval da Turquia [...] além desta retórica, a importância estratégica do Chipre parece estar atualmente no fato de que é basicamente um “porta-aviões imóvel” (SUVARIEROL, 2003:56-57, tradução nossa).

A divisão do Chipre

Fonte: Cia, The World Factbook. Tradução nossa. Disponível em: <https://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/cy.html>

Com relação à gênese do conflito, Fernandes afirma:

Neste intrincado conflito, as suas raízes mais remotas podem-se datar da invasão e conquista otomana da ilha, em finais do século XVI (1578), e da posterior subjugação das populações gregas ortodoxas que a habitavam. Quanto à sua gênese mais próxima, data do final do século XIX (1878), quando, após o Congresso de Berlim que reuniu para tentar regular mais uma ‘crise do Oriente’, os britânicos ficaram com a administração da ilha (embora esta,

teoricamente, continuasse sob soberania otomana). Posteriormente, durante a Primeira Guerra Mundial os britânicos invadiram e ocuparam a ilha, sendo a sua integração no Império Britânico reconhecida pela Turquia, no Tratado de Lausana (1923).(FERNANDES, 2005:155)

Quanto ao conflito atual, novamente Larrabee e Lesser (2003:77, tradução nossa) contribuem afirmando: “O [Chipre] se tornou uma preocupação importante [para a Turquia] somente nos anos 1950 quando os cipriotas gregos, apoiados pelo governo grego, intensificaram suas demandas por *enosis* (união com a Grécia) e o governo britânico começou a considerar o abandono do controle sobre a ilha”.

O Chipre conquistou a independência do Reino Unido em 1960, logo após o acordo de Zurique (Veja anexo B) tendo como presidente o arcebispo da igreja ortodoxa grega, Michaïl Kristodoulos Mouskos (Makarios III) e como vice-presidente Fazil Küçük, o que representava um equilíbrio entre as comunidades grega e turca.

Entretanto, este equilíbrio foi rompido mediante as alterações constitucionais propostas por Makarios que rebaixariam o status da comunidade turca cipriota para minoria, perdendo a condição de igualdade com a comunidade grega. Em resposta, a Turquia ameaçou intervir para conter a violência anti-turca. Como já citado anteriormente, o presidente Johnson não consentiu com a utilização de armas providas pelos Estados Unidos pela Turquia e alertou que a OTAN não auxiliaria a Turquia caso a União Soviética decidisse intervir em favor do presidente Makarios. Como resultado, este episódio foi percebido pelo governo turco como um ato de “traição” e provocou uma crise entre os Estados Unidos e a Turquia, resultando na diversificação da política externa turca.

Em 1974 a situação se agravou. A eleição de Bülent Ecevit na Turquia e a deposição de Makarios por uma junta militar cipriota grega apoiada por Atenas indicando ao cargo um extremista pró-*enosis*, Nicos Samson, conduziram a uma invasão turca da ilha com o objetivo de garantir os direitos dos cipriotas turcos. A invasão de 1974 resultou na divisão da ilha e na delimitação dos contornos do conflito com a linha “Átila”, que separa os dois grupos étnico-religiosos. Desde 1983, a parte turco cipriota da ilha se declarou um Estado independente –a República Turca do Norte do Chipre (RTNC) - com Rauf Denktash como presidente.

Essa questão se tornou mais sensível para a Turquia com a entrada da Grécia na Comunidade Européia em 1981 e, recentemente, com a adesão da República de Chipre, marcando o envolvimento da União Européia na “questão do Oriente” (FERNANDES, 2005: 155) e acabando com a neutralidade européia em relação aos dois aliados. Na percepção de Ancara, a influência da Grécia na política européia vis-à-vis o Chipre tem obstruído os interesses da Turquia na região.

Além de ser militarmente importante para a preservação do espaço nacional turco, o Chipre é um fator político vital ao equilíbrio de poder entre a Grécia e a Turquia no Mediterrâneo Oriental. Esse equilíbrio de forças seria alterado com a incorporação da ilha pelos gregos (*enosis*), o que na visão turca estaria acontecendo com a entrada do Chipre grego na União Européia. Esta *enosis* indireta cercaria a Turquia por uma linha de ilhas gregas. Como reação, Ancara se aproximou ainda mais da RTNC, com apoio militar e econômico, fortalecendo a polarização da ilha do Chipre. Percebendo que a exclusão da Turquia na reunião de cúpula de Luxemburgo apenas conduziu ao endurecimento da política turca em relação ao Chipre, o Conselho Europeu decidiu, em Helsinque (1999), considerar a Turquia como um candidato oficial a integrar o bloco europeu.

Todavia, as decisões de Helsinque (1999) foram ambíguas para a Turquia. Por um lado, a resolução da questão do Chipre não é uma pré-condição para a entrada da Turquia na União Européia. Por outro lado, os europeus esperam que a Turquia busque ativamente uma solução para a questão, o que faz com que o Chipre seja um assunto *sine qua non* para a adesão turca (SUVARIEROL, 2003:55).

Por um lado, a estratégia turca de não cooperar com a resolução do conflito poderá colocar em risco as negociações da Turquia, e conseqüentemente da RTNC, com a União Européia. Assim, o *status quo* beneficia apenas o lado grego que não depende do entendimento e pode, ainda, influenciar as políticas da União Européia em detrimento dos interesses turcos.

Por outro lado, a reunificação da ilha não garantirá a aceitação da Turquia na UE, mas apenas uma melhoria nas relações com a Grécia e com a União Européia. “A retirada das tropas turcas do norte do Chipre é o preço mínimo que a Turquia deve pagar” (REDMOND apud SUVARIEROL, 2003:66, tradução nossa). Esse argumento é utilizado pelos céticos que não acreditam na aceitação da Turquia pela Europa e, assim sendo, a Turquia abriria mão de uma posição estratégica vital para garantir os interesses turcos como um distribuidor de energia. De acordo com Suvarierol (2003:67, tradução nossa): “os estrategistas continuam afirmando que o Chipre é de importância estratégica primordial, principalmente após o projeto de construção da rota Baku-Ceyhan que faz da segurança desta parte do Mediterrâneo ainda mais vital que antes”.

Para Suvarierol, o dilema da Turquia se resume em manter a sua política no Chipre, arriscando os seus aliados, ou renunciar aos seus direitos no Chipre em troca da entrada na União Européia. Neste sentido, nem o rompimento com os aliados e nem a aceitação pela Europa podem ser considerados eventos certos. Uma outra questão, pouco discutida por Suvarierol, é em que medida a divisão da ilha prejudica os interesses da União Européia e a segurança dos seus cidadãos que vivem no Sudeste Europeu. Se por um lado a Turquia não poderá garantir a sua adesão com a Europa somente com a reunificação da ilha, por outro lado, uma rejeição européia poderá trazer um endurecimento da política turca e aumentar consideravelmente a instabilidade no Mediterrâneo Oriental. Esta situação foi identificada pelos europeus, como mostra a mudança de posição da UE de Luxemburgo para Helsinque.

Sobre a adesão do Chipre grego, Lesser e Larrabee (2003:81) assinalam que a influência do Chipre grego na UE poderá ter reflexos nas relações da Turquia com a Grécia, ameaçando a atual *détente* bilateral, podendo levar a um novo período de tensão entre os dois países. De fato, como nos relata a professora Rebecca Bryant (2007, tradução nossa) em um artigo mais recente, apesar da “abertura da linha de cessar-fogo que divide o Chipre, a ilha está mais perto que nunca da ruptura. Quando a Linha Verde foi aberta em abril de 2003, houve um período inicial de euforia [...] Mas um ano depois, quando o plano da ONU para reunificar a ilha foi levado a referendo, surgiram novas divisões”. Haveria uma escalada das hostilidades:

O que tem se tornado visivelmente claro com tudo isso é que o uso político da associação com a União Européia tem apenas encorajado a elevação de um nacionalismo militante que não cede espaço para os compromissos como uma federação. Antes da abertura da Linha Verde, muitos ativistas e analistas ainda esperavam pelo desenvolvimento de um nacionalismo cívico, multicultural na ilha que transmitiria lealdade a um estado federal. Mas, em uma recente conferência sobre nacionalismo em Nicósia, uma grande quantidade de acadêmicos cipriotas discutiram abertamente sobre o fim dos nacionalismos grego e turco na ilha e o surgimento dos nacionalismos greco-cipriota e turco-cipriota que exprimem a identificação com a ilha enquanto rejeitam sua unidade política ou cultural. Certamente, as comunidades estão divididas por interesses que essas lealdades servem, e por caminhos pelos quais a configuração transnacional da UE deu novo ímpeto às nostalgias locais. (Bryant 2007, tradução nossa).

Para a Turquia, esse aumento de hostilidades e a incapacidade (até o momento) de se chegar a um acordo consistente distanciam ainda mais o *sonho europeu*. Porém, independentemente da situação favorável aos gregos, uma grave crise internacional poderá surgir se este impasse não for solucionado. Dessa maneira, o *status quo* não deveria ser ambicionado por nenhuma das partes envolvidas na disputa.

Novas Alianças Regionais

O adiamento dessas questões entre Grécia e Turquia conduziu os dois atores a novas alianças regionais. “Da mesma forma que a Turquia tem expandido suas relações nos Bálcãs, a Grécia tem procurado cultivar novos aliados estratégicos no Cáucaso e no Oriente Médio” (LESSER; LARRABEE, 2003:83, tradução nossa). As alianças com a Armênia e com a Síria aumentaram as suspeitas turcas quanto às intenções da Grécia.

Os apontamentos de Bülent Aras (2002:1, tradução nossa) também indicam uma série de alianças geopolíticas que antagonizam a Turquia e a Grécia: “de um lado estão Rússia e Irã junto com uma série de potências menores, incluindo a Grécia e a Armênia. Do outro lado estão Turquia, Azerbaijão, Geórgia, Ucrânia e, como os desenvolvimentos recentes indicam, Israel”.

A mútua desconfiança, de Atenas com relação a um ativismo turco nos Bálcãs, e de Ancara quanto às alianças gregas, demonstra a fragilidade da *détente* entre os dois países. É provável que o avanço do processo de democratização na Turquia aumente o papel da diplomacia em detrimento dos militares.

Conclusão

A questão da integração da Turquia na União Européia continua incerta. Do ponto de vista técnico, a Turquia ainda tem um longo caminho a percorrer até cumprir os critérios estabelecidos pela UE. As diferenças econômicas e demográficas representam bem este abismo que separa as duas partes. Contudo, não se deve considerar a questão como algo meramente técnico. São de ordem política e cultural os principais obstáculos.

Em primeiro lugar a questão identitária. Apesar dos contínuos esforços da Turquia para se adequar à Europa, as questões acerca da compatibilidade entre os valores europeus e as tradições culturais e religiosas islâmicas presentes na Turquia continuam no centro do debate. Enquanto para alguns, como a Grã-Bretanha, a adesão de um país cujo elemento cultural mais importante é o Islã significaria um exemplo para o resto do mundo muçulmano, para outros, impera a incerteza de ter um membro culturalmente tão distinto de tão grandes proporções, advogando que seria difícil incorporá-lo de acordo com as instituições e os valores europeus devido à matriz religiosa distinta.

Em segundo lugar está a segurança européia. Como Esra Çayhan indica, enquanto as dificuldades em se adequar aos critérios de Copenhague talvez forneçam um fator de repulsão da adesão da Turquia à UE, as vantagens quanto à segurança e o papel decisivo da Turquia na OTAN fornecem um fator de atração (ÇAYHAN, 2004:250). Contrastando com a sugestão de que o “estrangeiro próximo” turbulento representaria uma desvantagem para a Turquia.

Com relação à Grécia, os contenciosos fronteiriços são os mais graves problemas, gerando uma instabilidade geopolítica que dificulta o aprofundamento da *détente* entre os dois países e traz à tona uma questão crítica com relação à integração da Turquia na Europa.

Há muitos contenciosos fronteiriços entre turcos e gregos que poderiam representar a demarcação de uma linha divisória entre o Ocidente e o Oriente. À (quase) ausência de movimentos integracionistas entre os dois vizinhos baseada nas rivalidades e mútuas hostilidades somaram-se alianças que alimentam ainda mais o clima de desconfiança e dificultam a resolução das disputas. Essas alianças refletem uma espécie de “o inimigo do meu inimigo é meu amigo” e visam somente manter o equilíbrio de poder regional.

Por outro lado, a União Européia ultrapassa as relações de vizinhança, surgindo como o principal ator com condições de agir efetivamente para a solução das diferenças entre os dois vizinhos. Restam duas questões relacionadas a este papel decisivo da União Européia. Em que medida a influência grega e cipriota grega poderá minar os esforços europeus na resolução das disputas? Qual a capacidade da Turquia fazer concessões relacionadas à delimitação das fronteiras e à questão do Chipre colocando em risco seus interesses de segurança sem ter um compromisso claro da União Européia que, como vimos, envolve diversos outros fatores, e num contexto de frágil *détente* com a Grécia?

Também é questionável a capacidade e o interesse dos Estados Unidos em influenciar a Europa em favor da Turquia, como fez na questão da política de defesa européia, quando emergem divergências e competição entre os dois aliados.

Para Atila Eralp (2004, 63-82), o valor estratégico da Turquia cresceu para os Estados Unidos na era pós-Guerra Fria: a Turquia com um papel chave no Oriente Médio, nos Bálcãs e na Transcaucásia. Dessa maneira, os Estados Unidos tentaram aproximar a Turquia da Europa, mas o apoio americano não foi suficiente para superar os problemas entre a Turquia e a União Européia. A Europa precisa estar certa da importância da Turquia dentro deste novo cenário geopolítico e da compatibilidade política e econômica.

Por outro lado, Eralp argumenta que a União Européia e a Turquia possuem interesses mútuos que podem conduzir à superação dos problemas atuais. A interconexão das questões de segurança faz com que a estabilidade da Europa esteja relacionada à situação das regiões adjacentes. Neste contexto, o papel da Turquia se torna crucial na estabilização dessas regiões devido ao seu comprometimento com o Ocidente, sua posição geográfica e seu papel na condução das redes, de transporte, comércio, energia, enfim. Assim, a marginalização da Turquia não seria vantajosa para a Europa na medida que a Europa ficar mais sensível a suas cercanias. O autor observa que há uma tendência entre alguns estrategistas políticos europeus de que a Turquia seria um “consumidor” e não um “produtor” de segurança devido aos problemas de segurança internos e próximos à Turquia. Mas Eralp afirma que é extremamente difícil definir fronteiras entre a Europa e a Eurásia num contexto de trans-regionalização dos assuntos de segurança e que, dessa forma, a exclusão da Turquia aumentaria os riscos para a Europa.

A relutância da Europa em aceitar a Turquia (anexo A) e a conjuntura internacional do início da década de 90 empurraram as ações de Ancara para outras direções, principalmente para as antigas possessões não-européias da ex-União Soviética: o Cáucaso e a Ásia Central.

CAPÍTULO 9

AS RELAÇÕES COM AS EX-REPÚBLICAS SOVIÉTICAS

Desde o início dos anos 90, com a dissolução da União Soviética, emergiu uma grande transformação no mundo, afetando a Turquia e suas perspectivas. Grande parte da mudança do ambiente em que a Turquia deve operar está relacionada ao surgimento de novos Estados na antiga periferia soviética – Ásia Central e Cáucaso –, que estão em busca de coesão e de um papel definido no cenário internacional.

Em termos geopolíticos, muitos teóricos abordam a Ásia Central juntamente com o Cáucaso – dadas as semelhanças históricas e o compartilhamento de problemas atuais – totalizando uma área que vai do Mar Negro ao Oeste chinês. Composta por alguns Estados continentais e sem saída para os mares abertos, a vasta região geopolítica do Cáucaso e da Ásia Central compreende Cazaquistão, Uzbequistão, Azerbaijão, Armênia, Geórgia, Tadjiquistão, Quirguistão e Turcomenistão.

Porém, não se trata de uma região homogênea do ponto de vista religioso além de ser extremamente heterogênea em termos étnicos. Rubin esclarece que

[esta grande região geopolítica] não pode ser chamada de região muçulmana já que exclui a Armênia e a Geórgia, e nem de região túrcica porque exclui os dois Estados mencionados acrescidos do Tadjiquistão [...] de fato, apesar dos aspectos identitários de muçulmanos ou turcos, estes Estados estão tentando construir Estados-nações baseados em um caráter étnico que em muitos casos retrocedem muitos séculos. (RUBIN, 2002:vii, tradução nossa).

Essa vasta região desmembrada da ex-URSS é importante para todas as potências regionais e mundiais. Os motivos políticos e de segurança combinados com os grandes recursos naturais promovem a competição entre atores regionais e globais pela presença e influência nessa área. Embora as razões possam mudar com o tempo, a região ainda é de vital importância para a política mundial e tem importância especial para a Turquia (TURAN, G.; TURAN, I.; BAL, 2004: 297). A repentina configuração dessa massa terrestre, na qual situa-

se o “mundo turco” representou uma mudança significativa na política externa turca, criando novas oportunidades e desafios.

O “mundo turco” é uma vasta zona com grande concentração de populações túrcicas e muçulmanas que percorre uma área do Adriático no sudeste europeu (se considerarmos os Bálcãs também), passando pelo Cáucaso, ao oeste chinês na região denominada Ásia Central. Geograficamente, a Turquia está localizada no centro deste mundo. Historicamente, possui um retrospecto de envolvimento com essas regiões geograficamente distantes. Culturalmente, possui consistentes laços religiosos e lingüísticos, apoiados no parentesco étnico. Essa causalidade geográfica e as afinidades históricas e culturais levam a Turquia a uma aproximação e um envolvimento neste “arco da crise”, como é comumente apelidada a região devido à amplitude de conflitos e disputas. Dentre essas regiões, a Ásia Central e o Cáucaso estão em posição de destaque no que tange à Turquia, como centro geográfico e civilizacional dessas regiões envolvidas em disputas. (NATION, 1996). Essa representação só adquire pleno significado quando consideramos os componentes étnicos e lingüísticos. Assim, o “mundo turco” seria uma zona localizada à leste da Turquia, numa região que nunca foi controlada pelos otomanos, diferentemente dos Bálcãs. Veja mapa a seguir.

Durante o embate entre o Império Britânico e o Império Russo – ‘O Grande Jogo’ – no século XIX, uma grande parte desta região foi uma zona amortizadora e de colisão entre o poder terrestre e o poder marítimo. Com o colapso soviético - que gerou um vácuo de poder – houve a proliferação de conflitos, como a disputa entre a Armênia e o Azerbaijão sobre a jurisdição política de Nagorno-Karabakh e a guerra entre a Rússia e os chechenos. A amplitude desses conflitos internos confere um alto grau de instabilidade à região.

A incapacidade dos regimes centro-asiáticos em guinarem decisivamente rumo à soberania e, dado o vácuo geopolítico deixado pelo declínio da União Soviética, sugere, segundo alguns analistas, o surgimento de uma variável moderna do ‘Grande Jogo’, uma rivalidade por influência entre potências regionais. (BORIS RUMER:89 apud NATION, 1996:104, tradução nossa).

Ahmed Rashid sintetizou a complexa geopolítica regional, denominada de “Grande Jogo” moderno:

O Grande Jogo de hoje é também entre impérios em expansão e em contracção. Enquanto uma Rússia enfraquecida e falida tenta manter o controle daquilo que ainda vê como as suas fronteiras da Ásia Central e o fluxo do petróleo Cáspio através de oleodutos que atravessem a Rússia, os EUA estão a forçar a entrada na região às costas de oleodutos propostos que não passariam pela Rússia. O Irão, a Turquia e o Paquistão estão a construir suas próprias ligações de comunicações com a região e querem ser a rota de opção preferida para as futuras condutas que vão para leste, para oeste e para sul. A China quer garantir estabilidade para a sua inquieta região de Xinjiangue, povoada pelos mesmos grupos étnicos muçulmanos que habitam a Ásia Central, garantir a necessária energia para alimentar o seu rápido crescimento econômico e ampliar a sua influência política numa região fronteiriça crítica. Os Estados da Ásia Central têm suas próprias rivalidades, preferências e imperativos estratégicos. Dominar isto é a razão da mais feroz competição entre companhias petrolíferas americanas, européias e asiáticas. (RASHID, 2001:182).

A zona etnolingüística turca

Fonte: Zbigniew Brzezinski, *The Grand Chessboard*, p.137.

No passado, o isolacionismo e a orientação pró-ocidental de Atatürk evitaram o envolvimento da Turquia com as populações turcas e muçulmanas além das fronteiras nacionais. Além disso, os contatos foram esparsos devido ao regime soviético, que buscou isolar da Turquia (enquanto integrante da aliança ocidental) os muçulmanos subjugados ao seu Estado imperial.

Todavia, esse ressurgimento regional despertou grande interesse na Turquia. Argumentam Lesser e Larrabee que

[...] os políticos turcos, principalmente Turgut Özal, viam a Ásia Central como um novo campo para expandir a influência turca e aumentar a importância estratégica da Turquia para o Ocidente. Ao mesmo tempo, a abertura da Ásia Central e do Cáucaso foi vista como um caminho para compensar as dificuldades da Turquia com a Europa. (LESSER; LARRABEE, 2003:99, tradução nossa).

A situação se tornou mais complexa para a política externa turca com a dilatação do escopo de suas relações. Por outro lado, o envolvimento da Turquia pode estar relacionado à sua própria sobrevivência, na medida que a sua segurança econômica e territorial poderá ser afetada de modo abrupto pela alteração do cenário exterior imediato.

Ademais, poucos Estados estão em condições e demonstraram tanto interesse em influenciar a região como a Turquia. A Turquia possui laços étnicos e culturais com a maioria destes novos Estados, além de servir como modelo de desenvolvimento secular e liberal. Para Barry Rubin:

A Turquia tem a seu lado o apelo étnico para muitos desses Estados e fornece um modelo de desenvolvimento. A Rússia, o antigo imperador, tem influenciado enormemente esses locais e pode recorrer – como salvador ou ameaçador – como um fator para a sobrevivência ou ascensão de alguns regimes. O Irã continuará a explorar o fator islâmico, sendo capaz de patrocinar movimentos sociais e políticos [...] Como resultado, a Turquia busca desenvolver uma esfera de influência no exterior pela primeira vez em sua história republicana. (RUBIN, 2002: viii, tradução nossa).

Isso significa que a região estaria dividida em duas esferas de influência limitadas – Turquia e Irã - acrescidas das duas grandes potências com interesses na região – EUA e Rússia – e, menos explicitamente, a China.

O intelectual turco, Oktay Tanrisever, por sua vez, destaca as ambições da Turquia e da Rússia:

Ancara e Moscou procuraram projetar sua hegemonia regional na Eurásia desde o fim da Guerra Fria e, diferente de outras potências regionais, como China e Irã, tanto a Turquia quanto a Rússia têm uma história de controle político em algumas partes da região Eurásiana [...] desenvolvendo diferentes versões de Eurasianismo [...] Os eurasianistas russos que descrevem a Eurásia como o ‘estrangeiro próximo’ reivindicam que nenhum outro Estado, exceto a Rússia, pode dominar politicamente a Eurásia. Os eurasianistas turcos, por sua vez, não enxergam os antigos territórios do Império Otomano e os outros Estados turcos como exclusivas áreas de influência da Turquia. Apesar desta diferença, o discurso turco de ‘direitos históricos’ sobre algumas partes da Eurásia colide com o discurso russo do ‘estrangeiro próximo’ (TANRISEVER, 2004:128-129, tradução nossa).

Entretanto, não havia consenso quanto à abordagem que a Turquia deveria adotar para formular sua política externa para a Eurásia. Como aponta Oktay Tanrisever (2004:130-131), haveria quatro versões principais de eurasianismo na Turquia.

A primeira versão pertence à elite governante. Adepta da política externa não-imperial, a elite turca é pragmática e privilegia as relações com o Ocidente, argumentando que a Turquia é muito fraca economicamente e politicamente para se tornar um poder único dominante na Eurásia. Portanto, tende a formular a política externa da Turquia em coordenação com o Ocidente, especialmente com os Estados Unidos. Alguns setores, todavia, acreditavam que a expansão da influência da Turquia na Eurásia por afinidade cultural, étnica, religiosa e lingüística poderia atrair o apoio do Ocidente para o objetivo turco de integrar a União Européia (TANRISEVER, 2004:130).

Outra versão mais ambiciosa de eurasianismo foi desenvolvida pelos políticos e intelectuais da direita e pan-turquistas que advogavam o pertencimento da região aos povos túrcicos (TANRISEVER, 2004:130).

O discurso da esquerda era de um eurasianismo como alternativa (mais independente) à orientação ocidental da política externa turca, objetivando promover a cooperação com a Rússia para enfraquecer o “imperialismo ocidental”. (TANRISEVER, 2004:130-131).

Por último, os fundamentalistas islâmicos argumentavam que a Turquia deveria “promover sua própria versão do Islã dentre os recém-independentes povos pós-soviéticos, que foram submetidos à propaganda ateísta da União Soviética” (TANRISEVER, 2004:131, tradução nossa).

A seguir, vamos percorrer o desenvolvimento das relações da Turquia com a Eurásia e alguns temas que suscitam uma reflexão acerca deste papel crucial da Turquia na configuração de uma suposta região turcófona integrada e liderada por Ancara. Esses temas serão organizados em dois ângulos diferentes: questões econômicas – o acesso a grandes reservas de gás e petróleo e as lucrativas receitas provenientes do transporte desta energia; questões políticas – o ganho diplomático e a redefinição da sua importância estratégica. O ponto de partida, porém, será a noção de um mundo turco representada pela ideologia geopolítica pan-turquista.

A Ideologia Pan-Turquista

A euforia inicial causada pelo fim da União Soviética e a possibilidade de expandir sua influência deram um impulso à idéia do pan-turquismo no começo da década de 90, fundamentada nas óbvias relações lingüísticas, culturais, étnicas e religiosas com os povos do Cáucaso e da Ásia Central, a fim de consolidar o disperso “mundo turco” que projetara.

O pan-turquismo é um movimento que busca unir os povos de alegada ascendência turca que vivem dentro ou fora do Estado turco. É um movimento irredentista que em sua gênese, no século XIX, está a reação à expansão da ideologia pan-eslava que ameaçava os povos túrcicos subjugados à Rússia Czarista. As sementes da ideologia pan-turquista foram plantadas por grupos de origem turca da diáspora que viviam na Rússia czarista, como reação

à evidente cristianização e russificação que lhes eram impostas. O conceito de uma origem comum para todos os grupos turcos foi uma resposta ao pan-eslavismo e suas pressões (como a russificação). Inicialmente, o pan-eslavismo era destinado a combater os alemães, posteriormente passou a rivalizar com o Império Otomano.

O cientista político Jacob Landau publicou um livro acerca do fenômeno. Organizado de modo cronológico, o estudo de Landau reafirma a origem do pan-turquismo e seu desenvolvimento durante o século XX como um movimento reacionário, de tipo irredentista, com penetração instável e restrito a uma pequena elite (na Turquia).

Com relação à sua tipologia, Landau compara o pan-turquismo com outras pan-ideologias, avaliando o seu papel contextualizado. Duas colocações realizadas pelo autor são importantes antes de destacarmos os pontos desta análise comparativa.

Em primeiro lugar, a definição de irredentismo emprestada do autor:

Irredentismo, um antigo fenômeno no oriente próximo, é definido como uma expressão ideológica ou organizacional de interesse entusiasmado no bem-estar de uma minoria étnica que vive fora das fronteiras do estado habitado pelo mesmo grupo. O irredentismo moderado expressa o desejo em defender o grupo aparentado de discriminação ou assimilação, enquanto uma manifestação mais extrema busca anexar os territórios habitados pelo grupo (LANDAU, 1995:1, tradução nossa).

Em segundo lugar, é relevante para a compreensão do pensamento do autor os objetivos das pan-ideologias:

Pan-ideologias e movimentos geralmente objetivam (mais que simples movimentos nacionalistas) promover a solidariedade ou a união física de grupos em diferentes Estados, ligados uns aos outros por uma “linguagem, raça ou tradição comum ou aparentada ou por outros supostos laços, como a proximidade geográfica”. Por outro lado, grandes distâncias nunca amorteceram o ardor das pan-ideologias. (LANDAU, 1995:180, tradução nossa).

A partir destas duas colocações, o autor classifica o pan-turquismo como uma pan-ideologia que possui um caráter essencialmente militante nacionalista que busca(va) a união política. Classificando-o como uma pan-ideologia do tipo irredentista, similar ao pan-

eslavismo, o autor destaca que o pan-turquismo não é um movimento que busca a união entre Estados independentes com interesses ou tradições comuns, mas

[...] é caracterizado pelo desejo de um Estado, cujas fronteiras políticas não incluem todos os membros do mesmo grupo cultural ou étnico (concebido de modo geral), de resgatar as minorias (e os territórios) tendo um laço comum com a 'pátria-mãe'. Esta categoria de movimento pode iniciar e desenvolver dentro de um Estado ou fora (às vezes até mesmo sem o assentimento do Estado).(LANDAU, 1995:181-182, tradução nossa).

Principais Características do Pan-Turquismo

Algumas características do pan-turquismo foram notadas por Landau. Em sua análise, o autor discorre sobre as similaridades com outros movimentos e as particularidades do pan-turquismo.

À semelhança de outras pan-ideologias, o pan-turquismo foi um contra-movimento ao pan-eslavismo, que começou com o nacionalismo da diáspora que estava sob jugo czarista. Quanto ao tempo, passou por um período de gestação que precedeu a organização política em movimento. Foi adotado por intelectuais que percebiam as dificuldades do império com as suas minorias étnicas e o isolamento externo dos otomanos. O pan-turquismo permaneceu um movimento pequeno e elitista.

Outra característica é a busca pela restauração da cultura antiga como prova de uma herança comum, determinada de acordo com a língua, história e literatura, como os três pivôs interconectados do discurso intelectual.

Em consonância com outras pan-ideologias, a doutrina pan-turquista percebia a língua, a raça, a cultura e o território como indissociáveis e não argumentava com os fatores econômicos. Isto porque os pan-turquistas estavam atentos aos problemas econômicos da Turquia e subordinavam os fatores econômicos à cultura, etnia e política.

Em relação à religião, o pan-turquismo assumiu uma postura secular, “preferindo - por razões táticas e doutrinárias - manter a religião fora de suas formulações ideológicas” (LANDAU, 1995:185, tradução nossa).

Divergências com o Kemalismo

Outro aspecto de destaque na análise de Landau é o componente irredentista da doutrina pan-turca, o que, segundo o autor, o diferencia definitivamente do nacionalismo turco kemalista. “Conflitos entre as visões do pan-nacionalismo – principalmente da categoria irredentista - e aquele local, de tipo patriótico são quase inevitáveis”.(LANDAU, 1995:186, tradução nossa). Neste caso, o kemalismo renunciou ao interesse nos turcos do exterior (questão preferencial dos pan-turquistas) ao assumir pragmaticamente uma postura patriótica restrita ao espaço nacional da república da Turquia. Acrescenta Landau:

O kemalismo era de caráter policêntrico, enquanto o pan-turquismo era uma ideologia e um movimento essencialmente etnocêntricos. Sob a condução firme de Mustafá Kemal, a nova Turquia, embora possuindo sua própria marca de nacionalismo, procurou se juntar a outras nações em condição de igualdade no centro da civilização mundial. Os pan-turquistas, por outro lado, enfatizaram freqüentemente os atributos especiais de todos os turcos, o passado e o presente, com um objetivo de uni-los, demonstrando muito menos interesse pela modernização ou pela civilização mundial e o lugar da Turquia nesses elementos. (LANDAU, 1995:186-187, tradução nossa).

O pan-turquismo perdeu o fôlego com a deliberada determinação da área de atuação da Turquia dentro de suas fronteiras estabelecidas após a guerra da independência que, ao consumir excessivos recursos humanos e materiais, incapacitou a recém criada república de projetar seu poder para além de seu espaço nacional. O nacionalismo kemalista tinha outra orientação. Como declarou o próprio Mustafá Kemal Atatürk: “Nem a união islâmica nem o turanismo¹⁶ podem constituir uma doutrina, ou uma política lógica para nós. De agora em diante, a política governamental da nova Turquia consiste em viver independentemente,

¹⁶ De acordo com Jacob Landau, o pan-turquismo é distinto do turanismo, cujo objetivo principal é a reaproximação e a união dos povos originários de uma área indefinida chamada Turan, nas estepes da Ásia Central. Portanto, o Turanismo é um conceito mais amplo que o pan-turquismo, incluindo os povos fino-úgricos, como os estonianos e os húngaros.

contando com a soberania da Turquia dentro de suas fronteiras nacionais”. (LANDAU, 1995:74, tradução nossa).

Do ponto de vista material, a visão de Kemal foi pragmática ao não tentar lançar os tentáculos para fora do espaço nacional, utilizando os escassos meios que dispunha para a reconstrução nacional. Além disso, uma política que colidisse com os interesses da Rússia, como o apoio aos turcos que estavam sob jugo russo – foco do pan-turquismo -, arruinaria ainda mais o Estado turco. Portanto, a normalização das relações com a Rússia era essencial para a recuperação.

Ideologicamente, a opção foi pela incorporação da Turquia às “nações civilizadas”, o que para os kemalistas significava a integração com a Europa. Neste caso, os esforços deveriam ser concentrados na modernização e aproximação com o ideal ocidental em vez de diluídos em duas frentes. Esses fatores foram determinantes na exclusão de ideais pan-turquistas da doutrina kemalista.

O Pan-Turquismo no Tempo

Por fim, Landau percorre a história do pan-turquismo, expressando-a sinteticamente no seguinte excerto:

O pan-turquismo aproveitou uma era de florescimento e de grandes esperanças do seu surgimento ao final da Primeira Guerra Mundial, encorajado pela liderança estatal durante o governo dos “Jovens Turcos”. A isto se seguiu um período latente na república liderada pelos kemalistas até a Segunda Guerra Mundial, quando novamente sopraram as esperanças pan-turquistas por todas as partes. Esse ressurgimento alcançou o seu ápice durante as manifestações de 1944 e os julgamentos subseqüentes, continuando, então, mais moderadamente em seminários e outros esforços ideológicos e organizacionais. Desde 1965, o pan-turquismo voltou ao centro da política, tendo sido adotado como um componente ideológico do Partido Republicano da Nação e do Campo, posteriormente renomeado Partido da Ação Nacionalista. (LANDAU, 1995:189, tradução nossa).

Reproduzimos este trecho porque fornece uma breve idéia a respeito do curso do pan-turquismo. Vamos adotar o esquema organizacional de Landau para passar em revista as transformações do pan-turquismo no tempo.

O autor divide o desenvolvimento do pan-turquismo na Turquia em cinco fases. Na primeira, chamada de gênese e florescimento, pode-se destacar o sociólogo Ziya Gökalp, considerado pelos pan-turquistas como o ideólogo mais importante. Gökalp definia uma nação de acordo com os aspectos culturais em vez de geográficos, políticos, raciais ou meramente pela vontade. Nesta etapa inicial, o pan-turquismo foi adotado como ideologia de estado durante a Primeira Guerra Mundial, substituindo o pan-otomanismo e o pan-islamismo que foram experienciados na fase terminal do Império Otomano com o objetivo de resguardar parte do território conquistado.

A segunda fase, como já vimos, foi marcada pela exclusão dos ideais pan-turquistas da ideologia oficial imposta pelos kemalistas. Com um nacionalismo confinado nas fronteiras nacionais, Kemal não levava em consideração a origem dos cidadãos da nova república, entendendo que ser ‘turco’ era uma questão de cidadania em vez de raça. Seu nacionalismo não era baseado em etnicidade e era indiferente quanto a diferenças religiosas (TURAN,G.; TURAN, I.; BAL, 2004:292).

Na terceira fase, Landau descreve o ressurgimento do pan-turquismo no período da Segunda Guerra Mundial, quando houve uma colaboração entre os nazistas alemães e os pan-turquistas da Turquia contra a União Soviética. Durante este período, os pan-turquistas assumiram uma postura mais prática, transcendendo a atividade jornalística que continuou ativa (veja ilustração).

Na década de 60, a quarta fase foi caracterizada pela introdução do pan-turquismo no centro da política turca pelo Partido da Ação Nacionalista, focando quase exclusivamente na propaganda para as populações da diáspora. Com o fechamento dos partidos políticos pelo golpe militar de 1980, o pan-turquismo assumiu uma nova forma, adaptando-se às novas circunstâncias que apareceram nas décadas de 80 e 90 do século XX. “Embora a ideologia pan-turca tenha evoluído e se tornado cada vez mais envolvida com política, ela tem permanecido um tipo de pan-nacionalismo cultural, racial (não necessariamente racista),

político e territorial marcado por um forte irredentismo” (LANDAU, 1995:188, tradução nossa).

Capa do *Bozkurt*, um jornal pan-turco publicado entre 1939 e 1942, mostrando a extensão reivindicada da terra natal étnica túrquica. O significado do slogan na parte superior é “a raça turca acima de todas as outras”, e o *bozkurt*, i.e. o lobo da estepe, é representado abaixo do título. (fonte: Jacob Landau, *Pan-Turkism: from irredentism to cooperation*, 1995, p.3)

Contudo, na virada do século, o fim da União Soviética e o conseqüente surgimento de novos Estados, particularmente na Ásia Central e no Cáucaso deram um novo impulso ao pan-turquismo. Sem a União Soviética, a Turquia ficou ávida para explorar novas oportunidades. Esta é a quinta fase descrita por Jacob Landau. Como nos relata o professor Fernandes (2005:162): “O renascer do entusiasmo pelo pan-turquismo está estreitamente associado à evolução histórica ocorrida entre 1920 e 1990, a qual, aparentemente, trouxe consigo a ‘vingança da história’, tão desejada pelos seus partidários do início do século, profundamente

traumatizados pelo colapso otomano/turco”. Com uma breve citação de Jean-Paul Roux sobre o quase desaparecimento do mundo turco em 1920, Fernandes continua:

Hoje, são aproximadamente cerca de 150 milhões, prevendo-se que no fim do primeiro quartel do século XXI possam ser cerca de 200 milhões. As populações turcas são soberanas em seis repúblicas – Turquia, Azerbaijão, Turquemenistão, Uzbequistão, Cazaquistão e Quirguízia –, num território de área idêntica a toda a Europa, do Atlântico à antiga fronteira ocidental da ex-URSS. (apud FERNANDES, 2005:162).

Na época, alguns analistas acreditaram que a idéia do pan-turquismo havia se tornado uma realidade atingível e passou a integrar a política externa turca a partir de 1991, já que as repúblicas centro-asiáticas viam a Turquia como modelo de desenvolvimento econômico, enquanto a Turquia desejava expandir a sua influência na região e tornar-se um ator importante no palco mundial (Rashid, 2001:188). Entretanto, a versão eurasianista que prevaleceu foi a da elite, pois a Turquia nunca buscou uma esfera exclusiva de influência.

Se o novo panorama geopolítico trouxe de volta a possibilidade da união dos povos turcos, a relativa fraqueza econômica e militar da Turquia (além de outras prioridades, como a adesão à União Européia) simultaneamente aos interesses nacionais específicos das repúblicas turcófonas da Ásia restringiram este ideal ao plano cultural. Assim, o pan-turquismo transformou-se, de um movimento agressivo para um movimento moderado de aproximação com as populações turcas do exterior, de caráter cooperativo, com ênfase no plano cultural. Como salienta Fernandes,

[...] se houve alguma ‘vingança da história’, esta foi, sem dúvida, na dimensão cultural/identitária, a qual parece ter-se afirmado no espaço que vai do Cáucaso ao Altai, com a progressiva difusão dos intercâmbios culturais e de bolsas de estudo na Turquia, da tendência para a uniformização dos alfabetos através da adoção dos caracteres latinos, da difusão de canais de televisão por satélite em língua turca, etc. (2005:164-165).

Desta vez, a ideologia geográfica pan-turquista não se apresenta com um ideal criador de uma unidade supranacional com um centro na Anatólia, de caráter irredentista, embora fora do debate político central haja entusiastas do pan-turquismo que advogam pela união dos

povos túrcicos, com um *slogan* que resume os objetivos do grupo: “do Adriático à China”. Como reforça Landau:

O pan-turquismo político permanece sendo o objetivo de alguns círculos ultranacionalistas na Turquia, que são periféricos [...] a Turquia oficial, que aspira passar da relativa marginalidade para a centralidade, deseja tornar-se no máximo uma potência regional, graças às suas relações especiais com os novos povos túrcicos [...] isso não pode ser atingido via irredentismo político ou política irredentista – mas via cooperação econômica e cultural. (LANDAU, 1995:222, tradução nossa).

Além da carência de força da Turquia para lidar com frentes distintas que demandam grande concentração de esforços, principalmente na consecução de um “mundo turco” representado politicamente, outro fator decisivo no afastamento dos ideais pan-turquistas para impor uma nova realidade política à região foi o cuidado em não antagonizar os Estados em que estão inseridas consideráveis concentrações de populações turcas. Neste caso, constam nos cálculos da Turquia apenas os Estados independentes, o que significou uma reavaliação estratégica turca. Diante dessas novas circunstâncias, a Turquia esboçou uma nova linha de ação para a influenciar a região.

Em sua avaliação, Brzezinski traçou um panorama da competição por influência na Ásia Central e no Cáucaso entre três Estados: Rússia, Irã e Turquia. Para o autor, os três atores são motivados “não apenas pela possibilidade de vantagens econômicas e geopolíticas no futuro, mas também por fortes impulsos históricos” (1997:136, tradução nossa). Os interesses dos competidores foram representados por Brzezinski no mapa a seguir. As propulsões geopolíticas foram assinaladas com setas que indicam a direção dos interesses.

Sobre a participação turca, Brzezinski foi claro:

Embora as aspirações turcas por influência regional retêm vestígios de um passado imperial (...) tendem a ser enraizadas no aspecto identitário etnolingüístico com os povos túrcicos da área. *Devido às limitações políticas e militares da Turquia, uma esfera de exclusiva influência política é simplesmente inatingível.* A Turquia se vê como um líder potencial de uma livre comunidade de falantes de turco, aproveitando de sua relativa modernidade, sua afinidade lingüística, e seus meios econômicos para se estabelecer como a força mais influente no processo de *nation-building* a caminho na região. (1997:136-137, tradução e grifo nossos).

Os interesses competitivos da Rússia, Turquia e Irã

Fonte: Zbigniew Brzezinski, *The Grand Chessboard*, p.138.

A Competição entre Rússia e Turquia por Esferas de Influência

A Rússia é um fator muito importante para a política externa turca. Historicamente, as relações têm sido tensas, baseadas na rivalidade por controle territorial que, no passado mais distante, causaram grandes prejuízos ao Império Otomano, e levaram a Turquia a aderir a OTAN para proteger a região dos estreitos contra o expansionismo soviético.

Com o colapso do sistema bipolar e o desmembramento da União Soviética, a importância estratégico-militar da Turquia declinou para o Ocidente com o enfraquecimento da ameaça de Moscou. Ao mesmo tempo, surgiram novas oportunidades para a Turquia exercer sua influência política e econômica nos Estados independentes da ex-União Soviética, tendo um profundo impacto nas relações turco-russas. Sobre este momento, Lesser e Larrabee afirmaram: “Por um lado, eles [o colapso soviético e o surgimento de um novo espaço pós-soviético] incitaram novas rivalidades políticas na medida que a Turquia buscou expandir sua influência na Ásia Central e no Cáucaso – áreas onde Moscou tem fortes interesses históricos. Por outro lado, criaram novas e importantes interdependências e possibilidades de cooperação” (LESSER; LARRABEE, 2003:112, tradução nossa).

Logo no início da década de 90, os dois vizinhos começaram a explorar as possibilidades de cooperação, buscando melhorar suas relações econômicas, celebradas por um tratado de amizade e cooperação em 1992. Apenas para demonstrar a dimensão atingida, a Rússia é o segundo maior parceiro comercial da Turquia e o principal fornecedor de gás natural, participando de aproximadamente 60 por cento do gás importado pela Turquia. (LESSER; LARRABEE, 2003:112-113). Porém, o estreitamento das relações econômicas não foi acompanhado de imediato por uma aproximação política.

Enquanto os dois países buscavam a hegemonia na região, as relações políticas eram baseadas em jogos de “soma-zero”. Como resumiu Tanrisever:

Ancara e Moscou iniciaram uma competição por influência na Eurásia, uma vez que os ‘linha-dura’ em Moscou começaram a ver a Turquia como um dos principais beneficiários do colapso soviético. Moscou insistiu na sua política do Estrangeiro Próximo, que presumia que as antigas repúblicas soviéticas pertenciam à esfera de influência russa. (TANRISEVER, 2004:135, tradução nossa).

Os russos temiam que a crescente influência da Turquia na Ásia Central e no Cáucaso encurralasse a Rússia. Contudo, os resultados obtidos pela Turquia na Ásia Central foram muito limitados, não reduzindo substancialmente a influência russa na região. No Cáucaso, os interesses dos dois países colidiram em diversas ocasiões. Como na disputa pela região de Nagorno-Karabakh, em que a Rússia patrocinou a vitória da Armênia sobre o

aliado da Turquia, Azerbaijão, e ainda ameaçou a Turquia de retaliação nuclear caso Ancara interviesse (TRENIN apud TANRISEVER, 2004: 136).

No Cáucaso, onde a competição foi realmente formulada em termos de jogo de “soma-zero”, a Turquia conseguiu expandir sua influência, diferentemente da Ásia Central, assegurando a independência dos estados caucasianos e garantindo benefícios econômicos para Ancara, principalmente em termos energéticos, como veremos mais adiante.

As acusações da Rússia de que os chechenos estariam obtendo auxílio da Turquia durante a crise da Chechênia e as suspeitas de Ancara de que os russos estariam apoiando o movimento separatista curdo PKK são outros exemplos que ilustram a rivalidade entre os dois países na região durante quase a totalidade da década de 90. Esta situação começou a mudar em 1997.

A Reaproximação com a Rússia e os Efeitos de 11 de Setembro

As relações entre Rússia e Turquia, como demonstradas anteriormente, pareciam seguir o padrão histórico de rivalidade. “Em 1992-97, as relações foram caracterizadas pela rivalidade geopolítica entre as duas potências regionais” (TANRISEVER, 2004:154). Contudo, alguns fatores conduziram à convergência das políticas externas da Turquia e da Rússia em 1997.

Até 1997 os dois Estados estavam envolvidos num embate pela hegemonia na Eurásia, principalmente no Cáucaso e na Ásia Central. Porém, o reconhecimento de ambos os lados das suas fraquezas econômicas e políticas levaram a uma aproximação. Do lado russo, a necessidade de preservar sua integridade territorial e manter boas relações com o Ocidente, simultaneamente ao reconhecimento dos limites de sua influência na região, fizeram com que Moscou reavaliasse suas relações com os atores regionais, como a Turquia. A Rússia continua sendo o principal ator da região, principalmente porque as estruturas produtivas e políticas dos novos Estados foram modeladas durante o período soviético, e conseqüentemente, são direcionadas para Moscou. A Ásia Central e o Cáucaso eram considerados pelos russos como a periferia que sustentava o regime soviético.

A percepção turca de influência na região também mudou com as limitações econômicas e militares da Turquia e com a rejeição dos Estados centro-asiáticos e caucasianos de um novo centro de poder externo, embora a Turquia tenha obtido um êxito parcial em projetar seu poder nessas regiões, sem substituir a Rússia.

Os atentados de 11 de setembro conduziram a um envolvimento direto dos Estados Unidos na Ásia Central e no Cáucaso, recebendo apoio irrestrito dos Estados da região antes mesmo do consentimento de Moscou. Esse envolvimento americano deixou obsoleta a doutrina do Estrangeiro Próximo da Rússia.

Diante deste cenário, a estratégia russa foi se integrar na coalizão antiterrorismo liderada pelos Estados Unidos para extrair concessões na expansão da OTAN e na Guerra da Chechênia, que foi inserida no contexto de guerra contra o terrorismo islâmico, e aumentar sua influência geopolítica no Cáucaso, como nos relata Oktay Tanrisever (2004:152).

Todavia, não houve um re-posicionamento de Moscou que possa ser interpretado como uma mudança histórica em favor dos Estados Unidos, ou seja, a aceitação da unipolaridade.

A Turquia, por sua vez, aproveitou para promover seus interesses na Ásia Central e no Cáucaso mediante a utilização do seu modelo de desenvolvimento e de governo (como veremos a seguir), convergindo seus interesses com os Estados Unidos e explorando as ameaças comuns à Rússia, facilitando a sua penetração na região.

As consideráveis mudanças na abordagem quanto ao sistema de segurança ficaram explícitas na guerra contra o terrorismo e serviram de base para o estreitamento das relações entre Turquia e Rússia. Ambos os Estados percebem o terrorismo como a maior ameaça à segurança nacional. Victor Panin e Henry Paniev (2004: 254) ressaltam que o atual relacionamento entre os países é baseado não somente em interesses mútuos em diferentes esferas, mas nas ameaças mútuas à segurança nacional.

Porém, apesar da aproximação e do estreitamento das relações entre Turquia e Rússia essa parceira possui limitações. Para Oktay Tanrisever:

Embora Ancara e Moscou tenham expandido e aprofundado suas relações, há duas limitações estruturais em seu desenvolvimento futuro. Primeiro, as relações entre a Turquia e a Rússia com as potências ocidentais têm sido baseadas em orientações conflitantes. Enquanto Ancara busca fazer parte da União Européia com o auxílio dos Estados Unidos, Moscou procura contrabalançar os Estados Unidos ao melhorar suas relações com a UE. Segundo, as motivações tanto da Turquia como da Rússia são pragmáticas. Visto que o objetivo estratégico dos dois é melhorar suas relações com as potências ocidentais, tanto a Turquia como a Rússia poderiam optar por melhorar suas relações com as potências ocidentais às custas do outro, caso isso seja considerado de seu próprio interesse (TANRISEVER, 2004:154, tradução nossa).

Quanto ao Irã, a competição entre as duas potências médias por influência na região acontece principalmente no campo ideológico. Neste caso, há um choque entre o modelo secular turco e o modelo religioso iraniano.

O “Modelo Turco”

“O termo ‘Modelo Turco’ é utilizado para se referir ao modelo de desenvolvimento e governo da Turquia cujas características são o secularismo numa sociedade muçulmana, uma economia de mercado, proximidade e cooperação com o Ocidente, e um sistema pluripartidário” (BAL, 2004:344, tradução nossa).

O “modelo turco” é um instrumento da política externa da Turquia, cujas características foram delineadas na formação da república turca, quando Atatürk direcionou a Turquia para o Oeste reproduzindo os valores e instituições da Europa. Este instrumento da política externa tem como um de seus objetivos garantir a aliança com o mundo ocidental, além de abrir as portas para a participação da Turquia no desenvolvimento econômico regional e no transporte dos recursos naturais.

Neste caso, a Turquia buscou reforçar a sua importância geoestratégica para o Ocidente como um aliado que combate ideologicamente o modelo iraniano, buscando atrair as repúblicas da Ásia Central e o Azerbaijão para a órbita ocidental.

Como observou o analista Idris Bal (2004:340-342), alguns fatores são decisivos para o Ocidente apoiar o modelo turco e considerar a Turquia um aliado estratégico. Geograficamente e culturalmente, a Turquia é uma importante ponte entre a Ásia e a Europa, possui laços étnicos e religiosos com Estados da Ásia Central e do Cáucaso, e posição que favorece os interesses dos Estados Unidos na extração e escoamento do gás e do petróleo da região. Mais recentemente, os ataques de 11 de setembro colocaram a segurança global e a guerra contra o terrorismo no topo da agenda política, significando uma instrumentalização do modelo turco nas relações internacionais e um papel importante da Turquia na iniciativa americana em obstruir os problemas no mundo muçulmano.

Jacob Landau (1995:201-202) relacionou os principais fatores que determinam a preferência dos Estados centro-asiáticos e caucasianos pelo modelo da Turquia ou pelo modelo iraniano. Em primeiro, a *proximidade* geográfica. As fronteiras são o fator que influenciam na escolha. A Turquia possui apenas uma pequena fronteira com o Azerbaijão, enquanto o Irã é limítrofe com três Estados, Azerbaijão, Uzbequistão e Turcomenistão. Este fator foi importante na decisão do Turcomenistão em optar por um relacionamento mais estreito com o Irã. O segundo fator é composto pela *tradição cultural* e a *afinidade lingüística*. Aqui, observa-se a preferência do Tadjiquistão pelo Irã e dos outros cinco Estados (Uzbequistão, Azerbaijão, Cazaquistão, Turcomenistão e Quirquistão) pela Turquia. *Considerações políticas* também pesam nos direcionamentos dos Estados. O autor cita os laços forjados do Azerbaijão com a Turquia porque o Irã se opõe à união da população Azeri. A quarta consideração é *religiosa*. As cinco repúblicas centro-asiáticas têm maiorias sunitas, enquanto no Azerbaijão 70% da população é xiita. Isso implica na escolha entre o Islã fundamentalista iraniano e a postura secular da Turquia. *Investimentos econômicos* são levados em conta também, o que dá uma vantagem para o Irã – embora o país possua gastos enormes com armamentos. O sexto elemento é a possibilidade de fazer uma *ponte com o Ocidente*, que obviamente coloca a Turquia como aliado preferencial. Por último, Landau cita

o *papel das diásporas* que fazem uma ponte entre o país hospedeiro e o país de origem. Com exceção do Tadjiquistão e do Azerbaijão, os vínculos são maiores com a Turquia.

Portanto, de acordo com esse pensamento haveria uma polarização regional entre o modelo turco ocidentalizado e o modelo teocrático iraniano – que enfrenta ainda a concorrência dos sauditas que procuram fortalecer a sua vertente islâmica nesta zona muçulmana mediante o apoio a instituições religiosas sunitas. Como nos mostrou Landau, essas disputas são travadas em termos religiosos, geográficos, econômicos, culturais, políticos e étnicos.

Alguns argumentos apresentados por Bülent Aras contradizem esse embate multidimensional entre os dois Estados médios da Eurásia. Como Brzezinski, Aras afirma que a missão crucial da Turquia na Ásia Central superestimou as capacidades do Estado turco e ignorou os objetivos e expectativas das repúblicas turcófonas. Quanto à difusão do Islã pelo Irã para atrair os Estados centro-asiáticos, Aras enfatiza que esses novos atores (com exceção do Tadjiquistão que está em guerra civil entre grupos islâmicos) possuem políticas anti-islâmicas. Conclui que a disputa entre os dois oponentes se dá apenas em termos comerciais.

O analista acredita que os esforços da Turquia em penetrar nesses Estados são motivados pela vontade de difundir o seu modelo secular e democrático, estabelecer vínculos econômicos, e elevar seu peso diplomático e sua importância estratégica, afirmando que o interesse turco não é de motivação cultural, nem lingüística, étnica ou religiosa, mas primordialmente relacionado às imensas reservas de petróleo e gás natural na bacia do Cáspio (ARAS, 2002:4).

Portanto, o próximo subcapítulo é dedicado ao potencial dos grandes depósitos de hidrocarbonetos do Mar Cáspio e suas implicações geopolíticas para a Turquia.

A Dimensão Energética: o Cáspio

Outro fator importante na análise das perspectivas turcas diante da Ásia Central e do Cáucaso está relacionado com o potencial econômico desta, como estamos tratando, vasta unidade geopolítica. O desenvolvimento dessas economias poderá aumentar a demanda por produtos e serviços turcos. Ainda mais importante são as receitas provenientes do transporte e distribuição de petróleo e gás natural e o abastecimento energético para garantir o crescimento econômico da Turquia. Neste caso, a abordagem é coerente com a geoeconomia, tratando que a fonte de conflito seria econômica ao invés da motivação ideológica.

A inclusão da bacia do Cáspio dentre as grandes fontes energéticas do planeta transformou radicalmente o ambiente geopolítico e abriu novas questões para a política externa turca.

As estimativas relativas aos recursos energéticos destacam a região por ter as maiores reservas de gás e petróleo inexploradas do mundo. No Cazaquistão, foi identificada a maior reserva de petróleo bruto desde a baía de Prudhoe no Alasca, com reservas de nove bilhões de barris (LEWIS apud HILL, 2004:214). No Azerbaijão as estimativas apontam para aproximadamente 4-11 bilhões de barris nas reservas de petróleo (RASHID, 2000:180). Enquanto, as reservas de gás natural da bacia do Cáspio superam os 12 trilhões de metros cúbicos, conferindo ao Turcomenistão a quarta colocação no ranking dos produtores mundiais de gás natural, atingindo 120 bilhões de metros cúbicos de gás por ano (LEWIS apud HILL, 2004:214), além de ter as onze maiores reservas de gás do mundo, com 4,5 trilhões de metros cúbicos de reservas possíveis de gás (RASHID, 2000:181). Cazaquistão, Azerbaijão e Uzbequistão também possuem algumas das maiores reservas de gás natural (LESSER; LARRABEE, 2003), com respectivamente 2,5, 1 e 3,1 trilhões de metros cúbicos (RASHID, 2000:181).

Do ponto de vista econômico, os principais objetivos da Turquia são garantir o acesso a estes recursos vitais que possibilitam manter sua economia em expansão e participar do transporte e distribuição desta energia. Para isso, a Turquia tende a explorar sua posição e a

parceria estratégica com os Estados Unidos para atingir esses objetivos, o que pode ocasionar em um grande impulso para as frágeis economias da região.

“A localização estratégica da Turquia faz dela uma *ponte* natural de energia entre os principais produtores e a forte demanda dos mercados da União Européia. A Turquia é um significativo importador de energia e um país de trânsito e oferece uma grande possibilidade de diversificação da dependência de um número limitado de fornecedores”. A afirmação acima é de Necdet Pamir, coordenador geral do Centro de Estudos Estratégicos da Eurásia de Ancara. Em 2005, Pamir relacionou as principais rotas em construção ou propostas que envolvem a Turquia. Os projetos mencionados relacionados ao Cáucaso e à Ásia Central são:

Oleoduto

- **Baku - Tblisi – Ceyhan (BTC).** Destinado ao transporte de petróleo do Azerbaijão, objetiva agregar petróleo do Cazaquistão e da Rússia. É o primeiro oleoduto não-russo com saída para os mercados internacionais.

Gasodutos

- **The Blue Stream:** Gasoduto submarino, o Blue Stream foi construído através do Mar Negro e provém 65% do gás importado pela Turquia. O objetivo é expandir o gasoduto até Ceyhan para transportá-lo posteriormente para Israel.
- **Irã – Turquia:** Iniciou o transporte em 2001 de gás iraniano para a Turquia.
- **Azerbaijão – Turquia (em construção):** Previsto para o final de 2006, o gasoduto Baku – Tblisi – Erzurum alimentará o gasoduto Turquia-Grécia.
- **NABUCCO para a Europa:** Tem o objetivo de transportar gás do Oriente Médio e do Cáucaso até a Europa Central, aumentando a importância econômica e estratégica da Turquia a fim de facilitar a integração do país com a Europa.
- **Turquia – Grécia:** gasoduto para transportar energia do Azerbaijão para a Grécia e a Itália, via Geórgia.

Há outros projetos em fase de aprovação, como um gasoduto do Iraque e outro do Turcomenistão para levar energia para a Europa via Turquia.

Turquia: Oleodutos (Incluindo os Projetos Propostos)

Fonte: Adaptado e traduzido de Washington Institute for Near East Policy. Disponível em: <http://www.washingtoninstitute.org/mapImages/44ee2eb3bdfa8.pdf>

Em 2004, a pesquisadora do Instituto Brookings, Fiona Hill, publicou um artigo intitulado *Caspian Conundrum* sobre os dilemas da Turquia acerca do Cáspio. Dedicado à questão dos recursos energéticos, este artigo enfatiza a posição geográfica da Turquia como principal elemento determinante do *status* de zona de trânsito dos hidrocarbonetos do Cáspio para os mercados europeus. Similarmente a outros analistas, Hill concorda que os objetivos da Turquia são assegurar o fornecimento de energia para o seu mercado doméstico em expansão, aumentar sua influência regional e concretizar a construção dos dutos que levem energia para a Europa, gerando receitas para o Estado turco e uma posição fortalecida diante do Ocidente. Para isso, a Turquia utiliza a sua posição geográfica e a parceria estratégica com os Estados Unidos. Nas suas palavras:

Graças à sua localização na Ásia Menor, a Turquia é a ponte terrestre entre o Oriente Médio, o Cáucaso, a Ásia Central e a Europa, e controla fisicamente a passagem entre o Mar Negro e o Mar Mediterrâneo, através dos estreitos de Bósforo e Dardanelos. Dessa forma, a Turquia é capaz de servir como uma zona de trânsito para os oleodutos e gasodutos dos campos do Golfo Pérsico e da Bacia do Cáspio. Desde o começo dos anos 90, os dois objetivos combinados da política externa da Turquia na região têm sido assegurar o fornecimento de nova energia e se firmar como país de passagem dos fluxos energéticos do Cáspio para os mercados consumidores na Europa. A Turquia tem procurado atingir esses objetivos mediante a dupla exploração de sua posição no cruzamento entre a Ásia e a Europa, e da parceria estratégica com os Estados Unidos desenvolvida durante e após o fim da Guerra Fria através da afiliação à OTAN e outras instituições políticas e econômicas ocidentais (HILL, 2004:211, tradução nossa).

Na sua versão, os planos da Turquia podem ser afetados pelo interesse da indústria internacional de petróleo na região do Cáspio - que está relacionado aos preços internacionais e à demanda de energia - e pelas complicações da localização da Turquia que, se por um lado favorece enormemente os projetos de Ancara, por outro, sofre com as limitações de trânsito na região dos estreitos. A incapacidade de continuar utilizando os estreitos para escoar a energia e os custos da construção de novos dutos que conduziriam a outros portos no sul rivalizam com a utilização de portos da Rússia. Aqui, os preços variáveis poderiam causar um revés nas intenções da Turquia.

A autora identificou ainda outros cinco obstáculos, muito mais significativos e relacionados à disputa regional interestatal, para a realização dos objetivos turcos: as disputas acerca do *status* legal do Mar Cáspio, a persistência dos conflitos regionais, a crescente assertividade do Irã na região, os obstáculos políticos colocados pela política dos Estados Unidos contra as relações cooperativas entre a Turquia, o Irã e o Iraque, e a competição com a Rússia. Destacamos, portanto, alguns pontos de sua análise para a compreensão dos dilemas enfrentados pela Turquia.

As controvérsias acerca do *status* legal do Cáspio residem na sua definição como um *mar* (sujeito aos termos da lei internacional dos mares de 1982) ou um *lago*. Se a lei da convenção marítima for aplicada ao Cáspio, então as fronteiras marítimas dos cinco Estados litorâneos – Rússia, Cazaquistão, Turcomenistão, Irã e Azerbaijão – serão estabelecidas com

base na divisão do mar e dos recursos submarinos em setores nacionais. Se a lei não for aplicada, o Cáspio e os seus recursos serão de propriedade compartilhada.

Nas negociações que começaram em 1994, a Rússia e o Irã - com algum apoio do Turcomenistão - argumentaram que o Cáspio deveria ser compartilhado. Em contraste, o Azerbaijão e o Cazaquistão argumentaram que o Cáspio deveria ser delineado em setores nacionais desenhados de forma equidistante das respectivas linhas costeiras. O interesse da Rússia é garantir a aceitação do Cáspio como um lago, evitando a sua divisão em setores nacionais, e assegurando um veto russo sobre todas as negociações de petróleo.

Com interesse em continuar e ampliar a sua participação na distribuição da energia do Cáspio através do Azerbaijão, a Turquia se posiciona em relação ao status do Cáspio de forma alinhada ao Azerbaijão (ARAS, 2002:47).

Apesar das disputas sobre propriedade do Cáspio, o desacordo não cessou a exploração dos recursos do Cáspio. De fato, tanto a Rússia quanto o Irã utilizam a disputa do Cáspio de forma manipuladora, e cada um modifica a sua posição na medida em que suas companhias têm a possibilidade de serem incluídas em grandes projetos.

Em 2002, o Cáspio passou por uma divisão *de facto*, mas não totalmente estável, baseada na soberania e não no controle compartilhado. Atualmente, a instabilidade residual deriva de algumas disputas fronteiriças acerca da jurisdição de campos-chave de petróleo que ainda não possuem nenhuma resolução formal. Essas disputas remanescentes e o status legal incerto do Mar Cáspio poderão representar uma ameaça aos projetos de gás e petróleo em longo prazo.

Com relação ao gás, o Irã se opõe a qualquer construção de linhas trans-caspianas, argumentando que elas são uma violação aos acordos existentes quanto à delimitação do Mar Cáspio. A Rússia também se opõe a essas novas rotas, que desviariam o petróleo do Cazaquistão e o gás do Turcomenistão dos sistemas de dutos da Rússia. A oposição russa

poderá ter sérias conseqüências no fluxo de óleo do Cáspio ao longo prazo – especialmente num ambiente futuro de preços baixos de petróleo.

Os altos custos de construção do BTC, os preços instáveis do petróleo, e os requisitos projetados de um fluxo de um milhão de barris por dia para ser lucrativo, sugerem que volumes adicionais de petróleo do Cazaquistão serão essenciais para a viabilidade comercial do BTC. Por enquanto, o Cazaquistão continua utilizando as rotas via Rússia. Se o Cazaquistão decidir estreitar suas relações com a Rússia às custas de sua participação no BTC, poderá frustrar os objetivos geopolíticos e comerciais da Turquia e dos Estados Unidos que foram traçados no Cáspio nos anos 90.

Outro elemento complicador para a Turquia é a persistência de conflitos na região, o que impediria o fluxo de recursos energéticos do Cáspio. Isso porque cada rota construída do Cáspio para os mares Negro ou Mediterrâneo passa por um conflito ou por zonas de múltiplos conflitos. Os conflitos entre a Armênia e o Azerbaijão sobre a jurisdição política de Nagorno-Karabakh, as guerras entre a Geórgia e a Abkhazia, a Rússia e os chechenos e as ameaças dos separatistas curdos no sudeste da Turquia são obstáculos para o livre fluxo energético do Cáspio. Por exemplo, a rota de Baku-Navorossiisk atravessa a Chechênia; a rota Baku-Supsa possui dois pontos frágeis: na Geórgia, onde ocorre uma tensão interna e uma disputa acerca do retorno de refugiados a região de Gali, e no Azerbaijão, com a guerra territorial travada contra a Armênia.

Quanto à rota de interesse da Turquia, o BTC, há o enfrentamento dos mesmos problemas da Baku-Supsa, com as ameaças adicionais dos curdos, que têm como alvo os gasodutos e oleodutos que passam pela Turquia, declarando que não permitirão que nenhuma rota atravesse o território curdo. Na opinião de Fiona Hill (2004:231, tradução nossa), a questão curda “afeta a segurança energética, os interesses comerciais e os amplos objetivos geopolíticos da Turquia”.

Outra ameaça aos planos da Turquia é a posição do Irã, como uma rota mais barata, eficiente e segura para o transporte dos recursos energéticos do Cáspio, e seu interesse em explorar este potencial mediante a construção de novos dutos.

Apesar desta ameaça, a Turquia possui uma posição dupla em relação ao Irã, contrariando a política americana na região que é o maior obstáculo para a aproximação entre os dois vizinhos. Como já foi dito, a Turquia necessita de energia para manter sua economia em expansão, e a dependência da Rússia não traz tranquilidade aos turcos. O Irã, com suas grandes reservas de gás e petróleo e sua proximidade com a Turquia se tornou uma opção viável para reduzir a dependência da Rússia. Além do acordo direto com o Irã, a Turquia concluiu as negociações com o Turcomenistão para a exportação de gás, passando e gerando receitas para os iranianos.

Além dos protestos americanos contra os acordos energéticos com o Irã, a Turquia também é prejudicada pela política americana regional em relação ao comércio de gás com o Iraque, que, pela situação política derivada da intervenção militar, não pode ser concretizado em curto prazo.

Para Hill (2004:234, tradução nossa), “embora a Turquia seja fundamental para a política americana no Cáspio, suas necessidades de energia, posição geográfica e relações regionais apontam para um conjunto de parceiros nos cálculos futuros de energia diferente das preferências dos EUA”.

As relações com a Federação Russa também são pautadas pela questão energética:

A crescente ênfase em petróleo, gás, rotas de comunicação e interesses comerciais no Cáspio também têm influenciado as relações da Turquia com a Rússia. Embora as relações da Turquia com a federação russa sejam pragmáticas e envolvam grandes negociações de comércio bilateral, a incursão de companhias ocidentais de petróleo na região, os arranjos para as rotas, a insistência turca para que os fluxos de petróleo do Cáspio deveriam passar, em longo prazo, através do MEP¹⁷ proposto de Baku para Ceyhan, e o impulso da

¹⁷ MEP (The Main Export Pipeline) se refere ao BTC, a rota Baku (Azerbaijão)-Tbilisi (Geórgia)-Ceyhan (Turquia).

política norte-americana têm resultado em fricção. (HILL, 2004:235, tradução nossa).

Brzezinski já havia notado essa rivalidade entre a Turquia e Rússia na região. A Rússia percebe a Turquia como um mandatário americano na região, impedindo a projeção russa na Ásia Central e no Cáucaso, bloqueando a saída para o Mar Mediterrâneo, e tomando uma posição diametralmente oposta em diversos conflitos externos, como a Chechênia, Bósnia e Kosovo.

Todavia, há um aumento significativo de interesses mútuos. A Turquia é um grande mercado importador da energia russa, especialmente o gás. O comércio bilateral é bastante expressivo, conferindo à Turquia uma posição importante como um dos principais parceiros comerciais da Rússia. Quanto à distribuição de recursos energéticos, a Rússia e a Turquia estão discutindo a criação de novos gasodutos através da Geórgia e da Armênia com possível expansão até Haifa, Israel, o que favoreceria a parceria estratégica da Turquia com Israel e traria ganhos econômicos para os dois países. A Rússia ganharia com a venda de energia, controlaria o abastecimento e as rotas. Enquanto a Turquia garantiria o suprimento de energia para o seu mercado doméstico e lucraria com receitas provenientes do trânsito de energia.

Em suma, a autora conclui que o tamanho da influência turca na região será determinado pelo êxito da rota BTC, que depende em grande medida dos fatores comerciais, como a concorrência de outros projetos que reorientam os fluxos de petróleo para países litorâneos do Mar Negro – como propostas da União Européia de trazer petróleo para a Europa via oleodutos através da Romênia, Bulgária e Ucrânia, após embarcá-lo por navio da Geórgia – e do Irã – que depende da consistência da política americana em relação ao Irã –, o preço instável da energia, a capacidade dos governos dos Estados que são atravessados pela rota em manter as tarifas de trânsito baixas, a persistência de conflitos regionais e os volumes de petróleo do Cáspio.

Diante desse instável e incerto ambiente, o que a autora propõe? Sugere a aproximação da Turquia com a Rússia porque ambos compartilham interesses no transporte do petróleo do Cáspio e são ameaçados pela possibilidade de escoamento via Irã para os portos do Golfo

Pérsico, inviabilizando a rota Baku-Novorossiisk, os portos russos no Mar Negro e a rota BTC. Isso encorajaria também a Rússia a enxergar na Turquia uma rota para distribuir a sua energia, afastando-se do Irã e facilitando a construção da rota BTC.

Alerta, contudo, que neste caso a Rússia deveria sustentar o abastecimento de petróleo, fortificar as rotas de transporte e garantir mercado contínuo para o seu gás. O maior desafio seria superar o legado da rivalidade geopolítica no Cáucaso, Balcãs, Oriente Médio e Ásia Central.

A Questão Armênia

Se a Turquia vem desenvolvendo boas relações com os Estados do Cáucaso – Geórgia e Azerbaijão – mediante a exploração do seu poder brando e da convergência de interesses econômicos, a Armênia é a exceção. Os dois países não mantêm relações diplomáticas e as relações são pautadas por ressentimentos e rivalidades.

As relações entre Turquia e Armênia são tensas devido aos massacres realizados pelas forças otomanas em 1915, fazendo desaparecer quase por completo a comunidade armênia - que formava uma importante parcela da população no leste da Anatólia durante o Império Otomano-, no território que atualmente pertence à República da Turquia. Esse problema influencia as relações da Turquia e contribui para uma imagem negativa da República no exterior.

Essas tensões e hostilidades remontam à fase terminal do Império Otomano, quando os nacionalistas armênios tentaram estabelecer um Estado independente e foram deportados pelo governo otomano para a Síria. Durante esse processo de deslocamento forçado da comunidade armênia, houve o extermínio de 100.000 a 200.000 (estimativa turca) a 1,5 milhão (estimativa armênia) de cristãos armênios (FERNANDES, 2005:93) por decisão do ministro do interior otomano, Talât.

Porém, algumas controvérsias norteiam as deportações e suas conseqüências, colocando turcos e armênios em pólos opostos. O historiador holandês Erik Zürcher aponta para três questões polêmicas: a necessidade militar da operação, o número de vítimas que resultou da deportação e a intenção da deportação (se houve intenção de cometer genocídio) (apud FERNANDES, 2005: 92).

A recusa da Armênia em reconhecer o Acordo de Kars, para demarcar as fronteiras com a Turquia, as referências ao leste da Turquia como Armênia Ocidental e a utilização do Monte Ararat (situado no território turco) como símbolo oficial do Estado armênio são interpretadas pelos turcos como provocações e indício de uma aspiração pela “Grande Armênia”. Sobre isso, Zeyno Baran (2004: 272, tradução nossa) comentou, “a Turquia considera a política da Armênia (e as atividades de seus poderosos grupos na diáspora) desde 1989 como sendo contra os seus interesses de segurança nacional e integridade territorial”.

Os esforços do *lobby* armênio nos Estados Unidos e na Europa para introduzir resoluções no Congresso americano e nos parlamentos europeus condenando a Turquia pelo massacre de 1915 têm irritado as autoridades turcas que continuam se opondo às acusações e resistindo à qualificação dos eventos como genocídio.

Contudo, desde os anos 80, surgiram declarações internacionais de reconhecimento político da deportação e dos massacres como crime de genocídio, nos termos da Convenção de 1948 da ONU, como, por exemplo, duas resoluções do Parlamento Europeu (FERNANDES, 2005:96). Em novembro de 2006, o parlamento francês passou uma resolução classificando os assassinatos durante a Primeira Guerra Mundial como genocídio. A resposta turca foi dura. Como assinala Soner Cagaptay (2007, tradução nossa) “a Turquia [em resposta à decisão francesa] suspendeu as trocas militares bilaterais e congelou todas as visitas recíprocas militares e os exercícios militares conjuntos com a França. Paris foi impedida de participar das licitações dos contratos de defesa turcos e os generais turcos, que foram honrados pela França, devolveram, pela própria iniciativa, as suas condecorações”.

Recentemente, foi aprovada pelo Comitê de Relações Exteriores da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, uma moção qualificando de genocídio a morte dos armênios durante a Primeira Guerra Mundial. A Turquia condenou veementemente a decisão, acusando os legisladores americanos de distorcerem a História.

A decisão do Congresso americano também poderá afastar os dois aliados e ter repercussões geopolíticas. Para o analista Cagptay, a provável resposta similar dos turcos à aprovação da resolução armênia poderá debilitar a cooperação militar entre os Estados Unidos e a Turquia, causando efeitos devastadores nos planos americanos, principalmente no Iraque. Como exemplo das implicações nas relações EUA-Turquia, o autor cita a reação turca em setembro de 2000, quando outra resolução armênia foi apresentada no Congresso, na qual mais de 10.000 turcos protestaram em frente a base aérea americana de Incirlik, levando ao fechamento da base por três dias. Conclui: “as operações militares americanas no Iraque e no Afeganistão não podem suportar uma repetição dos protestos que causem o fechamento da base aérea”(CAGAPTAY, 2007: tradução nossa).

A resolução para reconhecer como genocídio os assassinatos em massa dos armênios pelo Império Otomano durante a Primeira Guerra Mundial também poderá ter conseqüências na inclinação turca de entrar no norte do Iraque para atacar o PKK. Como afirma Gallia Lindenstrauss (2007, tradução nossa):

À primeira vista, não há uma real conexão entre o reconhecimento do genocídio armênio e a situação no norte do Iraque. Entretanto, a ação do Comitê de Relações Exteriores e a expectativa de aprovação pela Câmara em novembro têm fortalecido a percepção dos turcos de que eles têm menos a perder em termos das relações turco-americanas se agirem no Iraque. Dado que a Turquia está mais determinada a realizar a operação e menos inclinada a prestar atenção nas advertências dos americanos para não intervir, é possível que os Estados Unidos decidam minimizar as conseqüências negativas da intervenção turca ao oferecer pelo menos uma cooperação parcial. A publicação de relatos sobre os planos secretos para tal cooperação indica que a possibilidade já está sendo muito discutida pelos dois lados, apesar das preocupações americanas acerca da estabilidade na área autônoma controlada pelos curdos no norte do Iraque e sobre a reação hostil por parte dos curdos, que têm sido os aliados mais leais aos americanos no Iraque.

Face ao relacionamento estratégico desenvolvido pelos dois Estados, às conseqüências econômicas de uma intervenção turca e ao aumento da instabilidade regional, fica a dúvida com relação a uma ação unilateral turca a contragosto dos americanos e expondo mais ainda a Turquia às críticas européias.

A guerra entre a Armênia e o Azerbaijão sobre a jurisdição da região de Nagorno Karabakh e a subsequente ocupação por Ierevan deterioraram ainda mais as relações entre os vizinhos. Desde então, a política turca diante da Armênia está vinculada à política do Azerbaijão em relação à Armênia (BARAN, 2004: 273).

Como reação, a Turquia decidiu excluir a Armênia da integração em projetos regionais e do acesso aos mercados ocidentais via Turquia, como do projeto BTC, por exemplo, causando prejuízos à economia da Armênia (BARAN, 2004:273). Além disso, Ancara fechou as fronteiras e suspendeu os esforços para estabelecer relações diplomáticas (LESSER; LARRABEE, 2003:106).

Diretor de Segurança Internacional e Programas de Energia do *Nixon Center Washington DC*, Zeyno Baran (2004: 273-275) destaca também as duas abordagens na Turquia quanto à Armênia.

A primeira abordagem afirma que a política turca seria “refém” do Azerbaijão porque a habilidade turca em influenciar a região é limitada. No debate interno turco, alguns argumentam que enquanto a Turquia patrocina o Azerbaijão contra a Armênia e o Nagorno Karabakh, não há reciprocidade de Baku, como por exemplo, no reconhecimento da República Turca do Norte do Chipre. De acordo com essa posição, se a Turquia considerar melhorar as suas relações com a Armênia, então o Azerbaijão poderá optar por escoar o seu petróleo via Rússia ou Irã.

Outra visão sugere que a Turquia se distancie ainda mais da Armênia, argumentando que qualquer iniciativa para restabelecer as relações econômicas seria como premiar a Armênia, considerado, por essa corrente, um Estado que não deseja a paz na região. Esse

grupo acredita que muitos esforços internacionais são tendenciosamente favoráveis à Armênia, e que seria ingênuo acreditar que Ierevan poderia romper as relações com Moscou ou Teerã, suavizando a polarização da região em dois grupos competidores – questão que preocupa civis e militares turcos que são favoráveis a “uma gradual melhoria nas relações turco-armênicas, desconsiderando as questões históricas”(BARAN, 2004:274, tradução nossa).

A Redefinição da Importância Estratégica da Turquia no Cáucaso e na Ásia Central

Durante a Guerra Fria a Turquia foi um defensor do flanco do Sudeste Europeu da OTAN, atuando como uma barreira de contenção à URSS. Com o fim da União Soviética, a Turquia perdeu parte significativa de seu poder de barganha e teve que encontrar novos argumentos para redefinir a sua importância estratégica para o Ocidente, especialmente para os Estados Unidos. Os argumentos centrais utilizados para enfatizar a continuidade (e o aumento) de sua posição estratégica foram o modelo turco como referência para o mundo islâmico, a zona de influência turca na Ásia Central e no Cáucaso devido ao deslocamento dessas regiões para o centro das questões internacionais e, após os ataques de 11 de setembro, a cooperação no combate ao terrorismo sem fronteiras, no qual a Turquia possuía uma experiência anterior com os curdos.

À primeira vista, a Turquia parece ter consolidado a sua posição privilegiada para o Ocidente com esses argumentos. Porém, alguns estudos ocidentais e turcos fazem algumas ressalvas.

Em uma publicação de 2003, Stephen Larrabee e Ian Lesser (2003:100-102) revisaram a análise realizada pela RAND em 1993, quando se acreditava na possibilidade da Turquia exercer uma grande influência na região. Apoiando-se no trabalho anterior de Graham Fuller, Larrabee e Lesser salientam que a Turquia teve que adotar uma postura mais realista e moderada devido aos grandes obstáculos existentes na expansão da influência turca na região. Esse estudo aponta para cinco motivos principais para essa mudança de atitude e expectativas. Primeiramente, a falta de recursos financeiros para estabelecer uma significativa posição política e econômica na região. Em segundo, o “modelo turco” encontrou pouco entusiasmo

dos governos da Ásia Central e do Cáucaso, que pretendem manter o poder mediante uma política repressora e autoritária. Terceiro, os novos Estados turcófonos não desejam encontrar um substituto para a dominação soviética. Quarto, os problemas domésticos turcos desestimulam os líderes centro-asiáticos a adotarem o modelo turco. Por último, a influência russa na região é mais durável do que os turcos esperavam, já que a Rússia possui vantagens econômicas, políticas, geográficas na Ásia Central: regimes fracos e vulneráveis à pressão russa; grandes minorias russas vivendo dentro dos Estados centro-asiáticos; disputas territoriais entre os Estados conferem à Rússia o papel de mediador; a dependência econômica como legado da dominação soviética; a dependência de Moscou para transportar os recursos energéticos destes países; as elites desses países permanecem “russificadas”.

Os acadêmicos turcos Hüseyin Bağcı e Saban Kardaş (2004:421-455) emitem opiniões próximas dos norte-americanos, colocando em xeque os argumentos centrais da importância estratégica da Turquia no pós-11 de setembro. Em sua apresentação, o artigo de 2004 aponta as deficiências e inconsistências do discurso otimista em relação ao papel estratégico da Turquia.

O primeiro desenvolvimento em relação ao aumento da importância estratégica é a referência da Turquia como modelo para o mundo muçulmano. A guerra travada pelos Estados Unidos contra atores islâmicos sugere um choque de civilizações que os Estados Unidos tentam evitar. A luta americana é enfaticamente anunciada como uma guerra contra uma específica interpretação radical do Islã militante, que prega o antiamericanismo e o anti-ocidentalismo. Por razões táticas, os Estados Unidos buscam incorporar Estados muçulmanos em sua coalizão para evitar esse entendimento amplo que considera os Estados Unidos em guerra contra o Islã. Como uma guerra por corações e mentes, a guerra contra o terrorismo pretende utilizar a Turquia como um Estado modelo que consegue reconciliar o Islã com a democracia liberal, que apesar de sua orientação ocidental mantém os laços com o Islã e o mundo muçulmano. Haveria, portanto, dois argumentos que justificariam essa relevância da Turquia. Em primeiro lugar, o apoio da Turquia neutralizaria a idéia de uma confrontação entre o Ocidente e o mundo muçulmano. O segundo argumento seria o modelo turco como alternativa ao Islã radical. Assim, além da posição geopolítica, a dimensão geocultural

constituiria outra vantagem para a Turquia em suas relações com o mundo ocidental (BAGCI; KARDAS, 2004:432).

Apesar desta formulação parecer irrefutável, os autores argumentam que os problemas estão em como a Turquia é vista pelos outros países muçulmanos na medida em que apresenta um modelo ocidentalizado como alternativa, que não seria necessariamente bem recebido, podendo aumentar a disparidade entre os Estados islâmicos. Outra dúvida colocada é a possibilidade de transformar uma sociedade de fora para dentro, o que demandaria um forte vínculo ente os estados para alterar a realidade doméstica.

É provável que essa redefinição estratégica também não sobreviveria ao crivo de uma análise focada nos conflitos de interesses entre os Estados da Ásia Central e do Cáucaso e entre a Turquia e cada Estado da região. É evidente que cada estado da região possui seus próprios interesses e imperativos estratégicos.

Conclusão

As relações entre a Turquia e os povos túrcicos foram esporádicos mas resistentes até o começo da década de 90 do século XX. Um novo impulso foi dado com o fim do controle de Moscou sobre as populações do Cáucaso e da Ásia Central, o que trouxe a liberação de populações ávidas por novas orientações identitárias e políticas. Isso representou uma inédita oportunidade para a Turquia desenvolver suas relações e projetar seu poder numa região do “Adriático à China”. Essa suposta liderança baseada na cooperação com os Estados centro-asiáticos e caucasianos foi recebida com grande entusiasmo pelos turcos e, principalmente, pelos analistas ocidentais. Contudo, as deficiências do Estado turco em termos militares, econômicos e políticos esvaziaram esse ideal.

A aproximação cultural atingida pelas idéias pan-turquistas constitui, atualmente, um elemento importante do *Soft Power* da Turquia diante dos seus “irmãos” caucasianos e centro-asiáticos.

Apesar disso, a versão de eurasianismo que prevaleceu na Turquia foi a da elite governante, que pretendeu atrair o apoio do Ocidente com a expansão da sua influência na Ásia Central e no Cáucaso mediante a exploração das afinidades religiosas, culturais e lingüísticas com as populações da região.

Com os atentados de 2001, um segundo momento surgiu para revitalizar a importância estratégica da Turquia. Apoiando-se na guerra contra o terrorismo, a Turquia buscou uma aliança estratégica fundamentada na exportação do modelo turco para outras nações islâmicas. Por um lado, os Estados Unidos incorporariam um país muçulmano secular na coalizão contra o Islã radical anti-ocidental, buscando evitar que a guerra fosse interpretada como Islã *versus* Ocidente. Por outro lado, a Turquia esperava fortalecer sua posição na região e promover a postergada zona de influência turca. A utilização do modelo que integra democracia liberal, secularismo religioso e que pretende afirmar, simultaneamente, a religião islâmica da vertente sunita comprova o interesse de Ancara em aumentar seu valor para o Ocidente.

Um problema que permeia os dois momentos é a falha na instrumentalização do modelo turco. Uma observação mais atenta abre indagações acerca da importância vital da Turquia para a consecução dos objetivos ocidentais. Um dos entraves está na força da Rússia em deslocar a Turquia para um papel periférico e nas manobras realizadas por Moscou para não confrontar os Estados Unidos.

Assim, parece que a importância estratégica da Turquia foi superestimada e reduzida com os desenvolvimentos mais recentes. Porém, numa zona com tantos desafios para o Ocidente, especialmente para os Estados Unidos, é inegável a importância da Turquia, considerando que os turcos têm demonstrado um admirável comprometimento com o Ocidente. Além disso, a geografia continua conferindo à Turquia um espaço preferencial na ampla estratégia americana e uma posição privilegiada no transporte dos recursos energéticos, principalmente do Cáucaso para a Europa. Este *status* obtido de distribuidor energético trans-regional fortalece a Turquia diante do Ocidente. Neste caso, verificamos que, por um lado, os atores agem consoante seus interesses nem sempre convergentes, transformando a região

numa zona de fricção entre os três atores geoestratégicos – Irã, Turquia e Rússia – que buscam influenciar os novos Estados e participar da lucrativa exploração e transporte dos hidrocarbonetos. Por outro lado, há também um interesse mútuo que poderá ser desenvolvido via cooperação entre os Estados da região, principalmente entre a Rússia e a Turquia, como sugeriu Fiona Hill. A questão que fica por responder é até que ponto a rivalidade histórica associada aos interesses divergentes em outras zonas de influência poderá afetar negativamente o atual relacionamento cooperativo entre os dois Estados.

Com a indefinição geopolítica, o tabuleiro de xadrez da Ásia Central e do Cáucaso poderá mudar de direção. No que tange à Turquia, os autores descrevem um papel menos entusiasta que o anunciado no início da década de 90. A criação de uma região turcófona liderada por Ancara está longe de ser concretizável. De acordo com este pensamento, a Turquia seria vista como um Estado pivô com limitada influência regional que oferece apoio contra o Irã e serve como um contrapeso à hegemonia russa, e que, portanto, não pode ser negligenciado pelos americanos. Com pretensões mais realistas, a Turquia mantém sua importância para o Ocidente definida pela geopolítica e pela geocultura em vez de lançar-se a projetos irredentistas. Como assinalou o já citado ex-ministro das relações exteriores da Turquia, Mümtaz Soysal:

Há uma atitude realista e racional para lidar com todas essas questões. O realismo racional é e continuará sendo o aspecto mais significativo da política externa turca. Apesar da grave e dramática natureza dos problemas enfrentados pela nação em um difícil canto do mundo, e, de forma paradoxal, apesar da tentação por envolvimento lucrativos e irredentistas. (SOYSAL, 2004: 46, tradução nossa).

CAPÍTULO 10

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise da geopolítica da Turquia é possível afirmar que a Turquia se tornou um ator mais ativo e importante no sistema internacional e conseguiu aumentar sua importância estratégica para o Ocidente, apesar das primeiras indicações de que a ausência de imperativos estratégicos da Guerra Fria traria uma redução no papel da Turquia na ampla estratégia ocidental.

Alguns desenvolvimentos comprovam essa crescente relevância. Em primeiro lugar, a localização geográfica confere uma posição preferencial, como nos indicam as teorias geopolíticas analisadas na primeira parte desta dissertação. Desde a Geopolítica clássica de Mackinder ou Spykman até o realismo culturalista de Huntington há uma destacada importância da Turquia como zona de contenção ou mediador intercivilizacional. Saul Cohen, com sua nova representação e interpretação do espaço geopolítico global, e Zbigniew Brzezinski, com sua formulação para a manutenção da primazia americana, também acreditam que a Turquia não pode ser negligenciada pelo Ocidente e poderá ter uma importância vital na evolução do sistema. A questão das rotas energéticas expõe o papel da Turquia como representante do Ocidente no controle do fluxo de petróleo e gás natural, como alternativa à Rússia e ao Irã.

Em segundo lugar, o “modelo turco”, secular, pluripartidário e de economia de mercado coaduna-se com a linha de pensamento que aspira pela disseminação dos valores ocidentais para a “periferia” do mundo. Este instrumento turco ganhou importância com os ataques de 11 de setembro e a luta liderada pelos americanos contra o Islã radical. Embora o modelo apresente falhas na sua aplicação, ele se tornou referência para os cenários futuros projetados por Washington.

Em terceiro lugar, a localização da Turquia, entre os Balcãs, o Oriente Médio e o

Cáucaso, faz com que a orientação com a Turquia se torne essencial para a formulação da política ocidental nessas regiões. Além disso, a comunidade internacional precisa do auxílio turco para encontrar soluções para os conflitos armados nessa zona de instabilidade.

Com o fim do sistema bipolar, as considerações geopolíticas regionais e os interesses dos Estados se tornaram mais importantes. Assim, os interesses geoestratégicos da Turquia, que acompanharam as transformações geopolíticas globais, foram analisados nesta pesquisa. Como parte de três sistemas – europeu, médio-oriental e asiático -, a questão identitária da Turquia influencia na sua política externa. Apesar de ser periférica nos três sistemas, a Turquia possui interesses em todas as direções.

À leste, a Ásia Central e o Cáucaso, como regiões de importância geoestratégica vital para o controle da política mundial, despertaram o interesse turco com o fim do domínio soviético. Apesar da relativa fraqueza quanto ao poder bruto para impor sua vontade nessas regiões, a Turquia explora o seu poder brando, baseado nos laços culturais, lingüísticos, étnicos e religiosos para influenciar alguns Estados do Cáucaso e da Ásia Central. A sua localização geográfica permitiu também a sua consolidação como distribuidor da energia dessas regiões para a Europa.

Na direção norte, o pragmatismo determinou uma melhoria nas relações com a Rússia, aumentando a cooperação entre os rivais históricos. Essa mudança trouxe benefícios econômicos, principalmente com relação à questão energética, e políticos, como o afastamento de Moscou na questão curda. Apesar de limitada, a convergência de interesses com a Rússia facilitou a penetração da Turquia na Ásia Central e no Cáucaso, permitindo que a Turquia pudesse consolidar sua posição regional.

Uma alternativa no campo externo poderia ser o aprofundamento das relações com a Rússia, o que poderia conduzir a uma suavização do drama interno turco (em destaque quanto ao desafio identitário que a eventual adesão à União Européia expõe), a uma considerável, porém incerta, melhoria das relações com os vizinhos árabes e iranianos e uma facilitação na

penetração na Ásia Central e no Cáucaso. Resta saber se essa possibilidade receberia aderência dos principais grupos de interesse e populações dos dois Estados.

No que tange ao Oriente Médio, a Turquia percebe a região mais como uma zona de risco do que uma área de oportunidades. Apesar dos interesses econômicos convergentes com os vizinhos da região, as preocupações com segurança dominam a agenda de Ancara. O apoio dos sírios e dos iranianos aos curdos e aos islamistas, a proliferação de armas de destruição em massa, e a possibilidade de criação de um Estado curdo no norte do Iraque que possa irradiar para as províncias do sul da Turquia e promover sua fragmentação territorial são as principais causas de preocupação.

Apesar das novas oportunidades surgidas no pós-Guerra Fria, os autores revelam que as relações primordiais da Turquia permanecem sendo com o Ocidente.

A questão da adesão da Turquia à União Européia coloca sérios desafios a ambos os lados. Do lado europeu, será difícil integrar um membro com as deficiências, dimensões e problemas de segurança como a Turquia. Do lado turco, as disputas territoriais com a Grécia, a retirada militar do Chipre e a questão curda são os principais desafios identificados. Além disso, Ancara poderá ter dificuldades para conciliar as relações com os Estados Unidos e com a Europa, se esses dois atores se tornarem cada vez mais divergentes e assertivos.

Um problema que perpassa essas questões é o papel dos militares na vida política da Turquia. Por um lado, a herança kemalista se sustenta com a intervenção dos militares para garantir o Estado laico e a integridade territorial turca (como argumentam os militares turcos em relação aos grupos curdos). Por outro lado, a pressão européia por maior democratização e por controle civil dos militares coloca um grande desafio à Turquia. Sobre isso, o especialista francês, Olivier Roy, comentou:

Mas atualmente, o auge desta ocidentalização, a admissão na UE, pressupõe o abandono do modelo que fez isto possível - o Estado-nação kemalista, que é jacobino e secular, autoritário e intensamente nacionalista – a favor de uma Europa que se parece cada vez mais com um incerto império federativo, com sua identidade flexível (de onde vem sua capacidade de admitir novos

membros), fronteiras flutuantes, e uma política externa limitada ao que cada membro está disposto a contribuir ao *caldeirão* comum. Desde 1987 a Turquia tem batido insistentemente à porta que a Europa ocasionalmente abre um pouco e então fecha novamente (ROY, 2005:12, tradução nossa, grifo do autor).

Portanto, são grandes os desafios e pressões que a Turquia enfrenta em diversas frentes, que necessitam de uma resposta adequada de Ancara. As ameaças ao *status quo*, como as demandas curdas que podem fragmentar territorialmente a Turquia, e as perspectivas otimistas, como a integração à União Européia, dependem, em grande medida, da capacidade da República da Turquia em elaborar uma estratégia adequada baseada nas implicações da sua localização geográfica no mundo e da afirmação de uma identidade que seja capaz de lidar com as demandas domésticas e externas.

BIBLIOGRAFIA

AHMAD, Feroz. *The Making of Modern Turkey*. London: Routledge, 1993.

_____. The Historical Background of Turkey's Foreign Policy. In: MARTIN, Lenore G.; KERIDIS, Dimitris. *The Future of Turkish Foreign Policy*. BCSIA, 2004, pp.9-33.

ALI, Tariq. *Confrontos de Fundamentalismos: Cruzadas, Jihads e Modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

AL-JABRI, Mohammed Abed. *Introdução à Crítica da Razão Árabe*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

ARAS, Bülent. *The New Geopolitics of Eurasia and Turkey's Position*. Londres: Frank Cass, 2002.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

AYATA, Sencer. Changes in Domestic Politics and the Foreign Policy Orientation of the AK Party. In: MARTIN, Lenore G.; KERIDIS, Dimitris. *The Future of Turkish Foreign Policy*. BCSIA, 2004, pp.243-276.

AYDIN, Mustafa. *New Geopolitics of Central Asia and the Caucasus Causes of Instability and Predicament*. Ancara, 1999. Disponível em:
<http://www.mfa.gov.tr/PrintPageE2.asp>. Capturado em 08/2004.

BAGCI, Hüseyin; BAL, Idris. Turkish Foreign Policy in Post Cold War Era: New Problems and Opportunities. In: BAL, Idris. *Turkish Foreign Policy in Post Cold War Era*. BrownWalker Press, 2004, pp.97-118.

BAGCI, Hüseyin; KARDAS, Saban. Post-September 11 Impact: The Strategic Importance of Turkey Revisited. In: BAL, Idris. *Turkish Foreign Policy in Post Cold War Era*. BrownWalker Press, 2004, pp.421-455.

BAL, Idris. *Turkish Foreign Policy in Post Cold War Era*. BrownWalker Press, 2004.

_____. Turkey – USA Relations and Impacts of 2003 Iraq War. In: BAL, Idris. *Turkish Foreign Policy in Post Cold War Era*. BrownWalker Press, 2004, pp.119-152.

_____. Turkish Model as a Foreign Policy Instrument in Post Cold War Era: The Cases of Turkic Republics and the Post September 11th Era. In: BAL, Idris. *Turkish Foreign Policy in Post Cold War Era*. BrownWalker Press, 2004, pp.327-346.

BANCO MUNDIAL: Disponível em: <http://www.worldbank.org/>. Capturado em 2007.

BARAN, Zeyno. Turkey and the Caucasus In: BAL, Idris. *Turkish Foreign Policy in Post Cold War Era*. BrownWalker Press, 2004, pp.269-289.

BROWN, J.F. Turkey: Back to the Balkans? In: FULLER, G. E.; LESSER, I. O. *Turkey's New Geopolitics: From the Balkans to Western China*. Santa Monica: Westview Press, 1993, pp.141-162.

BRYANT, Rebecca. *Turkey, Cyprus and the European Division*. Disponível em: <http://www.merip.org/mero/mero022507.html>. Elaborado em 25/02/2007. Capturado em 25/02/2007.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *The Grand Chessboard: American Primacy and its Geostrategic Imperatives*. New York: Basic Books, 1997.

CAGAPTAY, Soner. United States and Turkey in 2004: Time to Look North. *Turkish Policy Quarterly*, Winter 2003-4.

_____. *Armenian Genocide Folly*. Disponível na Internet em:
<http://www.washingtoninstitute.org/templateC06.php?CID=1031>. Elaborado em
 22/02/2007. Capturado em 08/10/2007.

_____. *Turning Turkish heads*. Disponível na Internet em:
<http://www.bitterlemons-international.org/previous.php?opt=1&id=170>. Capturado
 em 03/03/2007.

ÇANDAR, Cengiz. Turkish Foreign Policy and the War on Iraq. In: MARTIN, Lenore G.; KERIDIS, Dimitris. *The Future of Turkish Foreign Policy*. BCSIA, 2004, pp.47-60.

ÇAYHAN, Esra. Towards a European Security and Defense Policy: With or Without Turkey? In: RUBIN, Barry; ÇARKOGLU, Ali. *Turkey and the European Union: Domestic Politics, Economic Integration and International Dynamics*. Frank Cass, 2003, pp.35-54.

COHEN, Saul B. Global Geopolitical Change in the Post-Cold War Era. In: *Annals of the Association of American Geographers*, Dezembro de 1991, vol. 81, número 4, pp.551-580.

_____. *Geography and Politics in a World Divided*. The Colonial Press, 1963.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder*. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

DEMANT, Peter R. *O Mundo Muçulmano*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

EDER, Mine. Implementing the Economic Criteria of EU Membership: How Difficult is it for Turkey? In: RUBIN, Barry; ÇARKOGLU, Ali. *Turkey and the European Union: Domestic Politics, Economic Integration and International Dynamics*. Frank Cass, 2003, pp.219-244.

EISENSTADT, Shmuel Noah, *Modernização: Protesto e Mudança*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1969.

_____. *A Dinâmica das Civilizações: Tradição e Modernidade*. Lisboa: Cosmos, 1991.

_____. *Patterns of Modernity, Volume II: Beyond the West*, Londres: Frances Pinter, 1987.

ERALP, Atila. Turkey and the European Union. In: MARTIN, Lenore G.; KERIDIS, Dimitris. *The Future of Turkish Foreign Policy*. BCSIA, 2004, pp.63-82.

ERDEMLI, Özgül. Chronology: Turkey's Relations with the EU. In: RUBIN, Barry; ÇARKOGLU, Ali. *Turkey and the European Union: Domestic Politics, Economic Integration and International Dynamics*. Frank Cass, 2003, pp.2-8.

EVIN, Ahmet O. *New challenges and old problems*. Disponível em: <http://www.bitterlemons-international.org/previous.php?opt=1&id=170>. Capturado em 02/04/07.

FELDBERG, Samuel. *As eleições no Irã são mera formalidade?* Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u84833.shtml>. Capturado em 17/06/2005.

FERNANDES, José P. Teixeira. *Turquia: Metamorfoses de Identidade*, Lisboa: ICS, 2005.

- FONT, Joan N., RUFÍ, Joan V. *Geopolítica, Identidade e Globalização*. Editora Annablume, São Paulo, 2006.
- FULLER, Graham E. Turkey's New Eastern Orientation. In: FULLER, G. E.; LESSER, I. O. *Turkey's New Geopolitics: From the Balkans to Western China*. Santa Monica: Westview Press, 1993, pp.37-97.
- _____. The Growing Role of Turkey in the World. In: FULLER, G. E.; LESSER, I. O. *Turkey's New Geopolitics: From the Balkans to Western China*. Santa Monica: Westview Press, 1993, pp.163-183.
- HILL, Fiona. Caspian Conundrum: Pipelines and Energy Networks. In: MARTIN, Lenore G.; KERIDIS, Dimitris. *The Future of Turkish Foreign Policy*. BCSIA, 2004, pp.211-239.
- HUNTINGTON, Samuel P. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- KARPAT, Kemal H. The Ottoman Rule in Europe from the Perspective of 1994. In: MASTNY, Vojtech.; NATION, Craig. *Turkey Between East and West: New Challenges for a Rising Regional Power*, Westview Press, 1996, pp.1-44.
- KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KERIDIS, Dimitris. Foreign Strategies and Domestic Choices: Balancing between Power Politics and Interdependence. In: MARTIN, Lenore G.; KERIDIS, Dimitris. *The Future of Turkish Foreign Policy*. BCSIA, 2004, pp.321-334.
- KIRISCI, Kemal. The Kurdish Question and Turkish Foreign Policy. In: MARTIN, Lenore G.; KERIDIS, Dimitris. *The Future of Turkish Foreign Policy*. BCSIA, 2004, pp.277-314.

- KIRK, George E. *História do Oriente Médio: Desde a Ascensão do Islã até a Época Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- KUNIHOLM, Bruce R. Turkey and the West Since World War II. In: MASTNY, Vojtech.; NATION, Craig. *Turkey Between East and West: New Challenges for a Rising Regional Power*, Westview Press, 1996, pp.45-69.
- LACOSTE, Yves. *A Geografia – isso serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*. Campinas, Papirus, 1988.
- LANDAU, Jacob M. *Pan-Turkism: from Irredentism to Cooperation*. Indiana University Press, 1995.
- LARRABEE, F. S.; LESSER, Ian O. *Turkish Foreign Policy in an Age of Uncertainty*. Santa Monica: Ed. Rand, 2003.
- LESSER, Ian O. Turkey and the United States: Anatomy of a Strategic Relationship. In: MARTIN, Lenore G.; KERIDIS, Dimitris. *The Future of Turkish Foreign Policy*. BCSIA, 2004, pp.83-99.
- _____. Bridge or Barrier? Turkey and the West After the Cold War. In: FULLER, G. E.; LESSER, I. O. *Turkey's New Geopolitics: From the Balkans to Western China*. Santa Monica: Westview Press, 1993, pp.99-132.
- LEWIS, Geoffrey. *Turkey*. Londres: Ed. Ernest Benn Limited, 1960.
- LEWIS, Bernard. *The Emergence of Modern Turkey*. Oxford Press, 2001.
- _____. *O Oriente Médio: Do Advento do Cristianismo aos Dias de Hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

_____. *O Que Deu Errado no Oriente Médio?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. *Os Árabes na História.* Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

LINDENSTRAUSS, Gallia. *Are the U.S. and Turkey on a Collision Course?* Disponível em: <http://www.inss.org.il/publications.php?cat=21&incat=&read=789>. Elaborado em 14/10/2007. Capturado em 14/10/2007.

MACKINDER, Halford J. *Democratic Ideals and Reality – A Study in the Politics of Reconstruction.* Nova Iorque, 1942.

_____. El Pivote Geografico de la Historia. 1904. In RATTENBACH, Coronel Augusto B. (org.). *Antología Geopolítica*, Editorial Pleamar, Buenos Aires, 1975, pp.229-245.

_____. El mundo redondo y la conquista de la paz. In: Weigert, H.W. & Stefanson, V. *Política y poder en un mundo mas chico.* Buenos Aires: Atlántida, 1948, pp.178-189.

MARTIN, Lenore G. Turkey's Middle East Foreign Policy In: MARTIN, Lenore G.; KERIDIS, Dimitris. *The Future of Turkish Foreign Policy.* BCSIA, 2004, pp.157-190.

MELLO, Leonel Itaussu de Almeida. *Quem tem Medo da Geopolítica?* São Paulo, Edusp, 1999.

MORGENTHAU, Hans J. *A Política entre as Nações: a Luta pelo Poder e pela Paz.* Brasília: Ed.Universidade de Brasília, 2003.

NATION, R. Craig. The Turkic and Other Muslim Peoples of Central Asia, the Caucasus, and

the Balkans In: MASTNY, Vojtech.; NATION, Craig. *Turkey Between East and West: New Challenges for a Rising Regional Power*, Westview Press, 1996, pp.97-130.

NYE JR., Joseph S. *O Paradoxo do Poder Americano – Por que a única Superpotência do Mundo não pode Prosseguir Isolada*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

OLCAY, H. Bülent. Politics of the Euphrates and Tigris Waters. In: BAL, Idris. *Turkish Foreign Policy in Post Cold War Era*. BrownWalker Press, 2004, pp.379-400.

ÖNIS, Ziya. Domestic Politics, International Norms and Challenges to the State: Turkey-EU Relations in the post-Helsinki Era. In: RUBIN, Barry; ÇARKOGLU, Ali. *Turkey and the European Union: Domestic Politics, Economic Integration and International Dynamics*. Frank Cass, 2003, pp.9-34.

_____. *Turkish Modernization and Challenges for the New Europe*. Disponível in: <http://home.ku.edu.tr/~zonis/Modernization.pdf>. Elaborado em setembro de 2004. Capturado em 10/03/2007.

PAMİR, Necdet. *Energy (In)Security and The Most Recent Lesson: “The Russia - Ukraine Gas Crisis”*. Disponível em: <http://www.avsam.org/analizler/EnergySecurandGasCrises.doc>. Elaborado em 14/12/2005. Capturado em 10/07/2006.

PANIN, Victor; PANIEV, Henry. Turkey and Russia. In: BAL, Idris. *Turkish Foreign Policy in Post Cold War Era*. BrownWalker Press, 2004, pp.253-268.

QUATAERT, Donald. *O Império Otomano - Das Origens ao Século XX*. Lisboa: Edições 70, 2000.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. Editora Ática, 1993.

RASHID, Ahmed. *Os Talibãs - O Islão, o Petróleo e o Novo Grande Jogo na Ásia Central*. Lisboa: Terramar, 2001.

REPUBLIC OF TURKEY- MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS *Water Issues*. Disponível em: <http://www.mfa.gov.tr/grupa/am/default.htm>. Capturado em 2006.

ROBINS, Philip. *Turkish Foreign Policy after the Elections*. Disponível na Internet em: <http://www.bitterlemons-international.org/previous.php?opt=1&id=170>. Capturado em 03/03/2007.

ROCHMAN, Alexandre Ratner. *Teorias das Relações Internacionais e o Estudo da Medida do Poder*. Dissertação de Mestrado pela Universidade de São Paulo, 1997.

ROCHTUS, Dirk. "Turkestroika" as Precondition for Turkey's European Dream. In: BAL, Idris. *Turkish Foreign Policy in Post Cold War Era*. BrownWalker Press, 2004, pp.165-180.

ROY, Olivier. Turkey – a World Apart, or Europe's New Frontier? In: ROY, Olivier. *Turkey Today: A European Nation?* Anthem Press, 2005, pp. 11-26.

RUBIN, Barry. Foreword. In: ARAS, Bülent. *The New Geopolitics of Eurasia and Turkey's Position*. Londres: Frank Cass, 2002, pp. VII-VIII.

RUBIN, Barry; ÇARKOGLU, Ali. *Turkey and the European Union: domestic politics, economic integration and international dynamics*. Frank Cass, 2003.

SHAPIR, Y.S.; FELDMAN, S. *The Middle East Strategic Balance 2003-2004*. Tel Aviv: JCSS, 2004.

SÖNMEZOĞLU, Faruk. Turkey and the World in the 21st Century. In: BAL, Idris. *Turkish Foreign Policy in Post Cold War Era*. BrownWalker Press, 2004, pp.79-96.

SOYSAL, Mümtaz. The Future of Turkish Foreign Policy. In: MARTIN, Lenore G.; KERIDIS, Dimitris. *The Future of Turkish Foreign Policy*. BCSIA, 2004, pp.37-46.

SPYKMAN, Nicholas John. *America's Strategy in World Politics – The United States and the Balance of Power*. New York, 1942.

SUVARIEROL, Semin. The Cyprus Obstacle on Turkey's Road to Membership in the European Union. In: RUBIN, Barry; ÇARKOGLU, Ali. *Turkey and the European Union: Domestic Politics, Economic Integration and International Dynamics*. Frank Cass, 2003, pp.55-78.

TANRISEVER, Oktay F. Turkey and Russia in Eurasia In: MARTIN, Lenore G.; KERIDIS, Dimitris. *The Future of Turkish Foreign Policy*. BCSIA, 2004, pp.127-156.

THE ECONOMIST, *The battle for Turkey's soul*. Londres, maio de 2007, p.11.

_____. *Secularism v Democracy*. Londres, maio de 2007, pp.63-64.

TOYNBEE, Arnold J. *Estudos de História Contemporânea: A civilização posta à prova. O Mundo e o Ocidente*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

TSAKONAS, Panayotis; DOKOS, Thanos P. Greek-Turkish Relations in the Early Twenty-first Century: A View from Athens. In: MARTIN, Lenore G., KERIDIS, Dimitris. *The Future of Turkish Foreign Policy*. BCSIA, 2004, pp.101-126.

TURAN, Ilter. Water and Turkish Foreign Policy. In: MARTIN, Lenore G.; KERIDIS, Dimitris. *The Future of Turkish Foreign Policy*. BCSIA, 2004, pp.191-208.

TURAN, Gül; TURAN, Ilter; BAL, Idris. Turkey's Relations with the Turkic Republics. In: BAL, Idris. *Turkish Foreign Policy in Post Cold War Era*. BrownWalker Press, 2004, pp.291-326.

TÜRKES, Mustafa. Turkish Foreign Policy towards the Balkans: Quest for Enduring Stability and Security. In: BAL, Idris. *Turkish Foreign Policy in Post Cold War Era*. BrownWalker Press, 2004, pp.197-210.

TURKISH STATISTICAL INSTITUTE (Instituto Estatístico Turco). Disponível em: http://www.turkstat.gov.tr/kit_ing_1.pdf. Capturado em 25/03/2007.

USLU, Nasuh. The Cyprus Question Between 1974 and 2004 and its Relation to Turkish Foreign Policy. In: BAL, Idris. *Turkish Foreign Policy in Post Cold War Era*. BrownWalker Press, 2004, pp.211-252.

VÁLI, Ferenc A. *Bridge across the Bosphorus: the Foreign Policy of Turkey*. The Johns Hopkins Press, 1971.

VESENTINI, José William. *Novas Geopolíticas*. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

WASHINGTON INSTITUTE FOR NEAR EAST POLICY . *Oil Pipelines – Turkey*. Disponível em: <http://www.washingtoninstitute.org/mapImages/44ee2eb3bdfa8.pdf>. Capturado em 2007.

WIGHT, Martin. *A Política do Poder*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002.

YAVUZ, M. Hakan. *Islamic Political Identity in Turkey*. Oxford University Press, 2003.

ANEXO A

CRONOLOGIA: AS RELAÇÕES DA TURQUIA COM A UNIÃO EUROPÉIA (1959-2002)

11 de setembro de 1959: o Conselho Ministerial da CEE (Comunidade Econômica Européia) aceita os pedidos de Ancara e Atenas como membros associados.

12 de setembro de 1963: é assinado o Acordo de Ancara (um acordo de associação), visando assegurar a associação completa da Turquia na CEE mediante o estabelecimento em três fases de uma união aduaneira. Também é assinado o primeiro protocolo financeiro.

1 de dezembro de 1964: entra em vigor o Acordo de Ancara.

13 de novembro de 1970: o Protocolo Adicional, assinado e anexado ao Acordo de Associação entre a CEE e a Turquia, estabelece em detalhes como a união aduaneira seria estabelecida entre os dois lados. Enquanto o compromisso de estabelecer uma União Aduaneira foi fornecido no Acordo de Associação, foi o Protocolo Adicional de 1970 que especificou o programa para criar a União Aduaneira.

26 de outubro de 1970: primeira reunião do Comitê de Cooperação Aduaneira.

23 de novembro de 1970: o Protocolo Adicional e o segundo Protocolo Financeiro são assinados em Bruxelas.

1 de Janeiro de 1973: entra em vigor o Protocolo Adicional aprovado na Assembléia Nacional Turca (Türkiye Büyük Millet Meclisi – TBMM) em julho de 1971.

Janeiro de 1982: A Comunidade Européia (CE) decide suspender o Acordo de Ancara oficialmente e, portanto, congela suas relações políticas com a Turquia como resultado do *Coup d'état* militar em 12 de setembro de 1980. O Parlamento Europeu também decide não

renovar a Ala Européia da Comissão Parlamentar Conjunta até que seja realizada uma eleição geral e se estabeleça um parlamento na Turquia.

Setembro de 1986: o Conselho da Associação Turquia - CEE se reúne e as relações entre a CEE e a Turquia são retomadas. Durante a reunião do Conselho de Associação de setembro de 1986, a Turquia sinaliza sua intenção de avançar em seu pedido, há muito esperado, de associação total, abrindo um novo capítulo nas relações.

14 de abril de 1987: a Turquia solicita associação completa à CE. Os ministros das relações exteriores dos Estados membros da CE decidem remeter a solicitação à Comissão para uma opinião de acordo com o procedimento de rotina.

18 de dezembro de 1989: a opinião da Comissão Européia sobre a solicitação de avaliação da Turquia enfatiza que a ampliação para a Turquia e outros potenciais candidatos poderia ser contemplada somente após o mercado único entrar em operação em 1992. Além disso, uma análise detalhada do desenvolvimento econômico e social da Turquia menciona que – apesar do importante progresso desde 1980 em reestruturar e abrir a economia ao mundo externo – existia ainda uma grande diferença em comparação aos níveis de desenvolvimento da CE. A Comissão recomenda a conclusão de uma união aduaneira, declarando que a conclusão progressiva da união aduaneira daria à Comunidade a oportunidade de associar a Turquia mais atentamente com a operação de um mercado único.

30 de setembro de 1991: o Conselho de Associação CEE – Turquia é organizado em Bruxelas. O resultado prático da reunião é a decisão de relançar sessões regulares do “Comitê de Associação” em que os representantes oficiais turcos e da CE realizariam um estudo detalhado sobre questões comerciais e econômicas.

31 de dezembro de 1995: a CE e a Turquia iniciam um acordo formal de união aduaneira. Essa foi a primeira união aduaneira importante em funcionamento da CE com um terceiro Estado.

1 de janeiro de 1996: a União Aduaneira entre a CE e a Turquia entra em vigor, criando assim a relação econômica e política mais próxima entre a UE e um país não-membro. Essa União Aduaneira vai além da abolição de barreiras tarifárias e quantitativas para o comércio entre as partes e a aplicação de uma Tarifa Externa Comum para as importações de países terceiros, visando a harmonização com as políticas da CEE em quase todas as áreas relacionadas ao mercado interno.

13 – 14 de julho de 1996: A Conferência de Dublin. O Conselho Europeu encoraja a Turquia a utilizar sua influência para contribuir para uma solução no Chipre, de acordo com as resoluções do Conselho de Segurança da ONU. O Conselho Europeu também enfatiza a necessidade de observância dos mais altos padrões de direitos humanos.

12-13 de dezembro de 1997: A Conferência de Luxemburgo. O Conselho Europeu exclui a Turquia da lista de candidatos formais, efetivamente “rejeitando” o pedido de Ancara de adesão.

10-11 de dezembro de 1997: A Turquia responde à declaração de Luxemburgo da União Européia suspendendo parcialmente seu diálogo com a UE. Além disso, o governo turco anuncia que prosseguirá com os planos de integrar o norte do Chipre caso a UE inicie as conversações sobre acesso com o governo cipriota grego da ilha.

10-11 de dezembro de 1999: A Conferência Helsinque. O Conselho da UE concorda em reconhecer a Turquia como um candidato à associação. O Conselho Europeu declara que, ampliando a estratégia européia existente, a Turquia, assim como outros Estados candidatos, se beneficiaria de uma estratégia de pré-acessão para estimular e apoiar suas reformas.

10-11 de dezembro de 1999: O Conselho de Assuntos Gerais concorda sobre a normativa geral e sobre a Parceria de Acesso para a Turquia.

7 a 9 de dezembro de 2000: A Conferência de Nice. O Conselho Europeu saúda o progresso feito em implementar a estratégia de pré-acessão para a Turquia, mas solicita à Turquia a submissão ao seu programa para adoção do *acquis*, baseando-o na Parceria de Acesso.

8 de março de 2001: O Conselho de Ministros da UE adota a Parceria para Acesso UE-Turquia, estabelecendo as medidas de curto e médio prazo necessárias para assegurar que a Turquia cumpra os critérios para a associação.

19 de março de 2001: O governo turco adota o Programa Nacional para a Adoção da Acquis (PNAA). O PNAA estabelece, pela primeira vez, a grande escala de reformas que a Turquia está disposta a dirigir em todas as áreas políticas e econômicas e em relação ao alinhamento da legislação turca com a *acquis* da UE.

3 de outubro de 2001: O parlamento turco adota 34 emendas à Constituição para cumprir os critérios políticos de Copenhague para a associação à UE. Entre outros, a abolição parcial da pena de morte e autorização do uso de outros idiomas além do turco na vida pública.

14-15 de dezembro de 2001: A Conferência de Laeken. O Conselho Europeu declara que a Turquia fez progresso em relação ao cumprimento com os critérios estabelecidos para acesso, especialmente por meio da última emenda à sua Constituição.

Janeiro a Março de 2002: O Parlamento turco passa emendas ao Código Penal e outras leis que afetam a liberdade de expressão e imprensa, atividades de associação, fechamento de partidos políticos e prevenção da tortura.

21-22 de junho de 2002: A Conferência de Sevilha. O Conselho Europeu reafirma que a implementação das reformas políticas e econômicas apresentaria as perspectivas de acesso da Turquia de acordo com os mesmos princípios e critérios solicitados aos outros países candidatos. O Conselho Europeu declara que novas decisões poderiam ser tomadas em Copenhague na próxima fase da candidatura da Turquia à luz de desenvolvimentos da situação entre os Conselhos Europeus de Sevilha e Copenhague.

03 de agosto de 2002: O Parlamento turco passa uma Lei de Adaptação (*Avrupa Birliği Uyum Yasası-APD*) de 15 artigos para cumprir as exigências remanescentes da APD no campo dos direitos humanos. As reformas incluem a abolição da pena de morte, a permissão de transmissão em diferentes idiomas e dialetos utilizados tradicionalmente por cidadãos turcos em seu cotidiano, e melhores possibilidades de educação para idiomas minoritários. Acreditava-se que esses recentes esforços levariam a decisões positivas pelo Conselho Europeu em sua Conferência de Copenhague (Dezembro de 2002).

12-13 de dezembro de 2002: A Conferência de Copenhague. Os 15 líderes da UE adotam um plano para a ampliação da UE em direção ao leste que incluem dez países adicionais, mas rejeitam o pedido da Turquia em estabelecer uma data para iniciar negociação para sua eventual admissão. Os líderes da UE somente concordam em se reunir em Dezembro de 2004 para analisar a candidatura da Turquia.

(Fonte: ERDEMLI, 2003:4-8, tradução nossa)

ANEXO B

CRONOLOGIA DA QUESTÃO CIPRIOTA (1959-2002)

11 de Fevereiro de 1959: Acordos de Zurique assinados entre o Reino Unido (RU), Grécia e Turquia sobre os princípios fundadores da República do Chipre (RdC).

19 de fevereiro de 1950: Acordos de Londres assinados entre o RU, Grécia e Turquia sobre os princípios fundadores da RdC.

16 de agosto de 1960: Proclamação da independência da RdC.

12 de setembro de 1963: Acordo de Associação (o Acordo de Ancara assinado entre Turquia e a UE).

30 de novembro de 1963: o Arcebispo Makarios propôs ao vice-presidente Fazil Küçük 13 emendas que facilitariam o funcionamento do aparato estatal, como a inaplicabilidade de diversas disposições da Constituição foi provada aos olhos dos cipriotas gregos.

21 de dezembro de 1963: o “Natal Sangrento” é declarado como tendo causado a morte de dois cipriotas turcos, assassinados pelos policiais gregos cipriotas, para forçar os turcos cipriotas a aceitar as 13 emendas constitucionais. Na sequência desses eventos, os cipriotas turcos abandonaram seus lugares no parlamento e na administração.

04 de março de 1964: o Conselho de Segurança das Nações Unidas (NU) aprovou a resolução 186 (1964), que colocou uma força – a Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas no Chipre – para manter a paz e colocar um fim na violência no Chipre. A referência nesta resolução ao “Governo da República do Chipre” marcou o primeiro exemplo de reconhecimento da administração greco-cipriota como o governo legal do Chipre.

01 de dezembro de 1964: torna-se efetivo o Acordo de Associação entre a Turquia e a UE.

19 de dezembro de 1972: é assinado o Acordo de Associação entre a República do Chipre e a UE.

01 de junho de 1973: Acordo entre a República do Chipre e a UE.

15 de julho de 1974: *Coup d'état* organizado pela junta do exército grego no poder e executada pelo EOKA-B (o acrônimo grego para “a organização nacional dos combatentes cipriotas”) contra o presidente Makarios.

20 de julho de 1974: intervenção turca no Chipre para impedir a *enosis*, para colocar um fim no combate intercomunitário e proteger os turcos cipriotas.

16 de agosto de 1974: segunda ofensiva do exército turco, que levou à ocupação de 37 por cento da parte norte da ilha pelo exército turco e subsequente ao reagrupamento territorial das populações das duas comunidades.

13 de fevereiro de 1975: proclamação do estabelecimento do Estado Federal Turco-Cipriota (*Kıbrıs Türk Federale Devleti*).

12 de fevereiro de 1977: Acordo entre o presidente Rauf Denktas e o arcebispo Makarios colocando as bases para o diálogo intercomunitário.

19 de maio de 1979: Acordo entre os presidentes Rauf Denktas e Spyros Kyprianu preparando as bases para o diálogo intercomunitário.

15 de novembro de 1983: proclamação da independência da República Turca do Norte do Chipre (*Kuzey Kıbrıs Türk Cumhuriyeti* – RTNC). Apenas a Turquia reconhece a RTNC, enquanto que a RdC, que controla apenas a zona meridional e inclui apenas cipriotas gregos,

maronitas, armênios, e outras minorias, é reconhecida pelos outros países como o único Estado legítimo.

18 de novembro de 1983: o Conselho de Segurança da ONU adota a resolução 541 (1983), que desaprova essa declaração de separação, considera a proclamação inválida, exige sua anulação e apela a todos os Estados que não reconheçam outro Estado além da República do Chipre.

14 de abril de 1987: a Turquia solicita a sua adesão à UE.

1 de janeiro de 1988: entra em vigor o protocolo de união alfandegária entre a República do Chipre e a UE.

18 de dezembro de 1989: a Comissão Europeia rejeita a candidatura turca, mas confirma a elegibilidade da Turquia à adesão.

4 de julho de 1990: pedido de adesão do governo do Chipre à UE em nome da ilha inteira.

30 de junho de 1993: a Comissão Europeia é a favor da abertura das negociações para a adesão do Chipre.

4 de outubro de 1993: o Conselho Europeu aprova a opinião da Comissão durante a Conferência de Luxemburgo.

24-25 de junho de 1994: o Conselho Europeu de Corfu declara que a próxima ampliação da União incluiria Malta e Chipre.

6 de março de 1995: o “compromisso histórico” que garantiu ao Chipre as negociações para a sua adesão começaria seis meses após a conclusão do IGC 1996. Em troca, a Grécia suspendeu o veto ao acordo de união alfandegária com a Turquia.

1 de janeiro de 1996: entra em vigor a união alfandegária entre a Turquia e a União Européia.

12-13 de dezembro de 1997: tomada a decisão de iniciar as negociações com a RdC pelo Conselho Europeu de Luxemburgo.

12 de março de 1998: o presidente greco-cipriota, Glafcos Clerides, convidou a comunidade cipriota turca a se unir à equipe de negociação cipriota. A presidência britânica da UE transmitiu o convite ampliado aos líderes turco-cipriotas durante a Conferência Européia em Londres. O convite foi recusado pela RTNC.

31 de março de 1998: começaram as negociações de adesão com a RdC.

10 de novembro de 1998: início de negociações substanciais para a adesão da RdC.

10-11 de dezembro de 1999: o Conselho Europeu da Conferência de Helsinque declarou que a acomodação política no Chipre não constituiria uma pré-condição para a adesão do Chipre à União Européia; a candidatura da Turquia se tornou oficial após a retirada do veto grego.

4 de dezembro de 2001: a decisão de começar as conversações entre os presidentes Denktas e Clerides.

14-15 de dezembro de 2001: a reunião do Conselho Europeu em Laeken expressou a sua determinação em trazer as negociações de adesão a uma conclusão bem-sucedida – até o fim

de 2002 – com os países que estiverem aptos, e listou o Chipre como um dos países que estariam prontos, se a velocidade das negociações e reformas fossem mantidas.

21 de janeiro de 2002: início de rodadas de negociações intensivas e abertas entre os líderes greco-cipriotas e turco-cipriotas.

11 de novembro de 2002: o secretário geral da ONU, Kofi Annan apresentou as *bases para um acordo para uma abrangente acomodação do problema do Chipre*.

12-13 de dezembro de 2002: o Conselho Europeu de Copenhague recebeu o Chipre como membro da União Européia a partir de 1º de maio de 2004, sem levar em consideração a resolução da questão do Chipre.

(Fonte: SUVARIEROL, 2003:72-75, tradução nossa)